

## **ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA**

**CRISTIAN BROCARDO SEEGER**, brasileiro, solteiro, empresário. nascido em 23/08/1991, natural de São Luís - MA, portador do CPF nº 038.658.133-99 e do RG 001202368996 SSP/MA. residente edomiciliado no Condomínio Itapiracó, nº 1, Bloco 13, Apt. 302, Bairro Turu, São Luís — MA, CEP 65.065- 635, e; **SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA**, brasileira, divorciada, nascida em 27/06/1989, natural de São Luis – MA, portadora do RG 0267393520032 e do CPF 037.737.143-27, residente e domiciliada na Av. Neiva Moreira, nº 1003, Apt 1003, Cond Gran Park, Torre Fenix, Calhau, São Luis – MA, CEP 65071-383 únicos sócios da empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA, sediada na AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIOJA, 25, VINHAIS I, CEP 65074-199, com registro na Junta Comercial do Estado do Maranhão de nº 21201217322 e CNPJ 05.564.043/0001-13, resolvem alterar o Contrato Social da Empresa mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O sócio CRISTIAN BROCARDO SEEGER, já qualificado, retira-se da sociedade. Neste mesmo ato cede e transfere as suas 700.000 quotas do Capital Social, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), para a sócia SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA, já qualificada

Parágrafo primeiro. A sócia **SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA**, passa a ter 800.000 quotas de capital social de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já itegralizadas, totalizando R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), em moeda corrente nacional.

Em decorrência das modificações acima deliberadas a empresa passa a ter consolidado o seguinte contrato social:

### **CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA**

**SORAYA KERLLY PAIVA DA SILVA**, brasileira, divorciada, nascida em 27/06/1989, natural de São Luis – MA, portadora do RG 0267393520032 e do CPF 037.737.143-27, residente e domiciliada na Av. Neiva Moreira, nº 1003, Apt 1003, Cond Gran Park, Torre Fenix, Calhau, São Luis – MA, CEP 65071-383, é única sócia da empresa “MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA” com sede estabelecida na AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIOJA, 25, VINHAIS I, CEP 65074-199, mediante as seguintes condições:

## **DO NOME EMPRESARIAL E DA SEDE**

**CLAUSULA PRIMEIRA.** A empresa gira sob o nome empresarial "MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA" e tem sua sede estabelecida na Av. JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIO JARDINS, TO, 25, VINHAIS I, CEP 65074-199.

## **DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO**

**CLAUSULA SEGUNDA.** A Empresa tem por objeto social o ramo de:

### **Atividade Principal:**

78.10-8/00 Seleção e agenciamento de mão-de-obra

### **Atividades Secundarias:**

38.11-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos;

38.12-2/00 - Coleta de resíduos perigosos;

38.22-0/00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos;

42.21-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;

42.21-9/05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações;

42.22-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;

43.19-3/00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente (a drenagem do solo destinado a construção; a demarcação dos locais para construção; o rebaixamento de lençóis freáticos; a preparação de locais para mineração; a remoção de material inerte e outros tipos de refugo de locais de mineração, exceto os locais de extração de petróleo e gás natural);

43.21-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;

43.22-3/01 — Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;

43.22-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração;

43.22-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio,

43.29-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;

43.29-1/99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (a instalação de sistemas de limpeza por vácuo; o revestimento de tubulações);

43.30-4/02 - Instalação de portas janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;

43.30-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque;

43.30-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral;

43.30-4/05 - Aplicação de revestimentos e de resmas em interiores e exteriores;

43.30-4/99 - Outras obras de acabamento da construção (os serviços de chapisco, emboço e reboco; a instalação de toldos e persianas; a instalação de piscinas pré-fabricadas. quando não realizada pelo fabricante; colocação de vidros, cristais e espelhos);

43.91-6/00 - Obras de fundações;

43.99-1/01 - Administração de obras;

43.99-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;

43.99-1/03 - Obras de alvenaria;

43.99-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;

43.99-1/05 - Perfuração e construção de poços de água;

43.99-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (a construção de fornos industriais; a construção de partes de edifícios, tais telhados, coberturas, chaminés, lareiras, churrasqueiras, etc.; os serviços de limpeza de fachadas, com jateamento de areia, vapor e semelhantes);

45.20-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veicular automotores;

46.69-9/99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente partes e peças: o comércio atacadista de: motores e transformadores elétricos, sistemas para controle de incêndio, instrumentos e equipamentos de medida, robots, máquinas, aparelhos e equipamentos para usos técnico e profissional, máquinas e equipamentos para escritório, exceto informáticos, outras máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente, exceto para uso agropecuário, terraplenagem, mineração e construção, industrial, odonto-médico-hospitalar e comercial.

49.29-9/99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente: serviços de motorista em geral;

49.30-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;

49.30-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e interacional;

52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente: prestação de serviços de motorista de forma contínua e de forma temporária;

52.50-8/04 - Organização logística do transporte de carga;

70.20-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;

74.90-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (serviço de previsão meteorológica, os serviços de avaliação não-imobiliária (joias, antiguidades, etc.);

77.11-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;

77.19-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor (a locação e leasing operacional de quaisquer outros meios de transporte terrestre sem condutor, por período de curta ou longa duração, tais ônibus, motocicletas, trailers; caminhões. reboques, semirreboques e similares.);

77.32-2/01 - Aluguel de maquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes;

77.39-0/99 - Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (motores, turbinas, maquinas e ferramentas; geradores, guinchos, guindastes e empilhadeiras; aparelhos de usos comerciais e indústrias; equipamentos cinematográficos; equipamentos profissionais para rádio, televisão e comunicações; equipamentos de teste, medição e controle; contêineres).

78.20-5/00 - Locação de mão-de-obra temporária;

81.11-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;

81.21-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios;

81.29-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente: limpeza em imóveis em geral; 81.30-3/00 - Atividades paisagísticas;

82.11-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;

82.19-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente: digitação, preparação de documento, selos, despacho de correspondência e transcrição de documentos;

82.20-2/00 - Atividades de teleatendimento - call center;

86.50-0/99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente: as atividades relacionadas com a saúde realizadas por profissionais legalmente habilitados, exceto as compreendidos nas subclasses anteriores, como as de médicos e dentistas, exercidas de forma independente: as atividades de optometristas, as atividades de instrumentadores cirúrgicos, outras atividades de serviços profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;

3312-1/03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamento de irradiação

### **DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O Capital Social é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), totalmente integralizados, divididos em 800.000 de quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**CLÁUSULA QUARTA.** A Responsabilidade da sócia é restrita ao valor de seu capital e ela responde exclusivamente pela integralização do capital social, (art. 1.052/CC/2.002).

Parágrafo Único: O capital social encontra-se totalmente subscrito e integralizado, em corrente moeda nacional pelos sócios.

### **DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO-LABORE**

**CLÁUSULA QUINTA.** A administração da empresa cabe à sócia **SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na empresa, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da empresa. autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa. (arts. 997, VI, VIII, 1.013. 1.015, 1064.CC/2002).

Parágrafo único. No exercício da administração, a administradora terá direito a uma retirada mensal a título de pró labore, e também, se for o caso. a distribuição de lucro se apurado mensalmente.

### **DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS**

**CLÁUSULA SEXTA.** Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a ele, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 997, VII; art. 1.065, CC/2002).

### **DO FALECIMENTO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Falecendo ou interditado a sócia, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço patrimonial especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a empresa se resolva em relação a seu socio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002).



**DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

**CLÁUSULA OITAVA.** A Administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º. CC/2002).

**DO FORO**

**CLÁUSULA NONA.** Fica eleito o foro de São Luís- MA, para o exercício e o cumprimento de obrigações decorrentes deste contrato.

São Luís — MA, 10 de março de 2022

---

SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA  
037.737.143-27

---

CRISTIAN BROCARDI SEEGER  
038.658.133-99



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03773714327	SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA
03865813399	CRISTIAN BROCARDI SEEGER

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/03/2022 08:52 SOB Nº 20220300283.  
PROTOCOLO: 220300283 DE 10/03/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12203073220. CNPJ DA SEDE: 05564043000113.  
NIRE: 21201217322. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/03/2022.  
MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA

**JUCEMA**

LARISSA ROCHA DA SILVA  
SECRETÁRIA-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)

## **ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA MASTER FACILITIES LTDA**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, **SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA**, brasileira, divorciada, nascida em 27/06/1989, natural de São Luís – MA, portadora do RG 0267393520032 e do CPF 037.737.143-27, residente e domiciliada na Av. Neiva Moreira, nº 1003, Apt. 1003, Cond Gran Park, Torre Fênix, Calhau, São Luís – MA, CEP 65071-383, na condição de titular da empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA**, sediada na AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIO JARDINS, 25, VINHAIS I, CEP 65074-199, com registro na Junta Comercial do Estado do Maranhão de nº 21201217322 e CNPJ 05.564.043/0001-13, resolvem alterar o Contrato Social da Empresa mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Insere-se as seguintes atividades:

33.19-8/00 Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente - a reparação de cordas, velames e lonas - a reparação de tonéis, barris, paletes de madeira e artigos semelhantes - a reparação de veículos de tração animal - a restauração de instrumentos musicais históricos - a restauração de jogos acionados por moedas - a manutenção e reparação de não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório - a manutenção e reparação de mobiliário específico para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório - a manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Da alteração do nome empresarial:

A Sociedade Limitada Unipessoal passa a adotar como nome empresarial **MASTER FACILITIES LTDA**.

## **ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA MASTER FACILITIES LTDA**

**SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA**, brasileira, divorciada, nascida em 27/06/1989, natural de São Luís – MA, portadora do RG 0267393520032 e do CPF 037.737.143-27, residente e domiciliada na Av. Neiva Moreira, nº 1003, Apt. 1003, Cond Gran Park, Torre Fênix, Calhau, São Luís – MA.

### **DO NOME EMPRESARIAL E DA SEDE**

**CLAUSULA PRIMEIRA** - A empresa gira sob o nome empresarial “**MASTER FACILITIES LTDA**” e tem sua sede estabelecida Av. JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07- PATIO JARDINS, 25, VINHAIS I, CEP 65074-199.

### **DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO**

**CLAUSULA SEGUNDA.** A Empresa tem por objeto social o ramo de:

### **Atividade Principal:**

78.10-8/00 Seleção e agenciamento de mão-de-obra

### **Atividades Secundarias:**

33.12-1/03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletro terapêuticos e equipamento de irradiação

33.19-8/00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente - a reparação de cordas, velames e lonas - a reparação de tonéis, barris, paletes de madeira e artigos semelhantes - a reparação de veículos de tração animal - a restauração de instrumentos musicais históricos - a restauração de jogos acionados por moedas - a manutenção e reparação de não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório - a manutenção e reparação de mobiliário específico para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório - a manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados.

38.11-4/00-Coleta de resíduos não-perigosos;

38.12-2/00 - Coleta de resíduos perigosos;

38.22-0/00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos;

42.21-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;

42.21-9/05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações;

42.22-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;

43.19-3/00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente (a drenagem do solo destinado a construção; a demarcação dos locais para construção; o rebaixamento de lençóis freáticos; a preparação de locais para mineração; a remoção de material inerte e outros tipos de refugo de locais de mineração, exceto os locais de extração de petróleo e gás natural);

43.21-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;

43.22-3/01 — Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;

43.22-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração;

43.22-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio;

43.29-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;

43.29-1/99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (a instalação de sistemas de limpeza por vácuo; o revestimento de tubulações);

43.30-4/02 - Instalação de portas janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;

43.30-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque;

43.30-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral;

43.30-4/05 - Aplicação de revestimentos e de resmas em interiores e exteriores;

43.30-4/99 - Outras obras de acabamento da construção (os serviços de chapisco, emboço e reboco; a instalação de toldos e persianas; a instalação de piscinas pré-fabricadas. quando não realizada pelo fabricante; colocação de vidros, cristais e espelhos);

43.91-6/00 - Obras de fundações;

43.99-1/01 - Administração de obras;

43.99-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;

43.99-1/03 - Obras de alvenaria;

43.99-1/04 - Services de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;

43.99-1/05 - Perfuração e construção de poços de água;

43.99-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (a construção de fornos industriais; a construção de partes de edifícios, tais telhados, coberturas, chaminés, lareiras, churrasqueiras, etc.; os serviços de limpeza de fachadas, com jateamento de areia, vapor e semelhantes);

45.20-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veicular automotores;

46.69-9/99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente partes e peças: o comércio atacadista de: motores e transformadores elétricos, sistemas para controle de incêndio, instrumentos e equipamentos de medida, robots, máquinas, aparelhos e equipamentos para usos técnico e profissional, máquinas e equipamentos para escritório, exceto informáticos, outras máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente, exceto para uso agropecuário, terraplanagem, mineração e construção, industrial, odonto-médico-hospitalar e comercial.

49.29-9/99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente: serviços de motorista em geral;

49.30-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;

49.30-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e interacional;

52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente: prestação de serviços de motorista de forma contínua e de forma temporária;

52.50-8/04 - Organização logística do transporte de carga;

70.20-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;

74.90-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (serviço de previsão meteorológica, os serviços de avaliação não-imobiliária (joias, antiguidades, etc.);

77.11-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;

77.19-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor (a locação e leasing operacional de quaisquer outros meios de transporte terrestre sem condutor, por período de curta ou longa duração, tais ônibus, motocicletas, trailers; caminhões, reboques, semirreboques e similares.);

77.32-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes;

77.39-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (motores, turbinas, máquinas e ferramentas; geradores, guinchos, guindastes e empilhadeiras; aparelhos de usos comerciais e indústrias; equipamentos cinematográficos; equipamentos profissionais para rádio, televisão e comunicações; equipamentos de teste, medição e controle; contêineres).

78.20-5/00 - Locação de mão-de-obra temporária;

81.11-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;

81.21-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios;

81.29-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente: limpeza em imóveis em geral;

81.30-3/00 - Atividades paisagísticas;

82.11-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;

82.19-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente: digitação, preparação de documento, selos, despacho de correspondência e transcrição de documentos;

82.20-2/00 - Atividades de teleatendimento - call center;

86.50-0/99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente: as atividades relacionadas com a saúde realizadas por profissionais legalmente habilitados, exceto as compreendidos nas subclasses anteriores, como as de médicos e dentistas, exercidas de forma independente: as atividades de optometristas, as atividades de instrumentadores cirúrgicos, outras atividades de serviços profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;

### **DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O Capital Social é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), totalmente integralizados, divididos em 800.000 de quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**CLÁUSULA QUARTA** - A Responsabilidade da sócia é restrita ao valor de seu capital e ela responde exclusivamente pela integralização do capital social, (art. 1.052/CC/2.002).  
Parágrafo Único: O capital social encontra-se totalmente subscrito e integralizado, em corrente moeda nacional pelos sócios.

### **DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO-LABORE**

**CLÁUSULA QUINTA** – A administração da empresa cabe à sócia **SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na empresa, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da empresa. autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa. (arts. 997, VI, VIII, 1.013, 1.015, 1064.CC/2002).

Parágrafo único. No exercício da administração, a administradora terá direito a uma retirada mensal a título de pró labore, e também, se for o caso. a distribuição de lucro se apurado mensalmente.

### **DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS**

**CLÁUSULA SEXTA** - Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a ele, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 997, VII; art. 1.065, CC/2002).

### **DO FALECIMENTO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Falecendo ou interditado a sócia, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço patrimonial especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a empresa se resolva em relação a seu socio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002).

### **DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

**CLÁUSULA OITAVA** - A Administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º. CC/2002).

### **DO FORO**

**CLÁUSULA NONA** - Fica eleito o foro de São Luís- MA, para o exercício e o cumprimento de obrigações decorrentes deste contrato.

São Luís — MA, 29 de agosto de 2022

---

SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA  
037.737.143-27





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MASTER FACILITIES LTDA consta assinado digitalmente por:



IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03773714327	SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA


CERTIFICO O REGISTRO EM 30/08/2022 11:44 SOB Nº 20221071806.  
PROTOCOLO: 221071806 DE 30/08/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12211435429. CNPJ DA SEDE: 05564043000113.  
NIRE: 21201217322. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/08/2022.  
MASTER FACILITIES LTDA

**JUCEMA**

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)

 	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO		
	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN		
2 e 1 NOME E SOBRENOME SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA		1ª HABILITAÇÃO 25/03/2013	
	3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 27/06/1989, SAO LUIS, MA		
	4a DATA EMISSÃO 12/09/2023	4b VALIDADE 11/09/2033	ACC  D
	4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF 0267393520032 SESP MA		
	6d CPF 037.737.143-27	5 Nº REGISTRO 05738090093	
	9 CAT HAB B		
NACIONALIDADE BRASILEIRO			
FILIAÇÃO EDIMAS NOGUEIRA PAIVA			
MARIA DO SOCORRO LOPES DA SILVA			
7 ASSINATURA DO PORTADOR			

	9	10	11	12
ACC 				
A 				
A1 				
B 			11/09/2033	
B1 				
C 				
C1 				

	9	10	11	12
D 				
D1 				
BE 				
CE 				
C1E 				
DE 				
D1E 				

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL  
SAO LUIS, MA

ASSINADO DIGITALMENTE

---

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

59664986043

MA050748571

# MARANHÃO

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAM**

1. - Nome / Subnome / Name / Subname / Nombre / Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia / Condição - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DOBMMYYW / Fecha / Lugar de Nascimento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DOBMMYYW / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DOBMMYYW / Validez / Valid - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity document - Issuing Authority / Documento de Identificação - Autoridade Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - 10. Filiação / Filiation - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA057380900<932<<<<<<<<<<  
8906278F3309117BRA<<<<<<<<<<6  
SORAYA<<KERLLY<DA<SILVA<PAIVA<



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.564.043/0001-13</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>19/03/2003</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MASTER FACILITIES LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>MASTER CONSTRUÇOES &amp; LIMPEZA</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação</b> <b>33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente</b> <b>38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos</b> <b>38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos</b> <b>38.22-0-00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos</b> <b>42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica</b> <b>42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações</b> <b>42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação</b> <b>43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente</b> <b>43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica</b> <b>43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás</b> <b>43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração</b> <b>43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio</b> <b>43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos</b> <b>43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente</b> <b>43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material</b> <b>43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque</b> <b>43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral</b> <b>43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores</b> <b>43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIOJARDINS,TO</b>	NÚMERO <b>25</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>65.074-199</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VINHAIS I</b>	MUNICÍPIO <b>SAO LUIS</b>
UF <b>MA</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>COMERCIAL@MASTEREMP.COM</b>	
TELEFONE <b>(98) 8260-1156</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **19/10/2023** às **15:35:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/3



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.564.043/0001-13</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>19/03/2003</b>
------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>MASTER FACILITIES LTDA</b>
---------------------------------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>43.91-6-00 - Obras de fundações</b> <b>43.99-1-01 - Administração de obras</b> <b>43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias</b> <b>43.99-1-03 - Obras de alvenaria</b> <b>43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras</b> <b>43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água</b> <b>43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente</b> <b>45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores</b> <b>46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças</b> <b>49.29-9-99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente</b> <b>49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.</b> <b>49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional</b> <b>52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente</b> <b>52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga</b> <b>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</b> <b>74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</b> <b>77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor</b> <b>77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor</b> <b>77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes</b> <b>77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador</b>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------

LOGRADOURO <b>AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIOJARDINS,TO</b>	NÚMERO <b>25</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	-----------------------------

CEP <b>65.074-199</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VINHAIS I</b>	MUNICÍPIO <b>SAO LUIS</b>	UF <b>MA</b>
--------------------------	-------------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>COMERCIAL@MASTEREMP.COM</b>	TELEFONE <b>(98) 8260-1156</b>
-------------------------------------------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---------------------------------------------------

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>
------------------------------------	-------------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	-------------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **19/10/2023** às **15:35:51** (data e hora de Brasília).Página: **2/3**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.564.043/0001-13 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/03/2003</div>
------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

NOME EMPRESARIAL  
MASTER FACILITIES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária  
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais  
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios  
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente  
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas  
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo  
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente  
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento  
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHAO,  
SUBCOND.07-PATIOJARDINS,TO

NÚMERO  
25

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
65.074-199

BAIRRO/DISTRITO  
VINHAIS I

MUNICÍPIO  
SAO LUIS

UF  
MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
COMERCIAL@MASTEREMP.COM

TELEFONE  
(98) 8260-1156

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/10/2023 às 15:35:51 (data e hora de Brasília).

Página: 3/3



# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

## SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

### CERTIDÃO

**EMPREGADOR:** MASTER FACILITIES LTDA

**CNPJ:** 05.564.043/0001-13

**CERTIDÃO EMITIDA** em 11/12/2023, às 08:45:29

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), recebidos e processados até a data abaixo informada, certifica-se que o empregador acima identificado emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **IGUAL** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

**Data do processamento dos dados:** 10/12/2023

1. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
2. Esta certidão não abrange autos de infração e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
3. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **Ij9kFOI93V873xa**.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 19/10/2023 15:38:58

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MASTER FACILITIES LTDA**  
CNPJ: **05.564.043/0001-13**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MASTER FACILITIES LTDA**  
**CNPJ: 05.564.043/0001-13**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:22:08 do dia 12/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/12/2023.

Código de controle da certidão: **4B9A.06D8.A94A.340D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.564.043/0001-13  
**Razão Social:** MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI  
**Endereço:** R TRINTA 5 / COHEB DO SACAVERM / SAO LUIS / MA / 65042-210

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/11/2023 a 16/12/2023

**Certificação Número:** 2023111707284332043839

Informação obtida em 27/11/2023 10:04:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MASTER FACILITIES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.564.043/0001-13

Certidão nº: 58069416/2023

Expedição: 19/10/2023, às 15:35:06

Validade: 16/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MASTER FACILITIES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.564.043/0001-13**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

**Nº Certidão:** 272977/23

**Data da**

29/09/2023 08:46:16

**Inscrição Estadual:** 125865066

**CPF/CNPJ:** 05564043000113

**Razão Social:** MASTER FACILITIES LTDA

**Endereço:** AVE JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO SUBCOND 07-PATIOJARDINS

**Telefone:** (98)81952808

**Município:** SÃO LUIS

**UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

**Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 27/01/2024.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 29/09/2023 08:46:45



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA**

**Nº Certidão:** 066112/23

**Data da**

13/09/2023 09:22:26

**Inscrição Estadual:** 125865066

**CPF/CNPJ:** 05564043000113

**Razão Social:** MASTER FACILITIES LTDA

**Endereço:** AVE JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO SUBCOND 07-PATIOJARDINS

**Telefone:** (98)81952808

**Município:** SÃO LUIS

**UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

**Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 11/01/2024.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 29/09/2023 08:47:31



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**

**Número da Certidão: 00008396102023**

Validade: 22/03/2024

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO FISCAL RELATIVO A PESSOA JURÍDICA, DESCRITA ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPÓTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 05.564.043/0001-13	Inscrição Municipal: 50038009
Razão Social: MASTER FACILITIES LTDA	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
781080000 – SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIOJA	
Número: 25	Complemento: QUADRA04
Bairro: VINHAIS I	
Município: SÃO LUÍS – MA	CEP: 65074199

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **23 de novembro de 2023 às 10:11**, sob o código de autenticidade nº **481FC13F61D84DAEF4B91552002A7609**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em  
<https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao>.

**"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."**



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

**2023**

# **ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO**

**FINALIDADE: FUNCIONAMENTO DE ESTÁBELECIMENTO**

<b>INSCRIÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>NÚMERO DE CONTROLE</b>
50038009	05.564.043/0001-13	92120232686816

**RAZÃO SOCIAL**

MASTER FACILITIES LTDA

**NOME FANTASIA**

MASTER CONSTRUÇOES & LIMPEZA

**LOCALIZAÇÃO**

**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA**

AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIOJA QUADRA04 Nº 25, VINHAIS I  
65074199 -SAO LUIS-MA

**CNAE Principal e Secundários**

781080000 - SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA

**RESTRIÇÕES**

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

**NOTA: ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.**

**VALIDADE: 31/12/2023**

**CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:**  
**C33B907B9DD2D6FF125F618691EE3224**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Corregedoria Geral da Justiça  
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

CERTJUDONE-SJDFRSL - 106472023

Código de validação: 251062998A

Número da guia: 23057301001654726.

**USANDO** da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio**, a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) até o dia vinte e dois (22) do mês de novembro (11) do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR<sup>1</sup>** distribuição de pedido de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil** contra: **MASTER FACILITIES LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob nº **05.564.043/0001-13**. **CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum “Desembargador Sarney Costa”, nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Anselmo de Jesus Carvalho**, Secretário Judicial da Distribuição, mat. 100073, consultei, digitei, subscrevo e assino digitalmente.

ANSELMO DE JESUS CARVALHO  
Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final  
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís  
Matrícula 100073

<sup>1</sup> **OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas no sistema Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link <https://selos.tjma.jus.br>, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

**Fórum Desembargador “Sarney Costa”**

Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 3194-5408 / 5409

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 23/11/2023 15:18 (ANSELMO DE JESUS CARVALHO)



CERTJUDONE-SJDFRSL - 106472023 / Código: 251062998A

Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.  
#ConsumoConsciente

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 21201217322	CNPJ 05.564.043/0001-13	
NOME EMPRESARIAL MASTER FACILITIES LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 2
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 77.AB.DC.73.27.64.B5.4D.0D.CF.FC.B8.F3.14.79.6A.9B.6D.43.02	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	05564043000113	MASTER FACILITIES LTDA:05564043000113	6426956639148459204	07/03/2023 a 06/03/2024	Sim
Contador	61024496309	THALYTA NUNES BOTELHO:61024496309	8611981328831380691	27/03/2023 a 27/03/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:  
77.AB.DC.73.27.64.B5.4D.0D.CF.FC.B8  
.F3.14.79.6A.9B.6D.43.02-3

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/06/2023 às 21:37:51

20.6E.1A.E5.B8.38.F7.89  
81.63.3A.17.49.5F.F7.5D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:	MASTER FACILITIES LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	05.564.043/0001-13
Número de Ordem do Livro:	2		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	MASTER FACILITIES LTDA
NIRE	21201217322
CNPJ	05.564.043/0001-13
Número de Ordem	2
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	São Luís
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/03/2003
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1673

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	MASTER FACILITIES LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	2
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1673
Data de início	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 77.AB.DC.73.27.64.B5.4D.0D.CF.FC.B8.F3.14.79.6A.9B.6D.43.02-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: MASTER FACILITIES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 05.564.043/0001-13

Número de Ordem do Livro: 2

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
*** Ativo ***		R\$ 2.998.601,75	R\$ 3.549.021,89
Ativo Circulante		R\$ 2.733.018,09	R\$ 3.170.981,73
Disponibilidades		R\$ 64.354,31	R\$ 616.309,04
Numerários em Espécie		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Caixa Geral		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bancos		R\$ 64.354,31	R\$ 616.309,04
Contas Correntes		R\$ 64.354,31	R\$ 616.309,04
Banco do Brasil		R\$ 51.803,70	R\$ 616.309,04
Banco Itau		R\$ 12.550,61	R\$ 0,00
Clientes		R\$ 1.738.107,38	R\$ 2.056.011,54
Clientes Nacionais		R\$ 1.738.107,38	R\$ 2.056.011,54
Duplicatas a Receber		R\$ 1.738.107,38	R\$ 2.056.011,54
Clientes Diversos		R\$ 1.737.407,38	R\$ 2.056.011,54
Cristian Brocardo Seerger		R\$ 700,00	R\$ 0,00
Créditos		R\$ 11.492,19	R\$ 25.053,09
Créditos com Terceiros		R\$ 11.492,19	R\$ 25.053,09
Créditos de Funcionários		R\$ 11.492,19	R\$ 25.053,09
Vale Transporte		R\$ 2.613,70	R\$ 16.174,60
Vale Alimentação		R\$ 8.878,49	R\$ 8.878,49
Estoques		R\$ 919.064,21	R\$ 473.608,06
Estoques em Estabelecimentos Próprios		R\$ 919.064,21	R\$ 473.608,06
Estoques de Materiais		R\$ 919.064,21	R\$ 473.608,06
Matérias Primas		R\$ 919.064,21	R\$ 473.608,06
Ativo não Circulante		R\$ 265.583,66	R\$ 378.040,16
Investimentos		R\$ 265.583,66	R\$ 378.040,16
Outros Investimentos		R\$ 265.583,66	R\$ 378.040,16
Aplicações		R\$ 265.583,66	R\$ 378.040,16
Aplicações Financeiras		R\$ 265.583,66	R\$ 378.040,16
*** Passivo ***		R\$ 2.998.601,75	R\$ 3.549.021,89
Passivo Circulante		R\$ 12.812,95	R\$ 341.243,28
Obrigações de Curto Prazo		R\$ 12.812,95	R\$ 341.243,28
(-) Fornecedores		R\$ (0,00)	R\$ 65.450,80

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 77.AB.DC.73.27.64.B5.4D.0D.CF.FC.B8.F3.14.79.6A.9B.6D.43.02-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.7 do Visualizador

Página 1 de 3

## BALANÇO PATRIMONIAL

<b>Entidade:</b>	MASTER FACILITIES LTDA		
<b>Período da Escrituração:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>CNPJ:</b>	05.564.043/0001-13
<b>Número de Ordem do Livro:</b>	2		
<b>Período Selecionado:</b>	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) Fornecedores Nacionais		R\$ (0,00)	R\$ 65.450,80
(-) Fornecedores Diversos		R\$ (0,00)	R\$ 65.450,80
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais		R\$ 12.812,95	R\$ 275.792,48
(-) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		R\$ (0,00)	R\$ 221.483,48
(-) FGTS a Recolher		R\$ (0,00)	R\$ 15.068,27
(-) Salários a Pagar		R\$ (0,00)	R\$ 206.415,21
Obrigações Fiscais		R\$ 12.812,95	R\$ 54.309,00
PIS a Recolher		R\$ 2.220,39	R\$ (0,00)
COFINS a Recolher		R\$ 10.247,99	R\$ (0,00)
(-) IRPJ a Recolher		R\$ (0,00)	R\$ 38.856,60
(-) CSLL a Recolher		R\$ (0,00)	R\$ 15.452,40
Simples a Recolher		R\$ 344,57	R\$ (0,00)
(-) Provisões		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Provisões de Natureza Trabalhista		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Dividendos Propostos ou Lucros Creditados		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Dividendos a Pagar		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
Passivo não Circulante		R\$ 866.579,79	R\$ 509.990,73
Obrigações de Longo Prazo		R\$ 866.579,79	R\$ 509.990,73
Fornecedores		R\$ 866.579,79	R\$ 509.990,73
Fornecedores Nacionais		R\$ 866.579,79	R\$ 509.990,73
Fornecedores Diversos		R\$ 866.579,79	R\$ 509.990,73
Patrimônio Líquido		R\$ 2.119.209,01	R\$ 2.697.787,88
Capital Realizado		R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
Capital Social		R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
Capital Social de Domiciliados e Residentes no País		R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País		R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
(-) Reservas		R\$ (0,00)	R\$ 120.000,00
(-) Reservas		R\$ (0,00)	R\$ 120.000,00
(-) Reservas de Lucros		R\$ (0,00)	R\$ 120.000,00
(-) Reserva de Lucros		R\$ (0,00)	R\$ 120.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 77.AB.DC.73.27.64.B5.4D.0D.CF.FC.B8.F3.14.79.6A.9B.6D.43.02-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

## BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MASTER FACILITIES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 05.564.043/0001-13

Número de Ordem do Livro: 2

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Outras Contas		R\$ 1.319.209,01	R\$ 1.777.787,88
Outras Contas		R\$ 1.319.209,01	R\$ 1.777.787,88
Lucros Acumulados		R\$ 1.319.914,02	R\$ 1.778.492,89
Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia		R\$ 1.319.914,02	R\$ 1.778.492,89
(-) (-) Prejuízos Acumulados		R\$ (705,01)	R\$ (705,01)
(-) (-) Prejuízos Acumulados		R\$ (705,01)	R\$ (705,01)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 77.AB.DC.73.27.64.B5.4D.0D.CF.FC.B8.F3.14.79.6A.9B.6D.43.02-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.7 do Visualizador

Página 3 de 3

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



<b>Entidade:</b>	MASTER FACILITIES LTDA		
<b>Período da Escrituração:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>CNPJ:</b>	05.564.043/0001-13
<b>Número de Ordem do Livro:</b>	2		
<b>Período Selecionado:</b>	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Bruta Operacional		R\$ 0,00	R\$ 5.428.690,42
Faturamento Prod. Merc. e Serviços		R\$ 0,00	R\$ 5.428.690,42
Vendas de Produtos		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vendas de Serviços		R\$ 0,00	R\$ 5.428.690,42
(-) Deduções da Receita		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
(-) Impostos Faturados		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
(-) Outras Deduções		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
(-) Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos		R\$ 0,00	R\$ (2.949.008,47)
(-) Custo dos Produtos Vendidos		R\$ 0,00	R\$ (2.694.557,57)
(-) Custo dos Serviços Prestados		R\$ 0,00	R\$ (254.450,90)
(-) Despesas Operacionais		R\$ 0,00	R\$ (701.189,06)
(-) Despesas Administrativas		R\$ 0,00	R\$ (469.636,10)
(-) Despesas Tributárias		R\$ 0,00	R\$ (223.692,31)
(-) Resultado Financeiro		R\$ 0,00	R\$ (7.860,65)
(-) Despesas Financeiras		R\$ 0,00	R\$ (7.860,65)
Outras Receitas e Outras Despesas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participações e Contribuições		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Participações de Empregados		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
(-) Outras Participações		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
Resultado Líquido do Exercício		R\$ 0,00	R\$ 1.778.492,89

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 77.AB.DC.73.27.64.B5.4D.0D.CF.FC.B8.F3.14.79.6A.9B.6D.43.02-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

# Índices Financeiros 2022

**Empresa:** MASTER FACILITIES LTDA – CNPJ: 05.564.043/0001-13

**Endereço:** Av. Jeronimo de Albuquerque Maranhao, subcond.07-patio jardins, to, nº 25, Vinhais I, CEP: 65.074-199, São Luís-MA.

**NIRE:** 21201217322 – Data: 19/03/2003

ÍNDICES DE LIQUIDEZ				
ÍNDICE		FÓRMULAS	VALORES	ÍNDICE
LIQUIDEZ GERAL	=	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{NÃO CIRCULANTE}}$	$\frac{3.170.981,73}{341.243,28}$	9,29
LIQUIDEZ CORRENTE	=	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	$\frac{3.170.981,73}{341.243,28}$	9,29
SOLVENCIA GERAL	=	$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{NÃO CIRCULANTE}}$	$\frac{3.549.021,89}{341.243,28}$	10,40

Assinado digitalmente por SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA:03773714327  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI  
Múltipla v2, OU=Renovacao Eletronica,  
OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A1,  
CN=SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA:  
03773714327  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Foxit PhantomPDF Versão: 10.0.0

SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA  
TITULAR  
CPF:037.737.143-27

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2022

Assinado digitalmente por THALYTA NUNES BOTELHO:61024496309  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170,  
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,  
OU=RFB-e-CNPJ A1, OU=SEM BRANCO,  
OU=videoconferencia, CN=THALYTA NUNES  
BOTELHO:61024496309  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Foxit PhantomPDF Versão: 10.0.0

THALYTA NUNES BOTELHO  
CONTADORA  
CPF:610.244.963-09  
CRC: MA-015348/O-8

# NOTA EXPLICATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

**Empresa:** MASTER FACILITIES LTDA – CNPJ: 05.564.043/0001-13

**Endereço:** Av. Jeronimo de Albuquerque Maranhao, subcond.07-patio jardins, to, nº 25, Vinhais I, CEP: 65.074-199, São Luís-MA.

**NIRE:** 21201217322 – Data: 19/03/2003

## Nota 1 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

### NOTA 1 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A empresa **MASTER FACILITIES LTDA** elaborou e está apresentando as suas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com a ITG 1000 Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC.

### NOTA 2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela **MASTER FACILITIES LTDA**. Sem qualquer reserva, a empresa declara que estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas rigorosamente de acordo com a ITG 1000. A empresa, estabelecida na cidade de São Luís-MA, dedica-se a serviços de outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. A principal prática adotada é o regime de competência. O capital social, totalmente integralizado, é de, 800.000 em quota de 100% a sócia administradora SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA, no valor total de R\$ 800.000,00. A empresa iniciou suas atividades 19 de Março de 2003 e seu contrato social está devidamente registrado na JUCEMA. Durante o ano, obteve-se um lucro de **R\$ 1.778.492,89**.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2022

SORAYA KERLLY  
DA SILVA PAIVA:  
03773714327

Assinado digitalmente por SORAYA KERLLY DA  
SILVA PAIVA.03773714327  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multiple  
VS, OU=Renovacao Eletronica, OU=Certificado  
Digital, OU=Certificado PF A1, CN=SORAYA  
KERLLY DA SILVA PAIVA.03773714327  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Post-PhantomPDF Versão: 10.0.0

SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA  
TITULAR  
CPF:037.737.143-27

THALYTA NUNES  
BOTELHO:  
61024496309

Assinado digitalmente por THALYTA NUNES  
BOTELHO.61024496309  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073740000170,  
OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB,  
OU=RFB-e-CNPJ A1, OU=SEM BRANCO),  
OU=Assinatura Eletronica, CN=THALYTA NUNES  
BOTELHO.61024496309  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Post-PhantomPDF Versão: 10.0.0

THALYTA NUNES BOTELHO  
CONTADORA  
CPF:610.244.963-09  
CRC: MA-015348/O-8

## TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 74 páginas, eletronicamente numerada de 1 a 74, sendo uma via, todas elas já escrituradas no Livro Diário nº 5, referente ao período 01/01/2021 a 31/12/2021 da firma MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI, estabelecida na Rua: AVENIDA CEL COLARES MOREIRA, N.º: 10, ED.S.L.MULTIEMPRES/SL/609, Bairro: RENASCENCA, Cidade: SAO LUIS, Estado: MA, CEP: 65.075-441, inscrita no C.N.P.J: 05.564.043/0001-13 e registrada na JUCEMA - sob o nº 21600100909, por despacho de 19/03/2003.

São Luís-MA, 1 de Janeiro de 2021

---

CRISTIAN BROCARDIO SEEGER  
TITULAR  
CPF:038.658.133-99

---

THALYTA NUNES BOTELHO  
CONTADORA  
CPF:610.244.963-09  
CRC: MA-015348/O-8



## TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 74 páginas, eletronicamente numerada de 1 a 74, sendo uma via, todas elas já escrituradas no Livro Diário nº 5, referente ao período 01/01/2021 a 31/12/2021 da firma MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI, estabelecida na Rua: AVENIDA CEL COLARES MOREIRA, N.º: 10, ED.S.L.MULTIEMPRES/SL/609, Bairro: RENASCENCA, Cidade: SAO LUIS, Estado: MA, CEP: 65.075-441, inscrita no C.N.P.J: 05.564.043/0001-13 e registrada na JUCEMA - sob o nº 21600100909, por despacho de 19/03/2003.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

---

CRISTIAN BROCARDIO SEEGER  
TITULAR  
CPF:038.658.133-99

---

THALYTA NUNES BOTELHO  
CONTADORA  
CPF:610.244.963-09  
CRC: MA-015348/O-8



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03865813399	CRISTIAN BROCARDI SEEGER
61024496309	THALYTA NUNES BOTELHO

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 18/02/2022 12:25 SOB Nº 20220208727.  
PROTOCOLO: 220208727 DE 15/02/2022. NIRE: 21600100909.  
MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI

**JUCEMA**

ISABELA PALUSKI  
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO  
SÃO LUÍS, 18/02/2022  
empresafacil.ma.gov.br

## Balço Patrimonial

Empresa: MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI - CNPJ: 05.564.043/0001-13

Fortes Contábil

Endereço: AVENIDA CEL COLARES MOREIRA, N.º: 10, ED.S.L.MULTIEMPRES/SL/609, Bairro: RENASCENCA, Cidade: SAO LUIS, Estado: MA,

CEP: 65.075-441.

NIRE: 21600100909 - Data: 19/03/2003

Conta	Descrição	31/12/2021
1	*** Ativo ***	2.998.601,75 D
1.01	Ativo Circulante	2.733.018,09 D
1.01.01	Disponibilidades	64.354,31 D
1.01.01.02	Bancos	64.354,31 D
1.01.01.02.01	Contas Correntes	64.354,31 D
1.01.01.02.01.0001	Banco do Brasil	51.803,70 D
1.01.01.02.01.0002	Banco Itau	12.550,61 D
1.01.03	Cientes	1.738.107,38 D
1.01.03.01	Cientes Nacionais	1.738.107,38 D
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	1.738.107,38 D
1.01.03.01.01.0001	Cientes Diversos	1.737.407,38 D
1.01.03.01.01.0002	Cristian Brocardo Seeger	700,00 D
1.01.05	Créditos	11.492,19 D
1.01.05.01	Créditos com Terceiros	11.492,19 D
1.01.05.01.03	Créditos de Funcionários	11.492,19 D
1.01.05.01.03.0005	Vale Transporte	2.613,70 D
1.01.05.01.03.0006	Vale Alimentação	8.878,49 D
1.01.15	Estoques	919.064,21 D
1.01.15.01	Estoques em Estabelecimentos Próprios	919.064,21 D
1.01.15.01.02	Estoques de Materiais	919.064,21 D
1.01.15.01.02.0001	Matérias Primas	919.064,21 D
1.07	Ativo não Circulante	265.583,66 D
1.07.01	Investimentos	265.583,66 D
1.07.01.03	Outros Investimentos	265.583,66 D
1.07.01.03.01	Aplicações	265.583,66 D
1.07.01.03.01.0001	Aplicações Financeiras	265.583,66 D
Total Ativo		2.998.601,75 D
2	*** Passivo ***	2.998.601,75 C
2.01	Passivo Circulante	12.812,95 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	12.812,95 C
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	12.812,95 C
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	12.812,95 C
2.01.01.03.03.0004	PIS a Recolher	2.220,39 C
2.01.01.03.03.0005	COFINS a Recolher	10.247,99 C
2.01.01.03.03.0010	Simples a Recolher	344,57 C
2.03	Passivo não Circulante	866.579,79 C
2.03.01	Obrigações de Longo Prazo	866.579,79 C
2.03.01.01	Fornecedores	866.579,79 C
2.03.01.01.01	Fornecedores Nacionais	866.579,79 C
2.03.01.01.01.0001	Fornecedores Diversos	866.579,79 C
2.07	Patrimônio Líquido	2.119.209,01 C
2.07.01	Capital Realizado	800.000,00 C
2.07.01.01	Capital Social	800.000,00 C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	800.000,00 C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	800.000,00 C
2.07.07	Outras Contas	1.319.209,01 C
2.07.07.01	Outras Contas	1.319.209,01 C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	1.319.914,01 C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia	1.319.914,01 C
2.07.07.01.02	(-) Prejuízos Acumulados	705,00 D
2.07.07.01.02.0001	(-) Prejuízos Acumulados	705,00 D
Total Passivo		2.998.601,75 C

Data de Encerramento: 31/12/2021

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 2.998.601,75 (Dois Milhões Novecentos e Noventa e Oito Mil Seiscentos e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos) .

## Balço Patrimonial

Empresa: MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI - CNPJ: 05.564.043/0001-13

Fortes Contábil

Endereço: AVENIDA CEL COLARES MOREIRA, N.º: 10, ED.S.L.MULTIEMPRES/SL/609, Bairro: RENASCENCA, Cidade: SAO LUIS, Estado: MA, CEP: 65.075-441.

NIRE: 21600100909 - Data: 19/03/2003

Conta	Descrição	31/12/2021
-------	-----------	------------

CRISTIAN BROCARD SEGER  
TITULAR  
CPF:038.658.133-99

THALYTA NUNES BOTELHO  
CONTADORA  
CPF:610.244.963-09  
CRC: MA-015348/O-8

## Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI - CNPJ: 05.564.043/0001-13

NIRE: 21600100909 - Data: 19/03/2003

Fortes Contábil

Endereço: AVENIDA CEL COLARES MOREIRA, N.º: 10, ED.S.L.MULTIEMPRES/SL/609, Bairro: RENASCENCA, Cidade: SAO LUIS, Estado: MA, CEP: 65.075-441

Conta	Descrição	01/01/2021 a 31/12/2021
(+) 010	Receita Bruta Operacional	1.737.407,38
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	1.737.407,38
010.01.03	Vendas de Serviços	1.737.407,38
3.01.01.01.01.0006	Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno	1.737.407,38
(-) 020	Deduções da Receita	77.516,48
020.01	Impostos Faturados	77.516,48
020.01.03	COFINS	10.247,99
3.01.01.01.03.0003	COFINS	10.247,99
020.01.04	PIS	2.220,39
3.01.01.01.03.0004	PIS/PASEP	2.220,39
020.01.05	Simples	65.048,10
3.01.01.01.03.0007	Simples	65.048,10
(=) 030	Receita Líquida	1.659.890,90
(-) 040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	267.923,39
040.01	Custo dos Produtos Vendidos	220.371,94
3.01.01.03.02	Custo dos Produtos de Fabricação Própria Produzidos	220.371,94
3.01.01.03.02.0011	INSS - Previdência Social	1.861,25
3.01.01.03.02.0040	Ordenados, Salários e Gratificações	215.798,25
3.01.01.03.02.0048	Fardamento	1.366,00
3.01.01.03.02.0061	Rescisões	1.346,44
040.03	Custo dos Serviços Prestados	47.551,45
3.01.01.03.06	Custo dos Serviços Produzidos	47.551,45
3.01.01.03.06.0001	Material Aplicado na Produção de Serviços	34.540,36
3.01.01.03.06.0006	Outros Gastos com Pessoal Ligado à Produção de Serviços	7.840,36
3.01.01.03.06.0012	FGTS	2.729,52
3.01.01.03.06.0049	Parcelamento FGTS - MP 927/2020	484,65
3.01.01.03.06.0050	Parcelamento SEMFAZ	1.956,56
(=) 060	Lucro Bruto	1.391.967,51
(-) 070	Despesas Operacionais	56.492,33
070.01	Despesas Administrativas	32.142,12
3.01.01.07.01	Despesas Operacionais das Atividades em Geral	32.142,12
3.01.01.07.01.0025	Despesas com Veículos e de Conservação de Bens e Instalações	3.000,00
3.01.01.07.01.0029	Multas	4.295,93
3.01.01.07.01.0041	Despesa com Viagens, Diárias e Ajuda de Custos	2.193,00
3.01.01.07.01.0056	Seguros Diversos	754,01
3.01.01.07.01.0061	Assessoria Jurídica	15.000,00
3.01.01.07.01.0066	Materiais de Expediente	200,00
3.01.01.07.01.0068	Assessoria Contábil	6.000,00
3.01.01.07.01.0071	Despesas C/ Cartório	44,18
3.01.01.07.01.0073	Frete	45,00
3.01.01.07.01.0075	Despesa com ASO	200,00
3.01.01.07.01.0076	Certificado Digital	410,00
070.02	Despesas com Vendas	23.458,07
3.01.01.07.02	Despesas de Vendas	23.458,07
3.01.01.07.02.0022	Fardamento	23.458,07
070.03	Despesas Tributárias	873,19
3.01.01.07.03	Despesas Tributárias	873,19
3.01.01.07.03.0011	Impostos e Taxas Diversas	873,19
070.04	Resultado Financeiro	18,95
070.04.02	Despesas Financeiras	18,95
3.01.01.09.01	Despesas Financeiras	18,95
3.01.01.09.01.0006	Juros Pagos e/ou Incorridos	18,95
(-) 080	Outras Receitas e Outras Despesas	(15.561,16)
080.02	Outras Despesas	15.561,16
3.01.03.01.02	Despesas Não Operacionais	15.561,16

Continua...

## Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI - CNPJ: 05.564.043/0001-13

NIRE: 21600100909 - Data: 19/03/2003

Endereço: AVENIDA CEL COLARES MOREIRA, N.º: 10, ED.S.L.MULTIEMPRES/SL/609, Bairro: RENASCENCA, Cidade: SAO LUIS, Estado: MA, CEP: 65.075-441

Fortes Contábil

Conta	Descrição	01/01/2021 a 31/12/2021
3.01.03.01.02.0003	Outras Despesas Não Operacionais	13.065,81
3.01.03.01.02.0004	Cartão de Crédito	607,86
3.01.03.01.02.0005	Anotação de Responsabilidade Técnica	266,34
3.01.03.01.02.0006	Anuidade CREA-MA	955,23
3.01.03.01.02.0008	Anuidade Licitação	665,92
(=) 110	Res. Antes das Participações e Contrib.	1.319.914,02
(=) 150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	1.319.914,02
(=) 200	Resultado Líquido do Exercício	1.319.914,02

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

CRISTIAN BROCARDIO SEEGER  
TITULAR  
CPF:038.658.133-99

THALYTA NUNES BOTELHO  
CONTADORA  
CPF:610.244.963-09  
CRC: MA-015348/O-8

## Índices Financeiros

Empresa: MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI - CNPJ: 05.564.043/0001-13

Endereço: AVENIDA CEL COLARES MOREIRA, N.º: 10, ED.S.L.MULTIEMPRES/SL/609, Bairro: RENASCENCA, Cidade: SAO LUIS, Estado: MA, CEP: 65.075-441

NIRE: 21600100909 - Data: 19/03/2003

Fortes Contábil

ÍNDICES				
ÍNDICE	FÓRMULAS		VALORES	ÍNDICE
LIQUIDEZ GERAL	=	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE+NÃO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE+NÃO CIRCULANTE}}$	=	$\frac{\text{R\$ 2.998.601,75}}{\text{R\$ 879.392,74}}$ <b>3,41</b>
LIQUIDEZ CORRENTE	=	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	=	$\frac{\text{R\$ 2.733.018,09}}{\text{R\$ 12.812,95}}$ <b>213,30</b>
SOLVENCIA GERAL	=	$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE+NÃO CIRCULANTE}}$	=	$\frac{\text{R\$ 2.998.601,75}}{\text{R\$ 879.392,74}}$ <b>3,41</b>

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

CRISTIAN BROCARDIO SEEGER  
EMPRESÁRIO  
CPF:038.658.133-99

THALYTA NUNES BOTELHO  
CONTADORA  
CPF:610.244.963-09  
CRC: MA-015348/O-8



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03865813399	CRISTIAN BROCARDI SEEGER
61024496309	THALYTA NUNES BOTELHO

**JUCEMA**

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/02/2022 12:22 SOB Nº 20220208654.  
PROTOCOLO: 220208654 DE 18/02/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12202200090. CNPJ DA SEDE: 05564043000113.  
NIRE: 21600100909. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/02/2022.  
MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI

RICARDO DINIZ DIAS  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12202200260 em 18/02/2022, protocolo 220208727. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

### Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI
Número de Registro:	21600100909
CNPJ:	05564043000113
Município:	São Luís

### Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	5
Período de Escrituração:	01/01/2021 - 31/12/2021

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
03865813399	CRISTIAN BROCARDI SEEGER	
61024496309	THALYTA NUNES BOTELHO	MA015348/O-8

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/02/2022 12:22 SOB Nº 20220208654.  
PROTOCOLO: 220208654 DE 18/02/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12202200090. CNPJ DA SEDE: 05564043000113.  
NIRE: 21600100909. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/02/2022.  
MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI

RICARDO DINIZ DIAS  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)



## NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### CONTEXTO OPERACIONAL

A **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA**, é uma empresa prestadora de serviços constituída em 2003, com a função social de exercer atividades em prol de pessoas físicas e com o intuito de manter o aprimoramento em suas ações desempenhando um serviço de confiança e qualidade.

### DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as principais legislações que as norteiam, tendo como principais dispositivos a Lei 6.404/1976, Lei 11.368/2007, MP 499/08 e a Lei 11.941/09, além de seguir as normas da NBCTG 1.000. Recorrendo ainda, sempre que possível, aos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Conselho Federal e Contabilidade do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### PRÁTICAS CONTÁBEIS

Como base de mensuração dos elementos das demonstrações contábeis, especificamente o Balanço Patrimonial é o utilizado método do custo histórico. A Demonstração do Resultado do Exercício cumpre o estabelecido pelo princípio da competência.

Seguindo as operações internas da companhia foram as informações contábeis foram realizadas em moeda corrente nacional, o real.

Ademais, a empresa adota o exercício do ano civil, compreendendo no referido ano das presentes demonstrações o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

### DETALHAMENTO DAS CONTAS

#### ATIVO CIRCULANTE

**Endereço:** Av. Jeronimo de Albuquerque, Subcond.07, Nº25. Bairro: Vinhais I (Patio Jardins) São Luís/MA.  
**CNPJ:** 05.564.043/0001-13.



a) Disponível

A conta Banco do Brasil apresenta o saldo do capital social aplicado na empresa e os valores recebidos dos contratos firmados.

A conta Banco Itaú apresenta os valores recebidos dos contratos firmados.

b) Clientes

A conta Clientes Diversos apresenta os valores recebidos de curto prazo recebidos dos contratos firmados com a empresa.

c) Créditos

Saldo referente a benéficos pagos aos funcionários dos contratos firmados com a empresa.

d) Estoque

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, construção ou extração, não excedendo ao valor de mercado. A empresa fechou o ano com saldo em estoque.

## ATIVO NÃO CIRCULANTE

a) Aplicações Financeiras

São classificadas as participações e aplicações financeiras de caráter permanente, com o objetivo de gerar rendimentos para a empresa de forma que esses bens e direitos não sejam destinados à manutenção das atividades normais da companhia. Segundo o inciso III do artigo 179 da Lei 6.404/76, as contas do grupo Investimentos serão classificadas da seguinte forma:

"As participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.

## PASSIVO CIRCULANTE

a) Obrigações de curto prazo

A conta do passivo circulante apresenta saldo de obrigações a pagar com prestadores de serviços. Este grupo também se refere às questões relacionadas ao pagamento de impostos, tópico fundamental para se manter em dia com o Fisco.



## PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### a) Obrigações de longo prazo

A conta do passivo não circulante apresenta saldo de obrigações a pagar de maneira a longo prazo. Este grupo também engloba os fornecedores, na qual, a empresa tem contrato para compra de materiais aplicados no uso da prestação de serviço.

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Na conta Capital Social, é demonstrado o valor disponibilizado pelo titular da empresa para o negócio. O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício período, os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

b) Na Conta Lucros ou Prejuízos Acumulados Resultado do exercício foi positivo, com lucro contábil o lucro contábil: Origina-se na contabilidade, quando as despesas e custos de determinado exercício são superados pelas receitas (sob o regime de competência). O lucro contábil apurado é transferido para a conta "lucros acumulados" do grupo patrimônio líquido, dando-lhe a destinação prevista no contrato. É apresentado o saldo do Lucro acumulado do ano anterior somado ao Lucro Líquido do exercício da demonstração que resultou em R\$ 1.319.914,01.

São Luís - MA, 31 de dezembro de 2021.

---

SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA  
SÓCIO ADMINISTRADOR  
CPF: 037.737.143-27

---

JACKSON RUI GOES NUNES  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE  
CPF: 418.512.693-04



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03773714327	SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA
41851269304	JACKSON RUI GOES NUNES

**JUCEMA**

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2022 11:43 SOB Nº 20221007369.  
PROTOCOLO: 221007369 DE 16/08/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12210708308. CNPJ DA SEDE: 05564043000113.  
NIRE: 21201217322. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/08/2022.  
MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

**A EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH**, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, Quadra 16, Casa nº 25, Calhau – CEP: 65.071-360, inscrita no CNPJ sob o nº 18.519.709/0001-63, atesta para os devidos fins, que a empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, CNPJ Nº 05.564.043/0001-13, sediada na Rua Trinta, nº 05, Coheb do Sacavém, São Luís/MA, tel.: 98 99120-9924, e-mail: mastereireli2003@yahoo.com, foi nossa prestadora de **serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das áreas médico-hospitalares, externas e esquadrias, com fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, produtos saneantes, equipamentos e utensílios**, para atender às necessidades da unidade de saúde **CENTRO DE SAÚDE DE REABILITAÇÃO DO OLHO D'ÁGUA/TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA (LOTE 01)**, localizada na Alameda Mearim, nº 200, Olho D'Água, São Luís – MA, Unidade de Saúde administrada pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH, tendo vigência a partir de 26/03/2021 conforme **CONTRATO Nº 179/2021 - GCC/EMSERH, PROCESSO Nº 116.988/2020/EMSERH**, tendo seu prazo de vigência por 12 (doze) meses, com o seguinte quantitativo de mão-de-obra:

Item	Função	Quantidade
1	Auxiliar de limpeza (servente) 44H	12
2	Auxiliar de limpeza (servente) 44H área externa	2
3	Encarregado 44H	2
<b>TOTAL</b>		<b>16</b>

Informamos ainda que a referida empresa tem executado de forma satisfatória os seus trabalhos, e cumpridora das normas contratuais e contra a

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES  
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

---

mesma não consta em nossos registros, nada que desabone a sua conduta técnica e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Luís/MA, 30 de dezembro de 2021.

  
**AIRTON SANTOS COSTA JUNIOR**

Analista Administrativo/EMSERH

MAT. 11148

  
**JOSÉ WILSON CARVALHO DE MESQUITA**

Diretor Administrativo/EMSERH

MAT. 7324



**CONTRATO Nº 179/2021-GCC/EMSERH.**  
**PROCESSO Nº 116.988/2020/EMSERH.**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI.**

**CONTRATANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH**, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, Qd. nº 16, Casa nº 25 – Bairro Calhau – Cep. nº 65.071-360, inscrita no CNPJ sob o nº 18.519.709/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **MARCOS ANTONIO DA SILVA GRANDE**, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF sob o nº 746.418.162-04 e portador da Cédula de Identidade nº 062643952017-1 (SSP/PA) e pelo Diretor Financeiro Sr. **JOSÉ LUCIO CAMPOS REIS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 146.492.173-34 e portador da Cédula de Identidade nº 053791912014-5 (SSP/MA), ambos residentes nesta Cidade.

**CONTRATADA: EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 05.564.043/0001-13, sediada à Rua 30, Casa 05 - Bairro Coheb do Sacavem / São Luís (MA) – Tel. (98) 9.9120-9924 – E-mail: mastereireli2003@yahoo.com, neste ato representada pelo Sr. **CRISTIAN BROCARDO SEEGER**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 038.658.133-99, residente e domiciliado na Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão.

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, resolvem celebrar o presente contrato, instruído no **Processo nº 116.988/2020-EMSERH – Licitação Eletrônica nº 164/2020-CSL/EMSERH**, com fundamento no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das áreas médico-hospitalares, externas e esquadrias com fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, produtos saneantes, equipamentos e utensílios, para atender a unidade de saúde **CENTRO DE SAÚDE DE REABILITAÇÃO DO OLHO D'ÁGUA / TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA (LOTE 01)**, unidade administrada pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares/EMSERH, conforme Termo de Referência e proposta adequada apresentada pela Empresa Contratada (anexa), partes integrantes deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:** A Contratada deverá executar o presente contrato de acordo com as especificações da proposta apresentada em anexo, no que tange às suas características, atualizações e padrões de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis, devendo seguir as especificações e quantitativos homologados;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**3.1.** O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, com início da prestação dos serviços em **até 15 (quinze) dias**, a contar da emissão da Ordem de Serviço, devendo ocorrer de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações contidas neste memorando.



**3.2.** O local de execução do serviço e quantitativo da Unidade de Saúde está descrito no **ANEXO A e F** do Termo de Referência, respectivamente.

**3.2.1.** Considerar-se-á área externa aquela não edificada, mas integrante do imóvel.

**3.3.** Os horários da prestação de serviço podem sofrer alterações pela equipe de fiscalização do contrato, sendo respeitado o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

**3.4.** A prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais, produtos e equipamentos nas Unidades de Saúde, envolve a alocação, pela CONTRATADA, de mão de obra capacitada e qualificada para desempenhar as atividades de acordo com a legislação vigente e a produtividade mínima apresentada na proposta. As instruções, normas e procedimentos estão previstos no **ANEXO B** Termo de Referência, devendo a CONTRATADA executar as atividades apresentadas de acordo com as frequências estabelecidas.

**3.5.** A limpeza predial deve seguir normas técnicas recomendadas pelo Gestor do Contrato, principalmente, com respeito ao treinamento, reciclagem e supervisão sistemática do pessoal, relatório de ocorrências e demais determinações.

**3.6. Conforme Plano de Trabalho, as seguintes tarefas gerais devem ser observadas pelos empregados da CONTRATADA:**

**3.6.1.** Cumprir o código de conduta e o regimento interno, bem como as demais ordens da administração;

**3.6.2.** Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;

**3.6.3.** Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;

**3.6.4.** Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento do seu local de trabalho;

**3.6.5.** Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;

**3.6.6.** Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;

**3.6.7.** Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando ao responsável imediato qualquer eventualidade que observe;

**3.6.8.** Comunicar à segurança a presença de estranhos no local de trabalho, avisando sempre que houver a informação ou suspeita de incêndio, arrombamento, furto e quedas de materiais ou pessoas;

**3.6.9.** Manter sigilo das informações a que tiver acesso;

**3.6.10.** Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;

**3.6.11.** Observar o prazo estipulado para execução de suas tarefas;

**3.6.12.** Apresentar-se sempre com crachá e uniforme completo, zelando por sua conservação e comunicando ao preposto a necessidade de reposição.

**3.6.13.** Reportar-se ao preposto, com a devida antecedência, para comunicação de possíveis atrasos, faltas ou quaisquer eventualidades.

**3.7. São vedadas as seguintes condutas aos colaboradores lotados na Unidade de Saúde:**

**3.7.1.** Opor resistência injustificada à ordem e/ou orientação emanada pelo Preposto;

**3.7.2.** Cometer a pessoa estranha da Unidade, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

**3.7.3.** Proceder de forma desidiosa;

- 3.7.4. Utilizar recursos materiais da Unidade em serviços ou atividades particulares;
- 3.7.5. Permanecer sem identificação nas dependências da Unidade; --
- 3.7.6. A utilização de lavatórios para lavar panos de limpeza ou outros materiais, sendo obrigatório o uso de baldes;
- 3.7.7. A desconexão dos sifões das pias dos banheiros para encher baldes com água.
- 3.8. É vedado ao preposto o não cumprimento de solicitação e/ou orientação da equipe de fiscalização do contrato pertinente à execução dos serviços, bem como o não repasse das orientações recebidas aos prestadores de serviço.
- 3.9. A contratação será realizada por postos distribuídos em cada unidade de Saúde, observadas as despesas com todo o material envolvido no serviço, as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local, objeto da contratação com índices de produtividade.
- 3.10. O valor dos serviços será aferido por posto, juntamente com os custos de materiais, equipamentos e uniformes. Dessa forma, a CONTRATADA deverá ofertar o seu preço com base no valor alinhado com acordos e convenções coletivas pertinentes às categorias, para cada tipo de área a ser limpa, adicionando o custo com materiais, equipamentos e uniformes para a execução dos serviços.
- 3.11. Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos, devendo preencher os seguintes requisitos, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (conforme ANEXO F do Termo de Referência):
- a) Atividade ou Serviço Código: Encarregado = 4110-10;
  - b) Serventes de Limpeza – 5143-20
- 3.12. A CONTRATADA deverá manter durante todo o período de vigência do contrato, um preposto com a atribuição de gerir as demandas sobre os funcionários.
- 3.13. A CONTRATADA deverá manter 01 (um) preposto para cada 30 (trinta) serventes, ou fração, na Unidade de saúde, durante todo o período de vigência do contrato, com a atribuição de gerir as demandas sobre os funcionários da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS UNIFORMES:

- 4.1 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de 02 (dois) conjuntos de uniformes, novos e completos, para cada empregado, desde o início da execução dos serviços, submetendo-os previamente à aprovação da CONTRATANTE.
- 4.2 Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser de acordo com o descritivo constante na tabela presente no ANEXO D do Termo de Referência, sem repasse de qualquer custo ao empregado.
- 4.3 A entrega adicional dos uniformes pela CONTRATADA ocorrerá a cada 06 (seis) meses ou sempre que necessário, podendo ser acionada a qualquer tempo pela equipe de fiscalização do contrato, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE e ao funcionário.
- 4.4. Os uniformes substituídos serão recolhidos pela CONTRATADA;
- 4.5. Os uniformes dos funcionários demitidos serão recolhidos pela CONTRATADA.
- 4.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal, impreterivelmente assinada e datada pelo funcionário e pela CONTRATADA), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à equipe de fiscalização, e a CONTRATADA não poderá exigir do funcionário o uniforme usado, quando da entrega dos novos, mas o funcionário demitido.

**4.7.** No ato da entrega dos uniformes aos colaboradores, caso seja necessário efetuar ajustes e consertos, eventuais despesas deverão ser arcadas pela CONTRATADA, sendo vedado o repasse dos custos aos profissionais.

**4.8.** No caso de os uniformes entregues não atenderem as condições mínimas de apresentação, estes deverão ser substituídos em até 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação escrita da CONTRATANTE.

**4.9.** Ocorrendo a gravidez de alguma colaboradora, o uniforme deverá ser adequado à sua situação, substituindo-o sempre que estiver apertado, devendo também ser aprovado previamente pela CONTRATANTE.

**4.10.** Havendo possibilidade de opção de itens do uniforme, o colaborador deverá ser previamente consultado para realizar a escolha.

**4.11.** As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, duráveis e que não desbotem e desgastem facilmente.

**4.12.** Os uniformes deverão conter o brasão da CONTRATADA, de forma visível, na própria camisa.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E MATERIAIS:**

##### **5.1. EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS:**

**5.1.1** Os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços de limpeza, higienização e conservação, inclusive os equipamentos de segurança individuais (EPI), deverão ser disponibilizados desde o início da execução dos serviços e serão de exclusiva responsabilidade da empresa CONTRATADA, na quantidade que for necessária, independentemente do que for quantificado em planilha de composição de custos na Proposta de preços, sem ônus para a CONTRATANTE.

**5.1.1.1.** Os equipamentos e utensílios a serem utilizados na execução dos serviços estão descritos em tabela constante no **ANEXO D** do Termo de Referência.

**5.1.2.** O quantitativo, os tipos e marcas referenciais dos equipamentos/utensílios a serem utilizados pela CONTRATADA deverão ser especificados em anexo da proposta comercial, compondo o valor do lance apresentado em espaço próprio da Planilha de Custos e Formação de Preços.

**5.1.3.** A CONTRATADA ficará obrigada, durante toda a execução contratual, a fornecer equipamentos e utensílios da marca cotada, só podendo substituí-los por outros da mesma qualidade ou superior, justificadamente e após a devida anuência da CONTRATANTE.

**5.1.4.** Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidade igual ou superior ao referenciado. No entanto, sua utilização deverá ser precedida de testes comprobatórios de adequação pelo setor responsável pela fiscalização do contrato.

**5.1.5.** A CONTRATADA deverá apresentar em até 48 (quarenta e oito) horas, após o início da execução dos serviços, relação dos equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual - EPI's a serem utilizados, atualizando-a sempre que ocorrer alteração e os identificando de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.

**5.1.6.** A CONTRATADA deve manter equipamentos e equipamentos de proteção individual - EPI's necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, conforme determina a Norma Regulamentadora - NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúde.

**5.1.7.** O fornecimento dos equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual - EPI's em quantidade insuficiente faculta a CONTRATANTE a efetuar glosa do valor correspondente ao item discriminado em proposta comercial na fatura do mês em que o fato ocorrer, sem prejuízo da aplicação da respectiva penalidade.

**5.1.8.** Não será permitida a retirada dos equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual - EPI's disponibilizados à Unidade sem anuência da equipe de fiscalização do contrato.

**5.1.9.** A CONTRATADA somente poderá disponibilizar equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual - EPI's necessários à realização dos serviços que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, água e esgoto e todas as demais existentes.

**5.1.10.** A CONTRATADA deverá manter estoque mínimo de equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual - EPI's nas dependências da Unidade para que os serviços não sofram descontinuidade, em espaço a ser disponibilizado pela CONTRATANTE, sendo que esses equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual - EPI's serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA quanto à guarda e ao manuseio.

**5.1.11.** A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento e instalação de suportes de papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido em todas as instalações sanitárias da Unidade.

**5.1.12.** A CONTRATADA será responsável pela manutenção periódica dos equipamentos, utensílios, e dos equipamentos de proteção individual - EPI's, devendo realizar reparos ou substituições em até **24 (vinte e quatro) horas**, contados da solicitação, quando for necessário, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

**5.1.13.** Caso seja necessário o reparo ou substituição de algum deles, a CONTRATADA deverá providenciar outro (reserva) no prazo máximo de **12 (doze) horas**, sem prejuízo na execução dos serviços.

**5.1.14.** Todos os equipamentos e utensílios devem ser adequados conforme a área onde serão executados os serviços.

**5.1.15.** Fica proibida a utilização de cordas para a execução dos serviços de limpeza externa dos vidros.

## **5.2. MATERIAIS DE LIMPEZA:**

**5.2.1.** Todo o material de limpeza deverá ser de primeira qualidade e fornecido pela empresa CONTRATADA, mensalmente, na quantidade necessária, conforme demanda, independentemente da quantidade estabelecida em planilha anexa à planilha de custos e formação de preços, sem ônus para a Contratante, tendo em vista, que antes da empresa licitante formar planilha de composição de custos, realiza Visita Técnica para conhecer as áreas hospitalares e consequentemente quantificar o material necessário a ser utilizado na execução do Contrato.

**5.2.2.** Consideram-se como produtos saneantes as substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção hospitalar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a) DESINFETANTES:** destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- b) DETERGENTES:** destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;
- c)** São equiparados aos produtos saneantes os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às

mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

**5.2.3.** É permitido o uso de saneantes produzidos com substâncias biodegradáveis, bem como de produtos desinfetantes, observando o registro de produtos saneantes com finalidade antimicrobiana conforme previsto na Resolução - RDC nº 35, de 16 de agosto de 2010/ ANVISA.

**5.2.4.** A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, sempre que solicitado, as Fichas de Informações de Segurança dos Produtos Químicos – FISPQ de todos os produtos químicos a serem utilizados na execução dos serviços, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com pacientes, seus empregados, funcionários da CONTRATANTE ou terceiros, além de:

a) Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;

b) Utilizar racionalmente os saneantes de cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio;

c) Observar, rigorosamente, quando da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento das prescrições do artigo 44, da Lei Federal nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e do artigo 17, do Decreto nº 8.077 de 14 de agosto de 2013, as prescrições da Resolução nº 47 de 11 de dezembro de 2007 do GMC/MERCOSUL;

d) Não se utilizar na prestação dos serviços, conforme Resolução da ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001, de saneantes de Risco I, listados pelo art. 5.º da Resolução ANVISA – RDC nº 184, de 22 de outubro de 2001;

**5.2.5.** Fica terminantemente proibida a aplicação de saneantes fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos para limpeza de fornos e desincrustação de gorduras, conforme Portaria DISAD - Divisão Nacional de Vigilância Sanitária nº 9, de 10 de abril de 1987 e nº 13/MS/SNVS de 20 de junho de 1988.

**5.2.6.** Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes, conforme Resolução RDC nº 34, de 16 de agosto de 2010.

**5.2.7.** Somente aplicar saneantes de cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição sejam biodegradáveis, conforme disposições da Resolução ANVISA – RDC Nº 180, de 03 de outubro de 2006, em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde;

a) A CONTRATANTE poderá coletar uma vez por mês e sempre que entender necessário, amostras de saneantes, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, para análises laboratoriais.

b) Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados pela Secretaria de Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual. Deverão constar obrigatoriamente do laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, resultados da análise química da amostra analisada.

**5.2.8.** Quando da aplicação de álcool, deverá se observar a Resolução RDC nº 46, de 20 de fevereiro de 2002 que aprova o Regulamento Técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro;

**5.2.9.** Fica terminantemente proibida a aplicação de produtos que contenham o Benzeno, em sua composição, conforme Resolução - RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003, e de acordo com as precauções recomendadas pela Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, face aos riscos oferecidos.

**5.2.10.** Fica proibida a aplicação de saneantes que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS nº 01, de 04 de abril de 1979.

**5.2.11.** Os produtos químicos relacionados pela CONTRATADA, de acordo com sua composição, fabricante e utilização, deverão ter registro no Ministério da Saúde e serem comprovados mediante apresentação de cópia reprográfica autenticada (frente e verso) do Certificado de Registro expedido pela Divisão de Produtos (DIPROD) e/ou Divisão de Produtos Saneantes Domissanitários (DISAD), da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

**5.2.12.** A CONTRATADA deverá observar, na utilização de produtos químicos, as seguintes recomendações:

- a) Estabelecer quais produtos podem ser utilizados;
- b) Adquirir somente produtos com registro no Ministério da Saúde;
- c) Realizar a diluição em local adequado e por pessoal treinado;
- d) Orientar para que não sejam realizadas misturas de produtos;
- e) Observar as condições de armazenamento (local e embalagem).

**5.2.13.** Os materiais estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE, devendo ser entregues no depósito da empresa prestadora de serviço, localizado nas dependências da Unidade, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

**5.2.14.** Os materiais a serem utilizados na execução dos serviços estão descritos em tabela constante no **ANEXO D** do Termo de Referência.

**5.2.15.** O quantitativo, os tipos e marcas referenciais dos produtos a serem utilizados pela CONTRATADA deverão ser especificados em anexo da proposta comercial, com preços individualizados, compondo o valor do lance apresentado em espaço próprio da Planilha de Custos e Formação de Preços. Caso a quantidade existente na proposta não seja suficiente durante a prestação de serviço, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma fazer a reposição imediata, em um prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE.

**5.2.16.** A CONTRATADA ficará obrigada, durante toda a execução contratual, a fornecer o produto da marca cotada, só podendo substituí-lo por outro da mesma qualidade ou superior, justificadamente e após a devida anuência da CONTRATANTE.

**5.2.16.1.** Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidade igual ou superior ao referenciado. No entanto, sua utilização deverá ser precedida de testes comprobatórios de adequação pelo setor responsável pela fiscalização do contrato.

**5.2.17.** Os materiais, cujo recebimento deverá ser atestado pela fiscalização, deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, acompanhados de cópia das notas fiscais ou de qualquer outro documento pertinente, onde deverá constar obrigatoriamente a quantidade, peso ou volume.

**5.2.18.** A CONTRATADA controlará a entrada e saída de materiais por meio de planilha ou software de controle de almoxarifado compatível com Microsoft Office, em estação de trabalho instalada na Unidade, entregando relatório mensal à Fiscalização.

**5.2.18.1.** O relatório mensal de entradas e saídas de materiais deverá apresentar o saldo devedor e credor do mês e período, e será atestado por servidor indicado pela Fiscalização.

**5.2.19.** Não será permitida a retirada dos materiais de consumo disponibilizados a Unidade sem anuência da equipe de fiscalização do contrato.

**5.2.20.** A CONTRATADA somente poderá disponibilizar material de limpeza e outros produtos químicos necessários à realização dos serviços que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, água e esgoto e todas as demais existentes.

**5.2.21.** A CONTRATADA deverá manter estoque mínimo de material nas dependências da Unidade para que os serviços não sofram descontinuidade, em espaço a ser disponibilizado, sendo que esses materiais serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA quanto à guarda e ao manuseio.

**5.2.22.** Nas situações em que eventualmente não se tenha material estocado, a CONTRATADA deverá providenciar sua reposição em no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, exceto nos casos considerados urgentes em que deverá providenciar em até **1h (uma hora)**, contados do recebimento da solicitação da CONTRATANTE.

**5.2.23.** É obrigação da CONTRATADA a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis.

**5.2.24.** É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais. A CONTRATADA deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes, sacos de lixo, produtos químicos, etc.

**5.2.25.** A CONTRATADA deverá apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação dos serviços, quando solicitado pela CONTRATANTE.

**5.2.26.** Distribuir, em todos os banheiros da Unidade, papel higiênico, sabonete líquido e papel toalha, de forma a garantir o seu funcionamento.

**5.2.27.** A CONTRATADA deverá realizar a troca de materiais e produtos saneantes, devido às condições de uso ou qualidade insatisfatórias, ou que não atendam as especificações, em até **24 (vinte e quatro) horas** da solicitação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR:** O valor total deste Contrato é de **R\$ 744.999,84 (setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por acordo entre as partes, desde que a medida seja vantajosa para a EMSERH e respeitando o limite estabelecido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

**CLÁUSULA OITAVA – DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte disponibilidade financeira: **Unidade Orcamentaria: 21202; Unidade: EMSERH; Despesa: 4-3-02-03-51 – Serviços de Limpeza Hospitalar.**

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 9.1.** - Proporcionar todas as determinações do Contrato e do Termo de Referência.
- 9.2.** Propiciar acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços.
- 9.3.** Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Contrato.
- 9.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 9.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor, forma e prazos ajustados.

- 9.6. Gerenciar o presente contrato, acompanhar, fiscalizar, conferir, atestar a execução dos serviços e avaliar as obrigações da empresa, bem como o preço e a descrição do objeto contratado, conforme as condições ajustadas no Termo de Referência, através de servidor designado pela autoridade competente indicado pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamentos Interno de Licitação e Contratos da EMSERH.
- 9.7. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE.
- 9.8. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.
- 9.9. Exigir, para que, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, ocorra o afastamento e/ou substituição de qualquer empregado, encarregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.
- 9.10. Não permitir que "outrem" cumpra as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA, exceto nos casos permitidos por este Contrato.
- 9.11. Fornecer a CONTRATADA, Ordem de Serviço com a descrição do serviço a ser realizado, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado.
- 9.12. Verificar o fornecimento e a instalação de suportes para papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido em todos os banheiros da Unidade.
- 9.13. Verificar o fornecimento de todo o material, conforme demanda, para execução dos serviços, como sacos de lixo, papel higiênico, sabonete líquido, entre outros constantes no **ANEXO D do** Termo de Referência, para abastecimento, pela CONTRATADA, em todas as dependências da Unidade.
- 9.14. Prestar as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.
- 9.15. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.
- 9.16. Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições contratuais pré-estabelecidas.
- 9.17. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios ou qualquer outro documento que julgar necessário.
- 9.18. Solicitar à CONTRATADA a substituição em até **24 (vinte e quatro) horas** de qualquer material, produto ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à saúde dos funcionários ou terceiros, a boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou que não atendam as especificações.
- 9.19. Receber da CONTRATADA, através do Fiscal Administrativo, os registros dos acontecimentos de qualquer fato superveniente durante a prestação do serviço.
- 9.20. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis quando for o caso, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 9.21. **NÃO** exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado.



**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 10.1.** Comunicar à contratante a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto do contrato;
- 10.2.** Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação;
- 10.3.** Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados;
- 10.4.** A fiscalização da contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta;
- 10.5.** A Contratada deverá pautar sua atuação, referente à execução do objeto deste contrato, nas diretrizes organizacionais da EMSERH que descreve sua missão, visão e valores, conforme publicado em seu website <http://www.emserh.ma.gov.br> com vistas a contribuir para a qualidade e eficiência no âmbito da Política Estadual de Saúde do Maranhão. É obrigatório que a contratada tome ciência e oriente seus empregados em manterem comportamento coerente com essas diretrizes;
- 10.6.** A CONTRATADA deverá se abster de permitir ou tolerar que seus empregados e trabalhadores prestadores de serviço sejam expostos, direta ou indiretamente, às situações caracterizadoras de assédio moral (situações humilhantes e constrangedoras, decorrentes ou não de discriminação, repetitivas e prolongadas durante jornada de trabalho e no exercício de suas funções).
- 10.7.** Executar os serviços conforme Contrato, utilizando os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 10.8.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros, procedendo aos reparos ou indenizações cabíveis.
- 10.9.** Apresentar a CONTRATANTE a relação nominal dos empregados que adentrarão a Unidade para a execução dos serviços, os quais devem estar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá com fotografia recente e função devidamente registrada na Carteira de Trabalho.
- 10.10.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 10.11.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.
- 10.12.** Levar imediatamente ao conhecimento da Fiscalização da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para adoção das medidas cabíveis.
- 10.13.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até **05 (cinco) dias corridos**.
- 10.14.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

**10.15.** Comprovar junto à CONTRATANTE, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, o nível de escolaridade exigido para os profissionais alocados na Unidade para execução dos serviços, mediante a apresentação de cópia de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente credenciada pelo Ministério da Educação, bem como a experiência dos mesmos, através de cópia da Carteira de Trabalho, do contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, ou ainda de outro documento equivalente cuja validade seja legalmente reconhecida.

**10.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**10.18.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, **exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou neste Contrato.**

**10.19.** Reparar, corrigir ou refazer as suas expensas, no total ou em parte, em até **24 (vinte e quatro) horas** contados do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de má execução.

**10.20.** Os materiais constantes na relação presente no **ANEXO D** do Termo de Referência serão faturados por medição, devendo ser efetuado o pagamento de acordo com o quantitativo efetivamente consumido no mês, após a conferência e aprovação do setor responsável pela fiscalização do contrato.

**10.21.** O fornecimento de material de consumo em quantidade insuficiente faculta a CONTRATANTE a efetuar glosa do valor correspondente ao item discriminado em proposta comercial na fatura do mês em que o fato ocorrer, sem prejuízo para a CONTRATANTE pela aplicação da penalidade.

**10.22.** Os materiais, cujo recebimento deverá ser atestado pela fiscalização, deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, de acordo com a marca especificada em proposta apresentada.

**10.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste processo.

**10.24.** Implantar os serviços contratados no prazo estipulado No Termo de Referência e neste contrato.

**10.25.** Comunicar a **CONTRATANTE**, por escrito, com antecedência mínima de **05 (cinco) dias úteis**, qualquer alteração do número telefônico de contato junto à empresa/preposto.

**10.26.** Se responsabilizar pelo transporte dos prestadores de serviço no caso de greve, paralisação ou qualquer outra perturbação no transporte público, providenciando que os colaboradores cheguem à Unidade em horário hábil para o trabalho.

**10.27.** Substituir sempre que exigido, no prazo-máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a notificação mediante justificativa por parte do setor competente, qualquer empregado, inclusive o preposto, cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial e ou inconveniente à disciplina do serviço.

**10.28.** Responsabilizar-se pela disponibilização de sistema de comunicação que permita o contato, durante a prestação do serviço, entre a empresa e o fiscal do contrato, arcando com o ônus de sua aquisição e utilização.

**10.29.** Manter quadro de pessoal distribuído de forma a cobrir todo o horário de funcionamento da Unidade.

**10.30.** Suprir, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, após a comunicação do setor competente, a falta de qualquer funcionário em seu posto de trabalho.

**10.30.1.** Caso a CONTRATADA não faça a reposição do funcionário que faltar ao trabalho no dia, haverá desconto sobre o valor a ser pago, o qual será calculado dividindo-se um trinta avos do valor mensal atualizado do contrato pelo quantitativo de funcionários alocados na execução contratual, e multiplicando-se o resultado obtido pelo número de funcionários faltosos sem reposição durante o mês.

**10.31.** Encaminhar ao setor competente, com antecedência de **30 (trinta) dias**, relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los.

**10.32.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios, encaminhando, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da execução do contrato, cópia do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA da empresa e contato do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT à equipe de fiscalização do contrato.

**10.33.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.

**10.34.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência, além de fazer seguro de seus trabalhadores contra os riscos de acidente de trabalho.

**10.35.** Comunicar a CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como:

- a) Saboneteiras e toalheiros quebrados;
- b) Lâmpadas queimadas ou piscando;
- c) Tomadas e espelhos soltos;
- d) Fios desencapados;
- e) Janelas, fechaduras ou vidros quebrados;
- f) Tapete solto, entre outros.

**10.36.** Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrentes de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste contrato.

**10.37.** Comunicar a equipe de fiscalização do contrato, por escrito, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, quaisquer alterações havidas no contrato social, exemplo: alteração nos sócios, mudança de endereço e etc., durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

**10.38.** Efetuar o pagamento do salário dos empregados alocados na execução contratual, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito bancário na conta do trabalhador, em agências bancárias situadas na localidade em que ocorrerá a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração, bem

como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

**10.39.** Fixar o dia para o pagamento dos benefícios de vale alimentação e vale-transporte, informando esta data por escrito à equipe de fiscalização do contrato.

**10.40.** Viabilizar, no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

**10.41.** Viabilizar, no prazo de **60 (sessenta) dias** contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

**10.42.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela equipe de fiscalização.

**10.43.** **Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das Notas Fiscais pela CONTRATANTE.**

**10.44.** Manter rigorosamente em dia o pagamento das obrigações trabalhistas, devidas aos seus funcionários.

**10.45.** Encaminhar à CONTRATANTE, junto com a Nota Fiscal para pagamento, extrato individual, de cada empregado alocado na prestação dos serviços, comprovando o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

**10.46.** Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade de seus funcionários, bem como sobre as ocorrências havidas.

**10.47.** Realizar, as suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e preventivo exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

**10.48.** Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, dos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços.

**10.49.** Estar ciente que em caso de descumprimento parcial ou total de obrigação contratual, serão aplicadas as penalidades previstas neste Contrato e na legislação pertinente.

**10.50.** Manter a disciplina entre os seus funcionários, sendo expressamente proibido o uso de adornos, bebidas alcoólicas, fumar cigarros, cachimbos ou similares durante a jornada de trabalho.

**10.51.** Não permitir a prática de jogos de azar, venda de rifas ou promover qualquer tipo de venda dentro das dependências da Unidade.

**10.52.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de tratar todos com presteza, atenção e urbanidade.

**10.53.** Alocar os funcionários que irão desenvolver os serviços contratados somente após efetivo treinamento, realizado por responsável técnico especialmente designado, pertinente à limpeza predial, com avaliação do conteúdo programático pela CONTRATANTE, tais como: noções de fundamento de higiene, uso correto dos equipamentos de proteção individual - EPI's, comportamento, postura e deveres, rotinas de trabalho a serem executado, conhecimento dos princípios da limpeza, dentre outros.

**10.54.** Ministras ou arcar com treinamentos e reciclagens, por meio de responsável técnico especialmente designado, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a CONTRATANTE entender conveniente.

**10.55.** Reconhecer que os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõe a legislação vigente e aplicável a espécie.

**10.56.** - Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da Unidade para execução dos serviços.

**10.57.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social-CTPS.

**10.58.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e função devidamente registrada na Carteira de Trabalho, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Deverão, ainda, se apresentar sempre limpos e aseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente àquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do fiscal do contrato.

**10.59.** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados em até **24 (vinte e quatro horas)** da notificação da equipe de fiscalização do contrato. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica.

**10.60.** Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade; tais como mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração.

**10.61.** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

**10.62.** Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, os quais devem permanecer no local do trabalho, durante o horário estabelecido pela Unidade, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

**10.63.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

**10.64.** Manter a produtividade na execução dos serviços em conformidade com as áreas contratadas, independente dos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie relacionados à mão de obra.

**10.65.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

**10.66.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração.

**10.67.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os produtos saneantes, materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, equipamentos e utensílios em quantidade e com tecnologia adequadas, devendo ser primeira qualidade, com observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigente, em especial a Norma regulamentadora - NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

**10.68.** Adotar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

**10.69.** Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.

**10.70.** Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e a RDC nº 306/2004;
- d) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, higienização e conservação;
- e) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica e de consumo de água observando as normas ambientais vigentes;

**10.71.** Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

**10.72.** Cumprir a legislação vigente sobre saúde e segurança do trabalho, no que tange aquisição e fornecimento de equipamento de proteção individual - EPI – Norma Regulamentadora - NR 06 e treinamento de pessoal quanto ao manuseio de produtos químicos.

**10.73.** Não utilizar produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensioativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

**10.74.** A CONTRATADA ficará obrigada ao pagamento de vale alimentação e vale-transporte, de acordo com convenção coletiva de trabalho.

**10.75.** A CONTRATADA ficará obrigada a pagar o valor da remuneração dos empregados não podendo ser inferior ao previsto em acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, ou ao fixado pela Administração.

**10.76.** Fornecer e utilizar na execução do Contrato, materiais de boa qualidade, evitando a aplicação de materiais inflamáveis e/ou de fácil combustão.

**10.77.** Manter profissionais devidamente qualificados para que se possa viabilizar a construção de um mapa de risco e instaurar medidas eficazes de cunho preventivo, visando à proteção do trabalhador, devido à possibilidade de desenvolvimento de doenças ocupacionais e a ocorrência de acidentes de trabalho.

**10.78.** Obedecer ao Manual de Procedimentos e Rotinas previamente aprovados pelo Gestor do Contrato.

**10.79.** Implantar de forma adequada e em conjunto com o Gestor do Contrato, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, garantindo suporte para atender as eventuais necessidades para manutenção de limpeza de áreas requeridas;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO:**

**11.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, sendo permitido apenas para os seguintes serviços:

**11.1.1.** Limpezas de área externas de acordo com as condições e frequência estabelecida no **ANEXO B** do Termo de Referência;

**11.1.2.** Limpeza de vidros externos com exposição à situação de risco e fachadas envidraçadas de acordo com as condições e frequência estabelecida no **ANEXO B** do Termo de Referência;

**11.2.** A empresa-subcontratada deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, à equipe de fiscalização, Certificado de Capacitação, devidamente atualizado e emitido pelo órgão que o realizou, dos funcionários que executarão os serviços de limpeza de vidro externo com exposição à situação de risco e fachada envidraçada (quando for o caso), comprovando que foram devidamente instruídos em relação a NR 35 (Trabalho em Altura), bem como apresentar os exames específicos para o trabalho em altura atestando que estão capazes.

**11.3.** empresa subcontratada vinculada aos serviços acessórios a ela destinados no edital, a qual responderá solidariamente pela parte que lhe couber.

**11.4.** A contratada se compromete a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

**11.5.** Caso seja comprovado que a empresa subcontratada deixe de honrar com seu compromisso contratual em decorrência de imperícia, negligência, má gestão ou em razão de outra prática danosa punida pela legislação aplicada à matéria, a empresa, independente das demais sanções civis e criminais que se fizerem requeridas, será declarada inidônea e impedida de participar diretamente ou como subcontratada de outros certames licitatórios no âmbito da Administração Pública.

**11.6.** A contratada se responsabiliza pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PERFIL PROFISSIONAL DA MÃO DE OBRA:**

### **12.1. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVENTE):**

a) Escolaridade mínima correspondente ao Nível Fundamental Completo ou prática profissional no respectivo posto de trabalho de no mínimo **01 (UM) ANO** ou ainda curso de capacitação na área;

b) Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

c) Comprovar inexistência de antecedentes civis ou criminais que desabone a conduta para a função;

### **12.2. ENCARREGADO (PREPOSTO):**

**12.2.1** Escolaridade mínima correspondente ao Nível Médio Completo, com experiência comprovada de no mínimo **01 (um) ano** ou ainda curso de capacitação na área;

a) Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

b) Comprovar inexistência de antecedentes civis ou criminais que desabone a conduta para a função;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCAL DE CONTRATO:**

13.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pela EMSERH, que será designado como fiscal pela CONTRATANTE, para exercer essa atribuição em conformidade com os dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH que forem aplicáveis, bem como com o Manual do Fiscal de Contratos/EMSERH.

13.2 Os servidores designados como fiscais de contrato serão distribuídos entre:

13.2.1. **FISCAL ADMINISTRATIVO**, que:

a) desempenhará atividade de supervisão administrativa do contrato, repassando as informações da execução para os setores da EMSERH envolvidos na fiscalização. Preferencialmente, possuirá conhecimentos técnicos compatíveis com o objeto da contratação e será ligado ao setor solicitante da contratação. Serão nomeados: fiscal administrativo titular e suplente;

b) emitirá Ordem de Serviço/Fornecimento, dando ciência ao representante da empresa (preposto) sobre as condições de entrega, quantidades e qualidades, sempre por ato formal. Também será responsável pela emissão dos demais instrumentos necessários à comunicação entre as partes, viabilizando a regularidade do fluxo de informações que servirão para compor o Relatório de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos.

13.2.2. **FISCAL TÉCNICO**, que acompanhará diretamente a execução do contrato. Esse fiscal também terá, preferencialmente, conhecimento técnico acerca do objeto contratado, caso isso seja necessário ao pleno exercício da fiscalização. Serão nomeados: fiscal técnico titular e suplente;

13.3. Todos os Fiscais terão prerrogativas e atribuições para exercer, como representantes da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO:**

15.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo da Nota fiscal ou fatura, de acordo com as condições constantes neste contrato e em consonância com as demais exigências administrativas em vigor, através de transferência bancária em favor da CONTRATADA:



EMPRESA CONTRATADA:	
BANCO:	ITAÚ
AGÊNCIA Nº:	0365
CONTA CORRENTE Nº:	42.502-2

15.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, mediante a apresentação de NOTA FISCAL, FATURA ou RECIBO (consoante o objeto do contrato), a ser emitido e entregue pela Contratada;

15.2.1 O documento referido no subitem anterior será protocolado na EMSERH no mês subsequente ao da execução dos serviços, através de ofício, encaminhado à Contratante, onde devem constar todas as informações necessárias para sua devida quitação, devendo ainda estar de acordo com as normas fiscais vigentes. As notas fiscais, faturas ou recibos deverão ser apresentados conforme disposto nesta cláusula, e em todos os casos serão apresentados em **intervalo não inferior a 15 dias**;

15.3 A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal, da Fatura ou do Recibo, e demais documentação necessária ao pagamento, ou a sua apresentação com incorreções ou ausência de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento pelo mesmo número de dias correspondente ao atraso ou ao tempo necessário à correção das inconsistências verificadas. Nesse caso não caberá à CONTRATADA qualquer acréscimo no valor devido, tendo em vista que a demora se deu por sua única e total responsabilidade;

15.4 A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações dos serviços prestados de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato;

15.5 A Nota Fiscal, a Fatura ou o Recibo serão atestados pela CONTRATANTE através do fiscal do contrato, observadas as normas contratuais e as administrativas vigentes;

15.6 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis à CONTRATADA;

15.7 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar na EMSERH os documentos abaixo relacionados, consoante o disposto na **Portaria nº 90, de 25 de março de 2019 – GAB/EMSERH, veiculada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 10 de abril de 2019, em seu caderno executivo**:

15.7.1. Solicitação da Empresa (contendo os dados bancários para pagamento);

15.7.2. Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura atestada pelo Fiscal Técnico do Contrato contendo as seguintes informações:

I) No campo das observações, inserir o número do contrato, da Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço e da Unidade de Saúde.

II) No caso de prestação de serviços, também incluir:

- a) As retenções na fonte e suas alíquotas;
- b) Alíquota do Simples Nacional (ISS);
- c) Local da prestação dos Serviços;
- d) Código do serviço e sua descrição;

15.7.3 Declaração de ciência da retenção prevista no art. 31 da Lei Federal nº 8212/91 e art. 219 do Decreto Federal nº 3048/99, para as empresas prestadoras dos serviços, inclusive de saúde, por cessão de mão de obra ou empreitada de mão de obra, conforme rol de serviços descritos no § 4º do art. 31 da Lei Federal nº 8212/91, no § 2º do art. 219 do Decreto federal nº 3048/91 e nos arts. 117 e 118 da IN RFE nº 971/2009;

15.7.4 Cópia da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento;

15.7.5 Quando cabível, comprovação de pagamento dos encargos sociais e previdenciários da empresa executora do serviço, com apresentação de cópia das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados à execução do serviço, nominalmente identificados, nos termos do Decreto Federal nº 3.048/1999;

15.7.6 Comprovantes de Pagamentos de salário (remuneração, inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale-transporte e vale-alimentação) correspondente ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida.

15.7.7 Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

15.7.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT;

15.7.9 Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

15.7.10 Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual;

15.7.11 Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

15.7.12 Cadastro Estadual de Inadimplente - CEI;

15.7.13 Em casos de empresas sediadas no Estado do Maranhão, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade, ou compatível com o objeto contratual;

15.7.14 Cópia do Contrato e das Publicações do Extrato do Contrato e da Portaria do (s) Fiscais do Contrato no Diário Oficial do Estado (quando houver);

15.7.15 Cópia do Termo de Aditivo (quando houver) e das Publicações do Extrato do Termo Aditivo e da Portaria do(s) Fiscais do Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado;

15.7.16 Os documentos mencionados nos itens 15.7.7 a 15.7.11 podem ser substituídos, total ou parcialmente, por declaração do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf), desde que obedecido o disposto no art. 4.º do Decreto n.º 3.722/2001;

15.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

15.9. ACONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir;

15.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REVISÃO:** Caberá revisão nos preços contratados para mais ou para menos, conforme o caso, quando houver criação, alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS:**

17.1 Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto contratado, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, cabível nas hipóteses nas quais o descumprimento contratual não cause prejuízo, em qualquer esfera, à EMSERH, e que não seja ensejadora de outra penalidade;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, no caso da CONTRATADA não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Ordem de Fornecimento, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 17.2 A multa a que alude o subitem anterior não impede que a EMSERH rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no RILC/EMSERH;
- 17.3 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contrato, nos casos em que houver esta.
- 17.4 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMSERH ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 17.5 As sanções previstas alíneas "a" e "c" do subitem desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b", do mesmo subitem, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- 17.6 A sanção prevista na alínea "c", do item 17.1 deve ser dosada de acordo com o tamanho do prejuízo provocado, e deve ser graduada em branda (um a seis meses de duração), média (sete a doze meses de duração) e grave (treze a vinte e quatro meses de duração).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REPACTUAÇÃO:**

18.1 Será admitida, por solicitação da Contratada, a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento a que a proposta de preços se referir, e demonstrada de forma analítica a alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

18.1.1 A contratada, para fazer jus à repactuação, deve comprovar:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos que possua junto à outras entidades ou órgãos públicos;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) A nova planilha com variação dos custos apresentada; e
- d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

18.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

18.3 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

18.4 A repactuação com base nos instrumentos mencionados no item acima, deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos, inclusive

novos benefícios não previstos na proposta original que tenham se tornado obrigatórios por força deles;

18.5 A repactuação não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato;

18.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

18.7 O aumento dos custos da mão-de-obra decorrente de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deverá ser integralmente repassado ao preço repactuado, exceto na hipótese descrita no subitem abaixo;

18.8 A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

18.9. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - Da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - Da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos;

III - Para as repactuações subsequentes à primeira: a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação ocorrida ou preclusa;

18.10. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

18.11. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Contrato;

18.12. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, a CONTRATADA deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão;

18.13. Ao solicitar a repactuação, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços contratados;

18.14. Quando a repactuação se referir aos custos da mão-de-obra, deverá ser apresentado do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, acompanhado da demonstração analítica da variação dos custos;

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

18.15. O órgão contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada;

18.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- d) Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.17. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- b) O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela EMSERH para a comprovação da variação dos custos.

18.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

19.1. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

**19.1.1.** Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

**19.1.2.** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

**19.1.3.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

**19.1.4.** Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos 03 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

**19.1.5.** Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

**19.1.6.** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

**19.1.7.** As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da CONTRATADA, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401, 04 de novembro de 2008.

**19.1.8.** Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que esses adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, conforme disposto na legislação vigente;

**19.1.9.** Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

**19.1.10.** Fornecer sacos de lixo nos tamanhos adequados a sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como, a redução da destinação de resíduos sólidos de acordo com a legislação;

**19.1.11.** Otimizar a utilização dos sacos de lixo, de cujo fornecimento é de sua responsabilidade, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos de acordo com a legislação;

**19.1.12.** Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO USO RACIONAL DA ÁGUA:**

**20.1.** A CONTRATADA terá que capacitar todo seu pessoal quanto ao uso racional da água.

**20.2.** A CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar o desperdício da água potável e tratada em todas as fases do serviço contratado, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos).

**20.3.** Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas.

**20.4.** Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, comunicando a CONTRATANTE sobre vazamentos nas torneiras ou nos sifões dos lavatórios e chuveiros.

**20.5.** Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO USO RACIONAL DA ENERGIA ELÉTRICA:**

**21.1.** A CONTRATADA deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

**21.2.** Durante a limpeza noturna, quando permitido, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas.

**21.3.** Sugerir, ao CONTRATANTE, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, etc.

**21.4.** Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente.

**21.5.** Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em enceradeiras, etc.

**21.6.** Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros e nas escovas das enceradeiras. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

**21.7.** Repassar a seus empregados todas as orientações, referentes à redução do consumo de energia, fornecidas pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA POLUIÇÃO SONORA:**

**22.1.** Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - Db-A, conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição.

**22.2.** A CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos de proteção individual (protetor auricular), quando necessário, aos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços.

**22.3.** A CONTRATADA deve preferir o uso de tecnologias adequadas e conhecidas com o objetivo de reduzir os níveis de ruído.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:** A CONTRATADA poderá aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA– DA MATRIZ DE RISCOS:** De acordo com a natureza e as características do objeto do contrato, para o qual é facultativa a elaboração de matriz de riscos, tal instrumento não integrará a presente relação contratual.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO REAJUSTE:**

- 25.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses;
- 25.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- 25.3 Os valores dos insumos pactuados somente poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta;
- 25.4 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o índice por determinação legal;
- 25.5 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;
- 25.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;
- 25.7 A prorrogação contratual sem prévio pedido de reajuste ratifica todas as cláusulas contratuais, operando-se a preclusão lógica quanto a eventuais pleitos de atualização de preços;
- 25.8 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a EMSERH, das condições e dos preços contratados;
- 25.9 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;
- 25.10 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

26.1 Constituem motivo para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

- I - De forma unilateral, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados eventuais direitos ao contratado;
- II - Por acordo entre as partes, desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à EMSERH;
- III - Por determinação judicial.

**Parágrafo único:** Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral, dentre outros:

- I – O não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;
- II – A desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início;
- III – A suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;
- IV – Nas situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;
- V – Subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;

VI – Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

VII – Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que, a nova situação prejudique a execução contratual;

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO:** O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, devem ser formalizadas por simples apostilamento, restando dispensada a realização de aditamento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO:** O presente instrumento de Contrato se vincula integralmente ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, bem como ao lance e/ou proposta apresentados pela Contratada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA– DA HABILITAÇÃO:** A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS:** Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, na lei, nos princípios de direito administrativo bem como pelos preceitos de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONSULTA DO CEI:** As realizações de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da Contratada ficam condicionadas à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, datada de 11.07.1996.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Constatada a existência de registro da Contratada no CEI, a EMSERH não realizará os atos previstos na Cláusula de Pagamento, por força do disposto no art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11.07.1996.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO:** O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA GARANTIA:**

**33.1.1** A empresa Contratada deverá prestar garantia no ato da assinatura do contrato, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor anual do contrato, na modalidade a ser escolhida pela mesma, que ficará sob a responsabilidade da EMSERH, consoante ao Regulamento Interno de Licitação e Contratos da EMSERH.

**35.1.2.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I caução em dinheiro;
- II seguro-garantia;
- III fiança bancária.

**35.1.2.** A garantia prestada pelo contratado deve ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos.

**35.1.3.** A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES:** Qualquer comunicação entre as partes respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DO FORO:** Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro da Comarca de São Luís, Capital do Estado do Maranhão.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:** As condições estabelecidas no edital farão parte deste contrato, independentemente de estarem aqui transcritas; E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato em 1 (uma) via, perante a presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

São Luís (MA), 26 de março de 2021.

José Wilson Carvalho de Mesquita  
Diretor Administrativo/EMSERH

Matrícula: 7334

**MARCOS ANTONIO DA SILVA GRANDE**

Presidente da EMSERH  
Pela Contratante

**JOSÉ LÚCIO CAMPOS REIS**  
Diretor Financeiro/EMSERH  
Pela Contratante

**CRISTIAN BROCARDO SEEGER**

Representante Legal  
Pela Contratada

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF Nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF Nº: \_\_\_\_\_



## PROPOSTA COMERCIAL

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 164/2020 - CSL/EMSERH / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116.988/2020 - EMSERH

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data da apresentação da proposta	10/11/2020
B	Município/UF	São Luís/MA
C	Ano Acórdão, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	MA000072/2020
D	Nº de Meses de execução contratual	

OBJETO
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das áreas médico-hospitalares, externas e esquadrias com fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, produtos saneantes, equipamentos e utensílios, para atender a unidade de saúde CENTRO DE SAÚDE DE REABILITAÇÃO DO OLHO D'ÁGUA/TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA, unidade administrada pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares/EMSERH.

RESUMO GERAL CER/TEA				
PERFIL PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE SERVENTES E ENCARGADO	PAGAMENTO MÍNIMO SEM OCORRÊNCIA		
		VALOR UNITÁRIO POR POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR ANUAL
AUXILIAR DE LIMPEZA(SERVENTE) 44 H		R\$ 3.877,82	R\$ 46.533,84	R\$ 558.406,08
AUXILIAR DE LIMPEZA(SERVENTE) 44 H ÁREA EXTERNA		R\$ 3.877,82	R\$ 7.755,64	R\$ 93.067,68
ENCARGADO 44 H		R\$ 3.896,92	R\$ 7.793,84	R\$ 93.526,08
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				
VALOR MENSAL TOTAL			R\$	62.083,32
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA TOTAL			R\$	744.999,84
VALOR MENSAL DA PROPOSTA POR EXTENSO EM REAIS:				
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA POR EXTENSO EM REAIS:				

### Identificação da Licitante:

Razão Social: Master Construções e Limpeza EIRELI  
CNPJ: 05.564.043/0001-13  
Endereço: Rua 30, Casa 05, Cohep do Sacavem - São Luís - MA.  
Fone (98) 991209924 e-mail: mastereireli2003@yahoo.com  
DADOS BANCARIOS: Banco Itaú - Ag:0365, CC 42602-2

O prazo de validade da proposta de preços é de 120 (CENTO E VINTE) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

DECLARAÇÕES: A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

Declaramos que em nossa proposta está incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como todos os impostos, taxas e demais encargos e insumos necessários para a perfeita execução do contrato.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

*Cristian Brocardo Seeger*

São Luís - MA 10 de novembro de 2020

Master Construções e Limpeza EIRELI  
Cristian Brocardo Seeger  
Diretor  
CPF Nº 038.658.133-99



# EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES  
GABINETE

PORTARIA Nº 106/2020/GAB/EMSERH, DE 16 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DA EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES- EMSERH, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso I do art. 69 da Constituição do Estado do Maranhão, e considerando a necessidade de delegar determinados atos pertinentes às atribuições conferidas ao cargo de gestão deste órgão, em caso de necessidade de afastamento temporário desta sede,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Delegar poderes a Raul Fagner Leite da Silva, matrícula nº 4176, membro da Diretoria Executiva e ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Governança desta empresa pública, para a prática de todos os atos necessários à tramitação dos processos administrativos no âmbito da EMSERH;

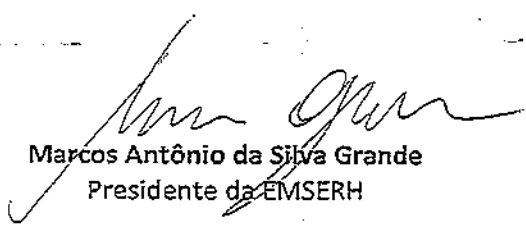
§ 1º Na ausência ou impedimento do servidor mencionado no caput, este poderá ser substituído pelos demais membros da Diretoria Executiva, composto pelos seguintes servidores:

- I- Vânia Paula Moura Martins, matrícula nº 7320, Diretora Clínica;
- II- José Wilson Carvalho de Mesquita, matrícula nº 7324, Diretor Administrativo;
- III- José Lúcio Campos Reis, matrícula nº 1193, Diretor Financeiro;

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à sua assinatura.

DÊ-SE CIÊNCIA AOS SERVIDORES DESIGNADOS, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

São Luís, 16 de abril de 2020.



Marcos Antônio da Silva Grande  
Presidente da EMSERH



Considerando o Decreto nº 35.742, de 17 de abril de 2020 que reitera a declaração de Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Maranhão em razão da epidemia de COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS - CoV-2), COBRADE 1.5.1.1.0 (Doença Infecciosa Viral);

Considerando que a assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares foram definidas como essenciais pelo inciso I, §3º do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020;

Considerando a necessidade de regulamentação, no Estado do Maranhão, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus SARS-COV-2/COVID-19), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional contido no Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo Coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;

Considerando que os profissionais de saúde bucal realizam procedimentos que aumentam a probabilidade de contaminação cruzada e que a Superintendência de Vigilância Sanitária Estadual orienta a suspensão dos atendimentos odontológicos com procedimentos eletivos, mantendo-se o atendimento das urgências odontológicas;

Considerando que o contato direto ou indireto frequente de um profissional de Odontologia com fluidos humanos, materiais do paciente e instrumentos dentários contaminados ou superfícies do ambiente podem propagar o vírus;

Considerando que a Organização Internacional do Trabalho orienta para ações e diretrizes de prevenção das enfermidades buco-dentárias para trabalhadores e usuários dos serviços de saúde bucal;

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à dignidade das pessoas, pela intimidade e a vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.

#### RESOLVE

Art. 1º Fica prorrogada a vigência da Portaria/SES/MA nº 148, de 20 de março de 2020, até 05 (cinco) de maio de 2020.

Art. 2º O prazo do disposto nesta Portaria poderá ser revisto a qualquer tempo, considerando os registros de infecção por COVID-19 no Estado, bem como as orientações dos profissionais de saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 20 de abril de 2020.

**CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA**  
Secretário de Estado da Saúde

#### Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH

PORTARIA Nº 106/2020/GAB/EMSERH, DE 16 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DA EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES-EMSERH, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso I do art. 69 da Constituição do Estado do Maranhão, e considerando a necessidade de delegar determinados atos pertinentes às atribuições conferidas ao cargo de gestão deste órgão, em caso de necessidade de afastamento temporário desta sede,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Delegar poderes a Raul Fagner Leite da Silva, matrícula nº 4176, membro da Diretoria Executiva e ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Governança desta empresa pública, para a prática de todos os atos necessários à tramitação dos processos administrativos no âmbito da EMSERH;

§ 1º Na ausência ou impedimento do servidor mencionado no caput, este poderá ser substituído pelos demais membros da Diretoria Executiva, composto pelos seguintes servidores:

I- Vânia Paula Moura Martins, matrícula nº 7320, Diretora Clínica;

II- José Wilson Carvalho de Mesquita, matrícula nº 7324, Diretor Administrativo;

III- José Lúcio Campos Reis, matrícula nº 1193, Diretor Financeiro;

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a sua assinatura.

**DÊ-SE CIÊNCIA AOS SERVIDORES DESIGNADOS, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

São Luís, 16 de abril de 2020.

**Marco Antônio da Silva Grande**  
Presidente da EMSERH

#### SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA

Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA

PORTARIA Nº 212/2020/GAB/JUCEMA  
Nº Processo: 200519476

São Luís/MA, 14 de abril de 2020.

O Presidente da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA, no uso de suas atribuições legais.

#### RESOLVE:

Nomear a Senhora **ELLEN WHITE DE ALMEIDA HAGUE** como Tradutora Pública "AD HOC" para a execução da tradução do DIPLOMA DE DOUTORADO em CIÊNCIAS (UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL) em nome de LÍGIA TCHAJCKA, do Vernáculo Nacional para o idioma INGLÊS

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

**SERGIO SILVA SOMBA**  
PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO MARANHÃO





**Coren<sup>MA</sup>**  
Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 05.564.043/0001-13, situada na Rua 30, nº 05, Coheb Sacavém, São Luís-MA, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Cristian Brocardo Seeger, CPF nº 038.658.133-99, presta os serviços abaixo relacionados, conforme especificações e condições constantes nos respectivos instrumentos contratuais para o **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO – COREN/MA**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.272.868/0001-27, estabelecido na Rua Carutapera Nº 03, Jardim Renascença - CEP: 65075-690,- São Luís - MA.


**PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: 27/07/2022 a 26/07/2023 (3º Termo Aditivo do Contrato nº17/2020)**

#### SERVIÇOS

O presente contrato teve com o objetivo a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de copeiragem para atender o Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (COREN-MA) localizado na Rua Carutapera, nº 3, Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP 65075-690, incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

Atestamos ainda que os serviços acima estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabone a sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Luís- MA, 10 de Janeiro de 2023.

  
**Maria José Gomes do Nascimento**  
Assessora de Planejamento e Gestão  
**COREN/MA**

  
**Maria José Gomes do Nascimento**  
Assessora de Planejamento  
**COREN-MA**



**CONTRATO Nº 17/2020**  
**PROCESSO Nº 445/2020**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO –  
COREN/MA E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E  
LIMPEZA EIRELI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
COPEIRAGEM .**

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO - COREN/MA, inscrito no CNPJ nº 06.272.868/0001-27, situado na Rua Carutapera nº 03, Renascença, nesta Capital, neste ato representado por sua Presidente em exercício da Junta Interventora Enfermeira Antonia Cristiane Souza Pereira Padilha, brasileira, portadora do CPF nº 483.442.493-68, RG 0181867420010, e pelo Tesoureiro da Junta Interventora Técnico em Enfermagem Raimundo Renato da Silva Neto, CPF 985.383.223-20., residente nesta Capital, e de outro, a empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 05.564.043/0001-13, situada na Rua 30, nº 05, Coheb Sacavém, São Luís-MA, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Cristian Brocardo Seeger, CPF nº 038.658.133-99, têm, entre si, ajustado o presente Contrato, decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 03/2020 e do PAD nº 0445/2020**, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555 de 08 de Agosto de 2000, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de copeiragem., em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 e da proposta apresentada.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 27/07/2020 e encerramento em 26/07/2021, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 31.332,84 (trinta e um mil trezentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do COREN-MA, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO

Fonte: Serviços de Limpeza e Higienização com Locação de Mão de Obra

**Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.33.90.037.002**

#### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

#### **CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1 É eleito o Foro da Justiça Federal Comarca São Luís para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Luís,                      de                      de 2020.

---

Presidente do COREN-MA

---

Tesoureiro COREN-MA

---

**MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**

**Nome:**

**CPF:**

**Nome:**

**CPF:**



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
CAMPUS AVANÇADO DIRCEU ARCOVERDE  
R. Dona Amélia Rubim, S/N, Renascença, TERESINA / PI, CEP 64.006-245  
Fone: None Site: [www.ifpi.edu.br](http://www.ifpi.edu.br)

ATESTADO 2/2022 - CAP/DG-CDIRCEU/CADIR/CATCE/IFPI

TERESINA, 3 de agosto de 2022.

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de direito, que a empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA pessoa Jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 05.564.043/0001-13, localizada na Av. Jeronimo de Albuquerque, Subcond.07, Nº25 São Luís/MA, Bairro Vinhais I (Patio Jardins), vem prestando para o INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA DIRCEU ARCOVERDE, os serviços abaixo discriminados, do período de 11/03/2021 até a presente data.

- Descrição do serviço executado: Serviços continuados de limpeza, asseio e conservação - serventes de limpezas para áreas externas e internas.

Atestamos ainda, que os serviços estão sendo executados satisfatoriamente, com qualidade técnica conforme condições, quantidade, exigências e estimativas, em conformidade com o edital, seus anexos e o contrato nº 01/2021, não constando algo que desabone a referida empresa até a presente data.

**PEDRO ALVES DA COSTA FILHO**

Coordenador Administrativo e de Planejamento do Campus Teresina Dirceu Arcoverde

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Pedro Alves da Costa Filho, COORDENADOR - FG2 - CAP-CAMPUS AVANÇADO DIRCEU ARCOVERDE**, em 03/08/2022 16:26:48.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/08/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 105334

Código de Autenticação: dde2ff5a01





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**  
**Campus Teresina Central**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS Nº 01/2021 QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO CAMPUS TERESINA CENTRAL E A  
EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E  
LIMPEZA EIRELI.**

O **IFPI – Campus Teresina Central**, com sede na Rua Álvaro Mendes, 1597 Centro/Teresina/PI, na cidade de Teresina-PI, inscrito no CNPJ sob o nº 10.806.496/0003-00, neste ato representado pelo Diretor Geral Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco, CPF 274.005.733-49, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.564.043/0001-13, sediada na Rua 30, Casa 05, Coheb do Sacavém, São Luís/MA, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Cristian Brocardo Seeger, portador da Carteira de Identidade nº 1202368996, expedida pela SSP/MA, e CPF nº 038.658.133-99 tendo em vista o que consta no Processo nº **23055.001306/2020-03** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 04/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1 Contratação de serviço de limpeza, asseio e conservação com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, conforme Edital e anexos, compreendendo além da execução do serviço, o fornecimento de uniformes, EPI's, materiais e o emprego de equipamentos necessários e adequados a sua realização. Os serviços serão prestados nas instalações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI – Campus Avançado Dirceu.
- 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3 Objeto da contratação:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**  
**Campus Teresina Central**

ITENS	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALORES
Limpeza e Conservação - Dirceu	Campus Avançado Dirceu	03	07:00 às 13:00 e 13:00 às 19:00	44 horas/semana	<b>R\$ 124.952,16</b>

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **11/03/2021** e encerramento em **10/03/2022**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6 Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2.1 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor mensal da contratação é de **R\$ 10.412,68 (Dez mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e oito centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 124.952,16 (Cento e vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos)**.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**  
**Campus Teresina Central**

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **26431/158353**

Fonte: **810**

Programa de Trabalho: **171039**

Elemento de Despesa: **339037**

PI: **L20RLP0100N**

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

**5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO - REPACTUAÇÃO.**

6.1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo do edital de licitação.

**7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 De acordo com o disposto no item 13-A do Termo de Referência.

**8 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**  
**Campus Teresina Central**

## **9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**  
**Campus Teresina Central**

serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**  
**Campus Teresina Central**

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Piauí - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Teresina, 11 de março de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_



## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

### **CONTRATANTE:**

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI**

**CNPJ:** 03.770.020/0001-30

**ENDEREÇO:** Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, 2º andar, do Edifício Casa da Indústria Albano Franco, Retorno da Cohama; CEP 65060-645, São Luís-MA.

**TELEFONE:** (98) 3212 1815

### **CONTRATADA**

**MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**

**CNPJ:** 05.564.043/0001-13

**ENDEREÇO:** Rua 30, Nº 05, Coheb Sacavém, São Luís – MA, CEP: 65.042-210

Atestamos a quem possa interessar que a empresa **Master Construções e Limpeza Eireli**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.564.043/0001-13, prestou o serviço de Recepcionista e Operador de Telemarketing, na Unidade Sesi de Segurança e Saúde no Trabalho – Sesi Clínica, conforme contrato nº 02.001/2020, atendendo completamente as expectativas da sua contratação e tendo cumprido com méritos todas as etapas do trabalho conforme descrito em itens e quantidades e período abaixo:

- 1) Dois Postos de Recepcionista (no período de 15/02/2020 a 15/02/2021);
- 2) Um Posto de Operador de Telemarketing (no período de 15/02 a 24/03/2020).

Declaramos, ainda que o contrato teve seu prazo de execução renovado para os dois postos de recepcionista, tendo em vista que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória, nada constando em nossos registros, até a presente data, que desabone comercial ou tecnicamente a empresa.

**São Luís, 19 de fevereiro de 2021.**

  
**Marcus Vinicius de Matos Chaves**  
**Superintendente Corporativo**  
**Sistema FIEMA**



Contrato nº. 02.001.2020.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DEPARTAMENTO REGIONAL DO Sesi, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - Sesi E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI NOS TERMOS DO EDITAL Nº. 039/2019 - PREGÃO PRESENCIAL.**

O Serviço Social da Indústria, Departamento Regional do Maranhão - **SESI/DR-MA**, situado nesta Capital, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Edifício Casa da Indústria Albano Franco, 2º andar, entidade de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.770.020/0001-30, neste ato representado por seu Superintendente Regional, Diogo Diniz Lima, e do outro lado, a EMPRESA **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº. 05.564.043/0001-13, estabelecida a Rua Trinta, nº. 05, Coheb do Sacavem, São Luís/MA, CEP 65.042-210, neste ato representada pelo seu Diretor, Sr. Cristian Brocardo Seeger, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº. 001202368996 SSP/MA, CPF/MF sob o nº. 038.658.133-99, com poderes para representar a Empresa e assinar contratos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o constante no Processo nº. 1127719, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, que será regido pelo **Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi**, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as normas gerais vigentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na execução de **Serviços na área de Recepcionista e Operador de Telemarketing** visando suprir as necessidades da Unidade Sesi de Segurança e Saúde no Trabalho - Sesi Clínica, nas quantidades e características exigidas, conforme Termo de Referência e anexos deste Edital.

Parágrafo Primeiro - A contratação dos serviços estipulados neste Contrato, no Edital nº. 039/2019 - PREGÃO PRESENCIAL, e seus anexos, e na Proposta de Preços da **CONTRATADA** que fazem parte integrante e complementar deste instrumento independentemente de transcrição.

Parágrafo Segundo - O serviço ora contratado foi objeto de licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi/DR-MA e, subsidiariamente, das normas gerais vigentes.

Parágrafo Terceiro - O responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste Contrato será designado através de Portaria específica para este fim.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

O preço máximo dessa licitação com valor per capta de **R\$ 103.749,96 (cento e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)**.

Parágrafo Único - No valor unitário fixado no "caput" desta cláusula, estão incluídos todos os ônus e custos de materiais, encargos trabalhistas e sociais com mão-de-obra e equipamentos necessários à perfeita conclusão dos serviços, não cabendo ao **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade pelo recolhimento dos mesmos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**



O presente contrato vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite previsto no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, por acordo entre as partes, formalizado por Termo Aditivo.

Quando da prorrogação contratual, o CONTRATANTE:

- Assegurar-se-á de que os preços contratados continuem compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação;
- A CONTRATANTE não poderá prorrogar o contrato se a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

O prazo para execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, após assinatura da Autorização de Serviços, e o prazo de vigência do contrato será de **15 (quinze) meses**.

Parágrafo Primeiro – A administração do Sesi convocará oficialmente a Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para aceitar ou retirar a APS – Autorização de Prestação de Serviços, sob pena de decair o direito a execução, sem prejuízo das sanções legais previstas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação listada, ao Fiscal da CONTRATANTE, para que este faça a conferência e emita o Relatório Mensal de Fiscalização

O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal em até **30 (trinta) dias corridos**, após ateste pelo setor competente.

É obrigatória a apresentação, junto com a Nota Fiscal/Fatura, dos comprovantes do INSS, FGTS e Receita Federal, ficando condicionado o pagamento à sua regularidade;

A atestação da Nota fiscal ou Fatura referente aos produtos caberá ao Sesi/DR-MA;

O Sesi/DR-MA poderão deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo **licitante vencedor** nos termos deste ato convocatório;

Nenhum pagamento será efetuado ao **licitante vencedor** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, tributária, fiscal ou trabalhista, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensações;

Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o documento será devolvido ao licitante e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante;

**Parágrafo Primeiro** - O pagamento das faturas ou notas fiscais do mês subsequente ao vencimento, só será efetuado mediante a apresentação, pela CONTRATADA: do comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; do comprovante de regularidade às Contribuições Previdenciárias, expedida pelo INSS.

**Parágrafo Segundo** – O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



**Parágrafo Terceiro** – A Contratada autoriza a Contratante, a efetuar, o pagamento remanescente em juízo, para garantir o FGTS, débitos trabalhistas e previdenciários diante do descumprimento das obrigações da empresa contratada para com seus empregados.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **licitante** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365; I = 0,06/365; I = 0,00016438.$$

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

## CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste torneio.

## CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

A rescisão poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi e, subsidiariamente, naqueles listados nas normas gerais vigentes;
- Judicialmente, nos termos da legislação;
- O não cumprimento por uma das partes, de quaisquer das condições previstas no presente instrumento, no edital e seus anexos, dará a outra o direito de rescindi-lo, ficando a parte faltosa responsável pelas obrigações que advirem relativas aos serviços prestados ou não.

**Parágrafo Primeiro** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:



- a) Perda do direito à contratação;
- b) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório;
- c) Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesi ou Senai por prazo não superior a 02 (dois) anos.

O descumprimento contratual, por atraso na entrega do pedido, sem justificativa por escrito ou não aceita pela Contratante, incidirá em multa, nos percentuais abaixo discriminados:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento total;
- b) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do pedido. Após o 30º (trigésimo) dia, o contratante poderá recusar a entrega, podendo ser rescindido o contrato, e aplicada cumulativamente as demais penalidades previstas.

O descumprimento contratual por atraso na execução do serviço, sem justificativa por escrito ou não aceita pela Contratante, incidirá em multa, nos percentuais abaixo discriminados:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia, sobre o valor do serviço ou da etapa em atraso. Após o 30º (trigésimo) dia, o contratante poderá rescindir o contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas;
- c) Quando da ocorrência de cumprimento inadequado ou imperfeito, após detecção e comprovação técnica, garantida a ampla defesa e o contraditório, reputa-se em mora, e serão incidentes as hipóteses da letra "b".

A multa de mora, quando for aplicada, poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido à contratada, incluindo nestes a caução e demais garantias."

É considerado critério de habilitação, além de outros previsto em edital, a comprovação de regularidade fiscal, para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e FGTS.

A depender do objeto poderá ser solicitada somente comprovação de regularidade perante as Fazendas Federal e Estadual.

A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará a Licitante, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades: Advertência, Multa, Suspensão do Direito de Licitar ou Contratar com o Sesi/DR-MA por prazo não superior a 02 (dois) anos.

A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções: Advertência, rescisão contratual e suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesi/DR-MA, por prazo até 02 (dois) anos.

A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo,



não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão informados ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), podendo ainda proceder a cobrança judicial da multa.

Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA**

A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais, especialmente aquelas relativas às características dos bens, qualidade, quantidade, prazo ou recusa de fornecimento ou entrega, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o Sesi/DR-MA;
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do contrato desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária.

#### **CLÁUSULA NONA – DA SUSPENSÃO**

A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- I. Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- II. Reincidência de execução insatisfatória do contrato, acarretando prejuízos ao Sesi/DR-MA;
- III. Atraso, injustificado, na execução e/ou conclusão do fornecimento, contrariando o disposto no contrato;
- IV. Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- V. Irregularidades que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE, ensejando rescisão contratual;
- VI. Ações com intuito de tumultuar a execução do contrato;
- VII. Prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Sesi/DR-MA; e
- VIII. Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

##### **• RECEPCIONISTA:**

**Requisitos mínimos de qualificação:** Ensino médio completo; Experiência na área de 06(seis) meses; Conhecimentos básicos de informática: Excel, Word, Correio Eletrônico, Acesso à Internet;

**Jornada de trabalho:** 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Os inícios e terminos da jornada de trabalho serão estabelecidos, conforme necessidades da Administração da USSST- Sesi CLINICA, respeitado o limite de 8 horas diários de segunda a sexta-feira e 04 (quatro) horas aos sábados, totalizando as 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Considerando que o posto da recepção não poderá ser interrompido durante o intervalo de almoço, deverá permanecer no posto durante todo o funcionamento da clínica, de 07h as 17h nos dias de segunda a sexta-feira e aos sábados de 07h30 as 11h30, sendo assim a CONTRATANTE deverá fornecer para um posto da recepção mais de um funcionário.

**Crachá de identificação:** O crachá é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela contratada, juntamente ao cordão para pendurá-lo, e substituído assim que apresentar qualquer defeito, não



podendo em hipótese alguma o funcionário exercer suas atividades sem estar devidamente identificado por esse instrumento laboral.

**EPI's:** É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos EPI's aos trabalhadores, quando necessário, que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.

**Uniforme:** A empresa contratada deverá fornecer os uniformes no início da prestação dos serviços, de acordo com o cargo/função do empregado, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE ou para este, e a cada 06 (seis) meses. Deverá substituí-los sempre que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido. A relação mínima dos itens para composição dos uniformes encontra-se no anexo 2.

### Descrição das Atividades:

- Seguir os procedimentos de movimentação de pessoas da instituição, recebendo, orientando e encaminhando o público visitante às dependências da Unidade Operacional (UOP), comunicando a quem o visitante deseje ver, antecipadamente, para sendo autorizado liberar o acesso do mesmo às dependências da UOP;
- Manter no posto com os ramais da UOP e das demais Unidades e setores do Sistema FIEMA;
- Atender e efetuar ligações telefônicas;
- Receber e transmitir mensagens;
- Receber, anotar e transmitir recados;
- Receber e encaminhar e-mails conforme solicitação da Unidade, seguindo critérios de envio e resposta conforme deliberações da CONTRATANTE;
- Manusear Sistema de Informação eletrônico para recepção e agendamentos disponibilizado pela CONTRATANTE;
- Preencher e encaminhar quando solicitado planilhas de monitoramento de clientes;
- Manusear Sistemas de Informação do Sesi, quando solicitado;
- Notificar a segurança sobre presenças estranhas;
- Comunicar o responsável pela segurança todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o público;
- Diligenciar no sentido de evitar todo e qualquer tipo de atividade comercial junto aos postos e imediações e de não permitir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas dependências da UOP;
- Não utilizar ou guardar nos postos objetos estranhos aos serviços, sejam bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- Manter-se permanentemente ocupado, não devendo se afastar de suas atribuições, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- Manter tratamento cordial com os servidores da UOP, com os empregados das empresas terceirizadas, com clientes, preservando, contudo, durante o expediente e nas dependências da Unidade, o distanciamento necessário à boa execução do serviço, de modo a evitar relacionamentos pessoais que desabonem a imagem da Administração;
- Zelar pela preservação do patrimônio colocado à sua disposição para execução dos serviços, mantendo a higiene, limpeza, organização e aparência do posto de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário para o supervisor imediato;
- Não utilizar equipamentos (aparelhos de som, televisores, fones de ouvido, celulares), jogos ou passatempos que possam prejudicar a atenção requerida ao serviço, mantendo posturas condizentes com o serviço, evitando comportamentos desleixados (gesticulações, falar em tom





alto e desagradável, sentar-se de forma displicente, utilizar gomas de mascar durante o expediente de trabalho, consumir alimentos no posto de trabalho, etc.);

- Guardar sigilo dos assuntos pertinentes ao serviço;
- Receber e encaminhar os documentos e correspondências da Unidade ao responsável imediato da CONTRATANTE;
- Realizar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

#### • **OPERADOR DE TELEMARKETING:**

**Requisitos mínimos de qualificação:** Ensino médio completo; Experiência na área de 02 (dois) anos; Conhecimentos básicos de informática: Excel, Word, Correio Eletrônico, Acesso à Internet;

**Jornada de trabalho:** 44h (quarenta e quatro) horas semanais. Os inícios e terminos da jornada de trabalho serão estabelecidos, conforme necessidades da Administração da USSST- Sesi CLÍNICA, respeitando o limite de carga horária conforme previsão legal de acordo com CLT.

Considerando que o posto poderá ser interrompido por 01h durante o intervalo de almoço, deverá permanecer no posto da UOP, de 07h às 12h e 13h as 17h nos dias de segunda a sexta-feira e aos sábados de 07h30 as 11h30.

**Crachá de identificação:** O crachá é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela contratada, juntamente ao cordão para pendurá-lo, e substituído assim que apresentar qualquer defeito, não podendo em hipótese alguma o funcionário exercer suas atividades sem estar devidamente identificado por esse instrumento laboral.

**EPI's:** É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos EPI's aos trabalhadores, quando necessário, que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.

**Uniforme:** A empresa contratada deverá fornecer os uniformes no início da prestação dos serviços, de acordo com o cargo/função do empregado, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE ou para este, e a cada 06 (seis) meses. Deverá substituí-los sempre que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido. A relação mínima dos itens para composição dos uniformes encontra-se no anexo 2.

#### **Descrição das Atividades:**

- Atendem usuários, oferecem serviços e produtos, prestam serviços técnicos especializados, realizam pesquisas, fazem serviços de cobrança e cadastramento de clientes, sempre via teleatendimento, seguindo roteiros e scripts planejados e controlados para captar, reter ou recuperar clientes conforme demandas da Administração da UOP. Manter no posto os ramais da UOP e das demais Unidades e setores do Sistema FIEMA;
- Atender e efetuar ligações telefônicas;
- Receber e transmitir mensagens;
- Receber, anotar e transmitir recados;
- Receber e encaminhar e-mails conforme solicitação da Unidade, seguindo critérios de envio e resposta conforme deliberações da CONTRATANTE;
- Manusear Sistema de informação eletrônico para recepção e agendamentos disponibilizado pela CONTRATANTE;
- Notificar a segurança sobre presenças estranhas;



- Não utilizar ou guardar nos postos objetos estranhos aos serviços, sejam bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- Manter-se permanentemente ocupado, não devendo se afastar de suas atribuições, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- Manter tratamento cordial com os servidores da UOP, com os empregados das empresas terceirizadas, com clientes, preservando, contudo, durante o expediente e nas dependências da Unidade, o distanciamento necessário à boa execução do serviço, de modo a evitar relacionamentos pessoais que desabonem a imagem da Administração;
- Zelar pela preservação do patrimônio colocado à sua disposição para execução dos serviços, mantendo a higiene, limpeza, organização e aparência do posto de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário para o supervisor imediato;
- Não utilizar equipamentos dos quais não são utilizados para sua atividade laboral (aparelhos de som, televisores, celulares, jogos ou passatempos que possam prejudicar a atenção requerida ao serviço, mantendo posturas condizentes com o serviço, evitando comportamentos desleixados (gesticulações, falar em tom alto e desagradável, sentar-se de forma displicente, utilizar gomas de mascar durante o expediente de trabalho, consumir alimentos no posto de trabalho, etc.);
- Guardar sigilo dos assuntos pertinentes ao serviço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- Manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- Manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, de acordo com a respectiva categoria profissional, no número mínimo de 02 (dois) ao iniciar o contrato, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;
- Fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5(cinco) dias corridos do início da execução do contrato:
  - a) Relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, com a devida qualificação exigida, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços.
- Substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:
  - a) Falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 2(duas) horas, a contar da comunicação da ausência;



- b) Gozo de férias, afastamentos legais de qualquer natureza ou demissão, a partir da data de início do período;
  - c) Quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
  - d) Sempre que seus serviços e/ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes a CONTRATANTE, devidamente justificado, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação.
- Controlar a frequência, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da Nota Fiscal/Fatura;
  - Na hipótese da CONTRATANTE manifestar a desnecessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, as faltas deverão ser deduzidas da respectiva Nota Fiscal/Fatura, não ensejando qualquer sanção à CONTRATADA;
  - Fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
  - Pagar os salários através de depósito bancário, na conta dos empregados; Em caso de impossibilidade de cumprimento deste item, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a CONTRATANTE possa verificar a realização do pagamento;
  - Pagar aos empregados, no mês subsequente ao da prestação do serviço:
    - a) Salários, até o 5º (quinto) dia útil;
    - b) Auxílio-Transporte, até o 5º (quinto) dia útil;
    - c) Auxílio-Alimentação, até o 5º (quinto) dia útil;
    - d) Férias, até 2 (dois) dias antes do início do gozo;
    - e) 13º Salário, até dia 20 (vinte) de dezembro.
  - Recolher, no mês subsequente ao da prestação do serviço, os encargos decorrentes de FGTS e INSS;
  - Efetivar todos os pagamentos e os ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste Contrato, tendo em vista que os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo com a CONTRATANTE;
  - Efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do "BANCO DE HORAS", de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;
  - Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE; O atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;



- Cumprir todas as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho, bem como, obrigações dispostas na legislação trabalhista em relação aos empregados vinculados ao contrato;
- Assumir total responsabilidade e tomar todas as providências estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie for vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- Encaminhar à Fiscalização da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a Relação de empregados que estarão de férias no período subsequente, assim como informar os dados daqueles que irão substituí-los, inclusive com a apresentação dos documentos que comprovem a qualificação técnica dos substitutos exigida no edital;
- Selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato;
- Alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas;
- Manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado;
- Manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios;
- Fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- Apresentar os documentos à CONTRATANTE, na periodicidade e prazos listados abaixo:
  - a) **Mensalmente, até o 10º dia do mês:**
    - **Comprovantes de Pagamentos** (do mês anterior à prestação do serviço) da Remuneração, Férias, 13º Salário, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação e demais benefícios, com assinatura dos empregados atestando o recebimento dos valores;
    - **SEFIP** (do mês anterior à prestação do serviço), contendo: Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher a Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS, Relatório Analítico da GRF, Relatório Analítico de GPS, Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP com Protocolo de Envio;
    - **Guia do INSS** (do mês anterior à prestação do serviço) com comprovante de pagamento ou Relatório de Compensações da GFIP/SEFIP;
    - **Guia do FGTS** (do mês anterior à prestação do serviço) com comprovante de pagamento;
    - **Controles de Ponto** assinado pelos empregados (do mês anterior à prestação do serviço).
  - b) **Quando solicitado pelo Fiscal do Contrato:**
    - Extratos da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado;



- Cópias da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- Cópias dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

**c) Na extinção ou rescisão contratual e sempre que houver DEMISSÕES de empregados:**

- Cópia autenticada do Termo de Rescisão, devidamente assinado, até 30 (trinta) dias a contar da data de demissão do empregado. Caso o funcionário tenha mais de 1 (um) ano de serviço na empresa, o Termo de Rescisão deve estar homologado pelo Sindicato da categoria ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
  - Guia de recolhimento do INSS e do FGTS, com comprovante de pagamento, referente à rescisão contratual do empregado;
  - Extrato do FGTS referente aos depósitos efetuados na conta vinculada individual do empregado dispensado;
  - Cópia do Exame Demissional, devidamente assinado, até 30 (trinta) dias a contar da data de demissão do empregado;
  - Apresentar, caso não seja possível obter a assinatura do funcionário, (como exemplo: abandono de emprego), notificação para assinatura dos documentos, via AR (Aviso de Recebimento) enviado ao funcionário, em substituição à assinatura do mesmo.
- Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus funcionários quando da execução do serviço objeto contratado;
  - Refazer os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
  - Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
  - Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE ou de outra empresa prestadora de serviço;
  - Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los quando exigido pelas normas de segurança do Trabalho;
  - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- Permitir acesso dos empregados da contratada às suas dependências para a execução dos serviços;



- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada ou por seus prepostos;
- Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;
- Comunicar oficialmente à contratada, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- Acompanhar a entrega dos uniformes, quando for o caso, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO UNIFORME

- A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados, desde o início da execução dos serviços, uniformes NOVOS, em tamanho adequado para os funcionários;
- A CONTRATADA também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes;
- Os uniformes devem ser fornecidos pelo menos dois para cada colaborador e deverão ser substituídos sempre que apresentarem sinais de desgaste ou, ainda, a pedido da Contratante;
- Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados;
- As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima, durável e que não desbotem facilmente;
- Os uniformes deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, preferencialmente, na própria camisa, podendo para isso conter um bolso, do lado esquerdo, para a sua colocação.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à CONTRATANTE.
- A Fiscalização é exercida no interesse da CONTRATANTE; não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.
- A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as cláusulas deste contrato.
- Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.



- Caberá ao gestor do contrato o recebimento da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada e a devida atestação dos serviços, para fins de liquidação e pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OUTRAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- Se for necessário, e a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos neste termo de referência, desde que a necessidade seja comunicada previamente à contratada podendo, neste caso, haver compensação entre a carga horária semanal prevista no dissídio da categoria envolvida;
- É vedada a veiculação de publicidade acerca dos contratos, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

A repactuação deste contrato é permitida para os valores provenientes de acordo, convenção ou dissídio coletivos de trabalho exclusivamente para os itens de custos de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir admitindo-se como termo inicial a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Parágrafo Primeiro - O primeiro reajuste dos itens mencionados no parágrafo anterior levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade da repactuação será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra da contratação.

Parágrafo Terceiro – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

PARÁGRAFO QUARTO – A repactuação será precedida de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos à mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

Parágrafo Quinto - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo Sexto - Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.



Parágrafo Sétimo – Desde que acordada entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO DO CONTRATO


A CONTRATADA não poderá utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da circunscrição judiciária de São Luís para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza, e como prova de haverem entre si, justos e contratados, é lavrado o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e 02 (duas) testemunhas.

São Luís, 17 de JANEIRO de 2020.



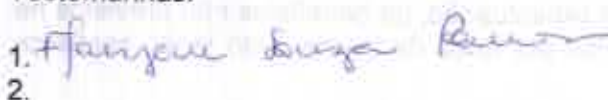
Diogo Diniz Lima.  
Superintendente Regional do Sesi/DR-MA.



Cristian Brocardo Seeger.  
Master Construções e Limpeza Eireli  
Representante da Contratada

## TESTEMUNHAS:

Testemunhas:

- 
-

# ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**EDITAL Nº 039/2019 - PREGÃO PRESENCIAL - SERVIÇOS NA ÁREA DE RECEPCIONISTA E OPERADOR DE TELEMARKETING**

**EMPRESA: MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**

**LOTE ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS	VALOR MÁXIMO MENSAL (R\$)	VALOR MÁXIMO ANUAL (R\$)
01	<p><b>SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA</b></p> <p><b>Quantidade:</b> 2 (dois) - posto de Recepcionista</p> <p><b>Requisitos mínimos de qualificação:</b> Ensino médio completo; Experiência na área de 06(seis) meses; Conhecimentos básicos de Informática: Excel, Word, Correio Eletrônico, Acesso à Internet;</p> <p><b>Jornada de trabalho:</b> 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Os inícios e terminos da jornada de trabalho serão estabelecidos, conforme necessidades da Administração da USSST- Sesi CLINICA, respeitado o limite de 8 horas diários de segunda a sexta-feira e 04 (quatro) horas aos sábado, totalizando as 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Considerando que o posto da recepção não poderá ser interrompido durante o intervalo de almoço, deverá permanecer no posto durante todo o funcionamento da clínica, de 07h as 17h nos dias de segunda a sexta-feira e aos sábados de 07h30 as 11h30, sendo assim a CONTRATANTE deverá fornecer para</p>	02	5.986,68	71.840,16



	<p>um posto da recepção mais de um funcionário.</p> <p><b>Crachá de identificação:</b> O crachá é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela contratada, juntamente ao cordão para pendurá-lo, e substituído assim que apresentar qualquer defeito, não podendo em hipótese alguma o funcionário exercer suas atividades sem estar devidamente identificado por esse instrumento laboral.</p> <p><b>EPI's:</b> É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos EPI's aos trabalhadores, quando necessário, que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.</p> <p><b>Uniforme:</b> A empresa contratada deverá fornecer os uniformes no início da prestação dos serviços, de acordo com o cargo/função do empregado, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE ou para este, e a cada 06 (seis) meses. Deverá substituí-los sempre que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido. A relação mínima dos itens para composição dos uniformes encontra-se no anexo III.</p> <p><b>Descrição das Atividades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Seguir os procedimentos de movimentação de pessoas da instituição, recebendo, orientando e encaminhando o público visitante às dependências da Unidade Operacional (UOP), comunicando a quem o visitante deseje ver, antecipadamente, para sendo autorizado</li> </ul>			
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

<p>liberar o acesso do mesmo às dependências da UOP;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter no posto com os ramais da UOP e das demais Unidades e setores do Sistema FIEMA;</li> <li>• Atender e efetuar ligações telefônicas;</li> <li>• Receber e transmitir mensagens;</li> <li>• Receber, anotar e transmitir recados;</li> <li>• Receber e encaminhar e-mails conforme solicitação da Unidade, seguindo critérios de envio e resposta conforme deliberações da CONTRATANTE;</li> <li>• Manusear Sistema de informação eletrônico para recepção e agendamentos disponibilizado pela CONTRATANTE;</li> <li>• Preencher e encaminhar quando solicitado planilhas de monitoramento de clientes;</li> <li>• Manusear Sistemas de Informação do Sesi, quando solicitado;</li> <li>• Notificar a segurança sobre presenças estranhas;</li> <li>• Comunicar o responsável pela segurança todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o público;</li> <li>• Diligenciar no sentido de evitar todo e qualquer tipo de atividade comercial junto aos postos e imediações e de não permitir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas dependências da UOP;</li> <li>• Não utilizar ou guardar nos postos objetos estranhos aos serviços, sejam bens de servidores, de empregados ou de terceiros;</li> </ul>			
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter-se permanentemente ocupado, não devendo se afastar de suas atribuições, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;</li> <li>• Manter tratamento cordial com os servidores da UOP, com os empregados das empresas terceirizadas, com clientes, preservando, contudo, durante o expediente e nas dependências da Unidade, o distanciamento necessário à boa execução do serviço, de modo a evitar relacionamentos pessoais que desabonem a imagem da Administração;</li> <li>• Zelar pela preservação do patrimônio colocado à sua disposição para execução dos serviços, mantendo a higiene, limpeza, organização e aparência do posto de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário para o supervisor imediato;</li> <li>• Não utilizar equipamentos (aparelhos de som, televisores, fones de ouvido, celulares), jogos ou passatempos que possam prejudicar a atenção requerida ao serviço, mantendo posturas condizentes com o serviço, evitando comportamentos desleixados (gesticulações, falar em tom alto e desagradável, sentar-se de forma displicente, utilizar gomas de mascar durante o expediente de trabalho, consumir alimentos no posto de trabalho, etc.);</li> <li>• Guardar sigilo dos assuntos pertinentes ao serviço;</li> </ul>			
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Receber e encaminhar os documentos e correspondências da Unidade ao responsável imediato da CONTRATANTE;</li> <li>• Realizar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.</li> </ul>			
02	<p><b>SERVIÇOS DE OPERADOR DE TELEMARKETING</b></p> <p><b>Quantidade:</b> 01 (um) - posto de OPERADOR DE TELEMARKETING</p> <p><b>Requisitos mínimos de qualificação:</b> Ensino médio completo; Experiência na área de 02 (dois) anos; Conhecimentos básicos de Informática: Excel, Word, Correio Eletrônico, Acesso à Internet;</p> <p><b>Jornada de trabalho:</b> 44h (quarenta e quatro) horas semanais. Os inícios e termos da jornada de trabalho serão estabelecidos, conforme necessidades da Administração da USSST- Sesi CLÍNICA, respeitando o limite de carga horária conforme previsão legal de acordo com CLT.</p> <p>Considerando que o posto poderá ser interrompido por 01h durante o intervalo de almoço, deverá permanecer no posto da UOP, de 07h às 12h e 13h às 17h nos dias de segunda a sexta-feira e aos sábados de 07h30 às 11h30.</p> <p><b>Crachá de identificação:</b> O crachá é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela contratada, juntamente ao cordão para pendurá-lo, e substituído assim que apresentar qualquer defeito, não podendo em hipótese alguma o funcionário exercer suas</p>	01	2.659,15	31.909,80

atividades sem estar devidamente identificado por esse instrumento laboral.

**EPI's:** É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos EPI's aos trabalhadores, quando necessário, que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.

**Uniforme:** A empresa contratada deverá fornecer os uniformes no início da prestação dos serviços, de acordo com o cargo/função do empregado, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE ou para este, e a cada 06 (seis) meses. Deverá substituí-los sempre que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido. A relação mínima dos itens para composição dos uniformes encontra-se no anexo 2.

**Descrição das Atividades:**

- Atendem usuários, oferecem serviços e produtos, prestam serviços técnicos especializados, realizam pesquisas, fazem serviços de cobrança e cadastramento de clientes, sempre via teleatendimento, seguindo roteiros e scripts planejados e controlados para captar, reter ou recuperar clientes conforme demandas da Administração da UOP. Manter no posto os ramais da UOP e das demais Unidades e setores do Sistema FIEMA;
- Atender e efetuar ligações telefônicas;
- Receber e transmitir mensagens;
- Receber, anotar e transmitir recados;
- Receber e encaminhar e-mails conforme solicitação da Unidade, seguindo critérios



<p>de envio e resposta conforme deliberações da CONTRATANTE;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manusear Sistema de Informação eletrônico para recepção e agendamentos disponibilizado pela CONTRATANTE;</li> <li>• Notificar a segurança sobre presenças estranhas;</li> <li>• Não utilizar ou guardar nos postos objetos estranhos aos serviços, sejam bens de servidores, de empregados ou de terceiros;</li> <li>• Manter-se permanentemente ocupado, não devendo se afastar de suas atribuições, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;</li> <li>• Manter tratamento cordial com os servidores da UOP, com os empregados das empresas terceirizadas, com clientes, preservando, contudo, durante o expediente e nas dependências da Unidade, o distanciamento necessário à boa execução do serviço, de modo a evitar relacionamentos pessoais que desabonem a imagem da Administração;</li> <li>• Zelar pela preservação do patrimônio colocado à sua disposição para execução dos serviços, mantendo a higiene, limpeza, organização e aparência do posto de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário para o supervisor imediato;</li> <li>• Não utilizar equipamentos dos quais não são utilizados para sua atividade laboral (aparelhos de som, televisores, celulares,</li> </ul>			
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

	<p>jogos ou passatempos que possam prejudicar a atenção requerida ao serviço, mantendo posturas condizentes com o serviço, evitando comportamentos desleixados (gesticulações, falar em tom alto e desagradável, sentar-se de forma displicente, utilizar gomas de mascar durante o expediente de trabalho, consumir alimentos no posto de trabalho, etc.);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Guardar sigilo dos assuntos pertinentes ao serviço.</li> </ul>			
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>103.749,96</b>

8

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÕES

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**Contrato:** RD nº 01.06.009.0/2020

**Pregão:** Nº 357/2019

**Empresa:** MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI

**Prazo de Execução:** 14/05/2021 a 13/05/2022

**Número do Processo no SEI:** 01340.011062/2019-77

**Objeto:** Prestação de serviços de limpeza predial, conservação e higienização na Unidade do INPE de São Luís - MA

**Valor Contratado:** R\$ 44.666,64 (quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sei reais e sessenta e quatro centavos)

Atestamos para fins de comprovação de capacidade técnica que a empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI., inscrita no CNPJ sob o nº 05.564.043/0001-13, sediada na Rua Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Nº 25, SubCond 07 – Pátio Jardins – Bairro Vinhais I em São Luís – MA, executou no período de 14 de maio de 2021 até de 13 de Maio de 2022, para a Unidade do INPE de São Luís - MA, Processo Administrativo nº 01340.011062/2019-77, referente ao Pregão nº 357/2019, que resultou na formalização do Contrato RD nº 01.06.009.0/20.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Atual (R\$)
1	Prestação de serviços para Limpeza, Conservação e Higienização da Unidade do INPE em São Luís – MA	R\$ 3.722,22	R\$ 44.666,64

O serviço foi prestado em conformidade com os requisitos técnicos especificados.

Acacio Cunha Neto  
**(assinado eletronicamente)**  
Fiscal do Contrato  
SIAPE 0664318

(Assinado Eletronicamente)  
**Raul Ferreira da Silva Junior**  
Coordenador de Administração  
SIAPE 2796948



Documento assinado eletronicamente por **Acácio Cunha Neto, Técnico**, em 29/06/2022, às 09:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Ferreira da Silva Junior, Coordenador de Administração**, em 29/06/2022, às 11:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9922937** e o código CRC **C869945C**.

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 357/2019, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI.**

O Instituto **Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE**, com sede Avenida dos Astronautas, nº 1758, Jardim da Granja, CEP 12227-010, em São José dos Campos – SP, inscrito no CNPJ sob o nº 01.263.896/0005-98, neste ato representado por seu Diretor Interino Darcton Policarpo Damião, nomeado pela Portaria nº 2.194, de 13 de agosto de 2019, publicada no D.O.U. em 14 de agosto de 2019, portador da Carteira de Identidade nº 521.472 – COMAER e CPF nº 033.700.248-70, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.564.043/0001-13, sediada na Rua Trinta, Casa 05, Coheb do Sacavem, em São Luís – MA, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Cristian Brocardo Seeger, portador da Carteira de Identidade nº 001202368996 – SSP/MA e CPF nº 038.658.133-99, tendo em vista o que consta no Processo nº 01340.011062/2019-77 e, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 357/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para Limpeza, Conservação e Higienização da Unidade do INPE em São Luís – MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Discriminação do objeto:

ITEM ATA	DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com disponibilização pela contratada de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, a serem realizados nas instalações prediais da unidade do INPE em São Luís, MA.	SV	12.00	R\$ 4.079,17	R\$ 48.950,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 48.950,00</b>

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1.** Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4.** Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5.** Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6.** Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.2.** A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.3.** A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**3.1.** O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 48.950,00 (quarenta e oito mil e novecentos e cinquenta reais).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: CGCEA/DIDAE  
Fonte: 100  
Programa de Trabalho: 172523  
Elemento de Despesa: 339037  
PI: 2000000B-03  
NE: 2020NE800296

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

**6.1.** As normas acerca do reajuste de preços do valor contratual são estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

**7.1.** Haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

**8.1.** As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

## 9. CLÁUSULA NONA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

**9.1.** O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pelo **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**10.1.** As obrigações do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** As sanções referentes à execução do Contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

**12.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**12.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**12.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

**12.3.** A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Indenizações e multas.

**12.5.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

**12.6.** Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do Contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

**12.7.** Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, o **CONTRATANTE** reterá:

**12.7.1.** A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **CONTRATADA**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

**12.7.2.** Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**12.8.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, o **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do Contrato.

**12.9.** O **CONTRATANTE** poderá, ainda:

**12.9.1.** Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria;

**12.9.2.** Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do Contrato.

**12.10.** O Contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

**13.1.** É vedado à **CONTRATADA**:

**13.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**13.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.2.** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.



**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1.** É eleito o Foro da Subseção da Justiça Federal de São José dos Campos – SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

**CONTRATANTE:**

**(assinado eletronicamente)**  
Darcton Policarpo Damião  
**Diretor Interino**

**CONTRATADA:**

**(assinado eletronicamente)**  
Cristian Brocardo Seeger  
**Administrador Titular**

**TESTEMUNHAS:**

**(assinado eletronicamente)**  
Nome: Fábio França Santos  
CPF: 289.537.638-78

**(assinado eletronicamente)**  
Nome: Angelita Tavares  
CPF: 060.025.768-19



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIAN BROCARDI SEEGER (E)**, **Usuário Externo**, em 13/05/2020, às 09:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Darcton Policarpo Damião**, **Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 13/05/2020, às 16:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio França Santos**, **Analista em Ciência e Tecnologia**, em 13/05/2020, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Tavares**, **Chefe de Setor de Acompanhamento de Processos**, em 13/05/2020, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5387094** e o código CRC **8DC3917A**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM IMPERATRIZ - DPF/ITZ/MA  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/PF/ITZ/MA

Processo nº 08310.002037/2022-02

Interessado: MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI

<b>ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 22999147/2022-SELOG/SR/PF/MA</b>				
<b>Observação:</b> Este documento é assinado pelo Fiscal do Contrato e pela Autoridade Signatária do Contrato				
<b>DADOS DA CONTRATADA</b>				
1. NOME/RAZÃO SOCIAL	MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI			
2. CNPJ	05.564.043/0001-13			
3. ENDEREÇO	Rua Duque de Caxias, Quadra 05, Casa 27, Recantos dos Nobres, Alto do Calhau - São Luís/MA, CEP Nº 65.074-245			
<b>DADOS DA CONTRATANTE</b>				
4. ÓRGÃO	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA			
5. UNIDADE LICITANTE (UASG)	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO - SR/PF/MA			
6. UASG Nº	200338			
7. CNPJ	00.394.494/0027-75			
8. UNIDADE REQUISITANTE	DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM IMPERATRIZ - DPF/ITZ/MA			
<b>DADOS DO CONTRATO</b>				
9. NÚMERO/ANO	09/2020	10. Nº do Pregão Eletrônico	06/2020-SR/PF/MA	
11. OBJETO	Contratação do serviço continuado de Técnico em Secretariado, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em atendimento as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório			
12. VIGÊNCIA	27 / 07 / 2020 a 26 / 07 / 2021	13. PRORROGAÇÕES	1º TA: 27 / 07 / 2021 a 26 / 07 / 2022 (SEI Nº 19132812)	
<b>14. DESCRIÇÃO DO OBJETO (Quantitativo Atualizado)</b>				
ITEM	DETALHAMENTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR MENSAL (R\$)
1	Serviço de Técnico em Secretariado (CBO: 3515-05)	01	Posto de Trabalho	R\$ 4.506,80
<b>DADOS DA EXECUÇÃO</b>				

15. PERÍODO DE EXECUÇÃO	27 / 07 / 2020 a 26 / 07 / 2022	16. SITUAÇÃO DO CONTRATO	(X) ATIVO ( ) EXTINTO		
17. TOTAL EXECUTADO NO PERÍODO					
ITEM	DETALHAMENTO			Q U A N T I D A D E	
1	Serviço de Técnico em Secretariado (CBO: 3515-05)			01	
18. QUALIDADE DA EXECUÇÃO					
A empresa presta serviços na Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz - DPF/ITZ/MA, cumprindo todas as cláusulas contratuais, inclusive quanto à qualidade e pontualidade dos serviços, nada existindo em nossos registros de fatos e atos de quaisquer natureza que desabone a conduta profissional e técnica da contratada.					
19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS					
P R O C E S S O	ÓRGÃO SANCIONADOR	SANÇÃO APLICADA	EMBASAMENTO LEGAL	RESUMO DA INFRAÇÃO	VIGÊNCIA (SUSPENSÃO OU IMPEDIMENTO)
-	-	-	-	-	-
20. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA SOBRE AS SANÇÕES APLICADAS					
Não existem penalidades aplicadas ao contratado.					
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS					
DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA (SEM RESSALVA OU COM RESSALVA)					
Atestamos que a CONTRATADA referenciada executou os quantitativos informados, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência e no Termo Contratual, não havendo, até o momento, registro de inadimplemento que desabone sua capacidade de execução.					
ASSINATURAS					
CLÁUDIO HENRIQUE ALVES MARTINS Fiscal de Contrato	RENATO MADSEN ARRUDA Autoridade Signatária do Contrato				



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO HENRIQUE ALVES MARTINS, Agente Administrativo(a)**, em 25/04/2022, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MADSEN ARRUDA, Superintendente Regional**, em 25/04/2022, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **22999147** e o código CRC **055A550F**.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO**

**Contrato nº 09/2020-SR/PF/MA**

**Termo de contrato que entre si celebram  
a União, por meio da Superintendência de  
Polícia Federal no Estado do Maranhão, e  
a empresa MASTER CONSTRUÇÕES E  
LIMPEZA EIRELI, na forma abaixo:**

A União, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO**, com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 4.000, Cohama, São Luís - MA, CEP 65.074-115, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.494/0027-75, órgão do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, adiante designada como **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Sr<sup>a</sup>. Superintendente Regional **CASSANDRA FERREIRA ALVES PARAZI**, brasileira, casada, Delegada de Polícia Federal, CPF nº 954.061.829-00, RG nº 6.508.964-5-SSP/PR, residente nesta capital, com a delegação de competência que lhe confere as portarias nº 1529/2017-MJ de 05/10/2017, publicada no DOU nº 193, de 06/10/2017 e nº 7.601-DG/PF, publicada no Boletim de Serviço nº 224 de 23/11/2017, e a empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.564.043/0001-13, com sede no endereço Rua Duque de Caxias, Quadra 05, Casa 27, Recantos dos Nobres, Alto do Calhau, São Luís/MA, CEP 65.074-245 **Telefone (98) 99120-9924 / 3301-0792**, endereço eletrônico **mastereireli2003@yahoo.com e espeditoj@yahoo.com.br**, representada por **CRISTIAN BROCARDO SEEGER**, brasileiro, solteiro, sócio administrador, RG nº 001202368996 SSP/MA, CPF nº 038.658.133-99, residente e domiciliado no Condomínio Itapiracó, s/n, Bloco 13, Apto. 302, Bairro Turu, São Luís, 65065-635, **Telefone (98) 98182-1015**, neste ato designada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente instrumento, decorrente do Processo nº 08310.002356/2020-48, do certame licitatório **Pregão Eletrônico nº 06/2020-SR/PF/MA**, observadas as disposições da Lei nº 9.632/1998 (Extinção de Cargos), Lei nº 10.520/2002 (Pregão), Decreto nº 9.507/2018 (Terceirização na Administração), Decreto nº 5.450/2005 (Pregão Eletrônico), Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Sistema de Registro de Preços), Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto das ME e EPP), Decreto nº 6.204/2007 (Regula o tratamento diferenciado a ME e EPP nas licitações) e Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG (Contratos Continuados), aplicando-se subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/1993 (Lei geral de licitações), Decreto nº 3.722/2011 (SICAF), IN nº 51/2011-DG/DPF (Atribuições de fiscais e gestores de contratos), mediante as cláusulas e condições a seguir avençadas:

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Contratação do serviço continuado de técnico em secretariado, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em atendimento às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição expressa.
- 1.3. Objeto da contratação:



Item	Descrição / Especificação do Serviço	Local de Execução	Unidade de medida	Qte	Valor Mensal Máximo (R\$)	Valor Anual Máximo (R\$)
1	Serviço de técnico em secretariado (CBO: 3515-05)	Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz - MA (DPF/ITZ/MA)	Posto de Trabalho	1	R\$ 4.432,61	R\$ 53.191,32

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 4.432,61 (quatro mil, quatrocentos e trinta e dois mil e sessenta e um centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 53.191,32 (cinquenta e três mil, cento e noventa e um reais e trinta e dois centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

*[Handwritten signature]*

#### 4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor necessário ao atendimento da despesa será provisionado do Orçamento Geral da União — destinado à Polícia Federal no Maranhão — comprometido com a Nota de Empenho nº 2020NE800344 (SEI nº 15474981), sob a seguinte classificação:

- Fonte de Recursos: 0100
- Programa de Trabalho Reduzido: 06.122.2112.2000.0001
- Plano Interno PF99900AG20
- Elemento de Despesa: 3390.37.01
- Valor da Nota de Empenho: R\$ 26.595,66

4.2. No (s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### 5. PAGAMENTO

1.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 18 do Termo de Referência (abaixo transcrito), bem como no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, o qual segue abaixo transcrito:

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à



irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1. não produziu os resultados acordados;

18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.



18.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.  $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:  $I = (TX) I = (6/100)$   $I = 0,00016438 \times 365 \times TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

1. Após recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos arts. 49 e 50 desta Instrução Normativa, o gestor do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços e encaminhar para o setor competente para pagamento.

2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.1. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) o destaque do valor da retenção de 11% (onze por cento), dos tributos retidos na fonte pagadora de demais despesas dedutíveis da base de cálculo da retenção.

4. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado:

- a) ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da Nota Fiscal ou Fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu § 1º; ou
- b) a trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, para os demais casos.

4.1. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.2. Observado o disposto na alínea "c" do inciso II do art. 50 desta Instrução Normativa, quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

5. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365; \quad EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;



*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*  
*VP = Valor da parcela em atraso.*

*5.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.*

*6. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:*

*6.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;*

*6.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e*

*6.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.*

## **6. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no item 20 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcrito:

*20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.*

*20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.*

*20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

*20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*

*20.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;*

*20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.*

*20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de*



nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.13. Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mediante a aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):  $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde: R = Valor do reajuste procurado; V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;  $I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação; I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja



divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

20.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

20.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017

## **7. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

7.1. As disposições acerca da conta vinculada são as estabelecidas no item 19 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcrito:

19.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos

X  
ja



cautelamente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
  - b) Férias e um terço constitucional de férias;
  - c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
  - d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- e) Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.





19.8.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

## Percentuais incidentes sobre a remuneração

Remuneração (Os valores em R\$ aqui expostos são exemplificativos)		R\$	1.436,25
Grau de risco de acidente de trabalho (informar o grau de risco adequado)			1
Itens		Percentagens	Valores
13º salário		8,33%	R\$ 119,64
Férias e 1/3 Constitucional		12,10%	R\$ 173,79
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio		5,00%	R\$ 71,81
<b>Subtotal</b>		<b>25,43%</b>	<b>R\$ 365,24</b>
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	Grau 1	7,39%	R\$ 106,14
	Grau 2	0,00%	R\$ -
	Grau 3	0,00%	R\$ -
<b>TOTAL</b>		<b>32,82%</b>	<b>R\$ 471,38</b>

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

**8. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

8.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no item 21 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcrito:

21.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



21.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. 21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria. 21.12. Será considerada extinta a garantia:

21.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017. 21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.





21.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

9.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos nos itens 16 e 17 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcritos

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto. 16.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário; bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;



*IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e*

*V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.*

*16.4. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.*

*16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.*

*16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.*

*16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigirse-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):*

*a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:*

*a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;*

*a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e*

*a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços. b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):*

*b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);*

*b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;*

*b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:*



c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "d" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.9. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.10. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

16.13. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.14. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.15. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:





16.15.1. *Fiscalização inicial*(no momento em que a prestação de serviços é iniciada): a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.15.2. *Fiscalização mensal*(a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15.3. *Fiscalização diária*:





a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.16. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.16.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.17. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.17.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados. 16.18. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.19. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XXX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.19.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.



16.20. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.21. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.22. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.23. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.25. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.26. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.27. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.28. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.30. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.31. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.



16.32. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.32.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.32.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.32.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.33. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.34. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.35. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.36. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do

X  
JO



objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou,



*em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).*

*17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.*

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

10.1. Será adotado instrumento de medição de resultado, por meio de Acordo de Nível de Serviços (ANS), nos termos daquilo previsto no item 08 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcrito:

*8.1. A gestão do contrato do serviço objeto deste Termo de Referência seguirá os critérios definidos no Item 2.6 do anexo V da IN nº 5 SEGES/MPOG de 2017, de 26/05/2017.*

*8.2. A fiscalização e gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Contrato, formalmente designados pela Autoridade Competente.*

*8.3. Os mecanismos de comunicação entre o Contratante e a prestadora de serviços serão e-mail ou ofício, que poderão ser enviados através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI).*

*8.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada, referentes aos empregados alocados na execução do contrato, deverá seguir o disposto nos Artigos 39 e 40 da Instrução Normativa 05/2017-SEGES/MPDG, com seu Anexo VIII-B, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.*

*8.5. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, Anexo "E" deste Termo de Referência estabelecido na Instrução Normativa nº.05/2017 - SLTI/MPOG, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Administração, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.*

*8.6. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.*

*8.7. Os indicadores de medição dos resultados serão avaliados como forma de avaliação da qualidade da prestação do serviço contratado objeto deste Termo de Referência.*

*8.8. O fiscal do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades previstas e fará o atesto na Nota Fiscal de acordo com o Instrumento de Medição de Resultado.*



## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no item 11 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcritos:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:  
11.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário, nos termos do art. 5º, inciso II, da IN nº 05/2017-SEGES/MPDG;

11.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; 11.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

11.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

11.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

11.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.



11.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

11.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993. 11.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado

11.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no item 12 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcritos:

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual- EPI, quando for o caso;

12.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

12.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

12.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

12.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

12.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

12.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

12.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

12.10. As empresas contratadas, a partir do segundo mês de prestação dos serviços os seguintes documentos:

12.10.1. A planilha designada no subitem 10.9.1 deste termo de referência;

12.10.2. Relatório completo da SEFIP do mês anterior ao de referência da nota fiscal apresentada;

12.10.3. Protocolo de envio de dados da conectividade social do mês anterior ao da nota fiscal apresentada;

12.10.4. Guia e comprovante de pagamento de FGTS referente ao mês anterior ao da nota fiscal apresentada;

12.10.5. Guia e comprovante de pagamento de Previdência Social referente ao mês anterior ao da nota fiscal apresentada;

12.10.6. Folha de pagamento analítica ou contracheques dos funcionários referentes ao mês da nota fiscal apresentada;

12.10.7. Comprovantes de depósitos bancários dos salários referentes ao mês da nota fiscal apresentada;





12.10.8. Comprovantes de pagamento de vale transporte e vale alimentação referentes ao mês seguinte da nota fiscal apresentada;

12.10.9. Comprovantes de demais benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho;

12.10.10. Demais documentos especificados no termo de referência e/ou solicitados pelo fiscal/gestor de contratos.

12.11. Realizar o mensalmente o pagamento de vales transportes e vale refeição (ou auxílio alimentação) de forma antecipada, a fim de garantir que o funcionário possa ter condições de se locomover até o local trabalho, bem como se alimentar, desde o primeiro dia de trabalho.

12.11.1. Como forma de permitir mecanismos de fiscalização do cumprimento de quitação dos vales transportes e vale refeição (ou auxílio alimentação), define-se a data limite para pagamento de tais obrigações: primeiro dia útil do mês trabalhado

12.11.2. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

12.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.13. Substituir, no prazo de 2 (horas), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

12.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.14.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.15. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação

X  
fa



dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

12.15.1. Nos termos da Legislação Trabalhista, deverá a contratada pagar os salários dos funcionários até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

12.16. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.16.1. A fim de que seja possível o pagamento pela própria Administração, deverá a contratada providenciar toda a documentação atinente ao caso, por exemplo: folha de pagamento sintética e analítica, dados bancários dos funcionários, bem como seus nomes completos, RG e CPF; SEFIP do mês de pagamento, Protocolo de envio da Conectividade Social, Guias de pagamento de FGTS e Previdência Social, Termos de Rescisão de contratos de trabalho etc.

12.16.2. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

12.17. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

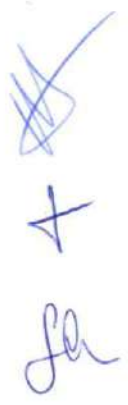
12.18. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

12.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.21. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

12.21.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;





12.21.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.21.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

12.22. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

12.23. O contratado tem prazo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato para indicar seu preposto para atuar na execução do avença; 12.24. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.25. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

12.25.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.25.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.25.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

12.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.29. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; 12.29.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples.

12.29.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de



*serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.*

*12.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.*

*12.31. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.*

*12.32. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.*

*12.33. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.*

*12.34. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.*

*12.35. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.*

*12.36. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

*12.37. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.*

*12.38. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;*

*12.39. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.*

*12.40. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;*

*12.41. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;*

*12.42. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:*





12.42.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.42.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

### 13. UNIFORMES

13.1. As disposições sobre os uniformes que devem ser fornecidos pela contratada aos funcionários são aquelas previstas no item 10 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcritos:

10.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

10.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

10.1.1.1. 1 (uma) calça social/saia;

10.1.1.2. 2 (duas) camisas sociais, com logomarca da empresa no bolso;

10.1.1.3. 1 (um) terninho, se mulher;

10.1.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

10.1.2.1. Tecido resistente e confortável;

10.1.2.2. Identificação discreta da empresa.

10.1.3. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

10.1.3.1. 1 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

10.1.3.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

10.1.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

10.1.5. A identificação dos prestadores de serviços deverá ser feita através de crachá, constando no mínimo os seguintes dados:

a) Nome da Contratada

b) Nome do funcionário

c) Função ocupada

d) Número do documento de identidade e/ou CPF

e) Fotografia

#### 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 22 do Termo de Referência, anexo do Edital, a seguir transcritos:

22.1. *Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:*

22.1.1. *inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;*

22.1.2. *ensejar o retardamento da execução do objeto;*

22.1.3. *falhar ou fraudar na execução do contrato;*

22.1.4. *comportar-se de modo inidôneo; ou*

22.1.5. *cometer fraude fiscal.*

22.2. *Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:*

22.2.1. *Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;*

22.2.2. *Multa de:*

22.2.2.1. *0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;*

22.2.2.2. *0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;*

22.2.2.3. *0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;*

22.2.2.4. *0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e*

22.2.2.5. *0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;*

22.2.2.6. *as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.*

22.2.3. *Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;*



22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.4.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

+

PA



Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do

*processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.*

*22.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.*

*22.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.*

*22.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.*

## **15. RESCISÃO**

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

15.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

15.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

15.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

- a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que



será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

- os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

15.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

- nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

15.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018.

## 16. VEDAÇÕES

16.1. É vedado à CONTRATADA:

- caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 17. ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## 18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

fe

## 19. PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.

## 20. FORO

20.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Maranhão, em São Luís, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Luís (MA), 27 de julho de 2020.



CONTRATANTE – SR/PF/MA



Germano Di Clero Miranda  
Superintendente Regional Substituto  
SR/PF/MA



CONTRATADA – MASTER

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



WALDAYR DE ALMEIDA DAMACENA  
Chefe do SELOG/SR/PF/MA Substituto  
MAT. 12650

Nome: Celso S. Pinheiro

CPF: 85743356300





Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
CAMPUS PAULISTANA  
Rodovia BR 407, KM 05, S/N, Lagoa dos Canudos, PAULISTANA / PI, CEP 64.750-000  
Fone: (89) 3487-2705 Site: [www.ifpi.edu.br](http://www.ifpi.edu.br)

ATESTADO 4/2022 - GDG/DG-PAULIST/CAPAU/IFPI

PAULISTANA, 20 de abril de 2022.

### **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, situada na Rua 30, Casa 05, Coheb do Sacavem - São Luís - Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 05.564.043/0001-13, prestou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Paulistana, localizado na Rodovia BR 407 Km 05, S/N, Lagoa dos Canudos, CEP 64.750-000 - Paulistana - Piauí, inscrito no CNPJ sob o nº 10.806.496/0008-15, o serviço de Trabalhador Braçal, além do fornecimento de uniformes, EPI's e materiais necessários e adequados a sua realização.

Atestamos ainda, que o serviço prestado e os itens fornecidos, apresentaram bom desempenho operacional, dentro dos padrões de qualidade exigidos no instrumento convocatório, tendo o fornecedor cumprindo os prazos nele estipulados, nada constando nos nossos registros algo que desabone a conduta da referida empresa até a presente data.

**FRANCISCO WASHINGTON SOARES GONÇALVES**

Diretor-Geral do IFPI Campus Paulistana

Documento assinado eletronicamente por:

- **Francisco Washington Soares Goncalves**, DIRETOR GERAL - CD2 - DG-PAULIST-CAMPUS PAULISTANA, em 20/04/2022 18:57:35.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/04/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 86017

Código de Autenticação: 2bd417f356





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

**TERMO DE CONTRATO Nº 02/2021, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRABALHADOR BRAÇAL QUE FAZEM ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS PAULISTANA E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI.**

O Instituto Federal do Piauí – Campus Paulistana, com sede na BR 407 KM 05, Bairro Lagoa dos Canudos, Paulistana – PI, CEP 64.750-000, inscrito no CNPJ sob o nº 10.806.496/0008-15, UASG nº 158359 representado pelo seu Reitor, Senhor **Paulo Henrique Gomes de Lima**, de acordo com a Portaria de Nomeação do Ministério da Educação, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa Master Construções e Limpeza Eireli. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.564.043/0001-13, sediada na Rua 30, Casa 05, Coheb do Sacavem – São Luís - MA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Cristian Brocardo Seeger, portador da Carteira de Identidade nº 120236899-6, expedida pela SSP-MA, e CPF nº 038.658.133-99, tendo em vista o que consta no Processo nº 23178.000668/2020-82 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão – Sistema de Registro de Preços nº 01/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Trabalhador Braçal, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

**1.3. Objeto da contratação:**

Item	Descrição/ Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor anual
01	Contratação de 02 (dois) postos de trabalhador braçal para atender as necessidade do IFPI Campus Paulistana, em regime de 44h semanais. CBO 6210-05	Mês	12	R\$ 5.130,00	R\$ 61.560,00

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 01/04/2021 e encerramento em 01/04/2022, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 5.130,00 (cinco mil, cento e trinta reais), perfazendo o valor total de R\$ 61.560,00 (sessenta e um mil, quinhentos e sessenta reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26431

Fonte: 8100

Programa de Trabalho: 12363501220RL0022

+





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**  
Elemento de Despesa: 339037-01

PI: L2ORLP0100N

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

**6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO**

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

+





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de

4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

+





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 3.078,00 (três mil e setenta e oito reais), no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.1. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MPDG n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.2. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do Anexo X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

✱





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Teresina-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Teresina, 22 de fevereiro de 2021.

---

**Paulo Henrique Gomes de Lima**

**Representante legal da CONTRATANTE**

*Cristian Brocardo Seeger*

**Cristian Brocardo Seeger**

**Representante legal da CONTRATADA**

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, CNPJ: nº 05.564.043/0001-13, estabelecida RUA TRINTA, Nº 05, COHEB DO SACAVERM - SÃO LUIS/MA CEP: 65043-670 , presta para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Superintendência Estadual de Operações do Maranhão; CNPJ 34.028.316/0034-71, com sede à Praça João Lisboa, 292 - centro - SÃO LUIS/MA - CEP 650002-900, os serviços abaixo especificados:

- **Contrato Nº:** 0012/2020- SE/MA;
- **Vigência:** 29/12/2020 a 29/06/2023;
- **Valor Global:** R\$ 439.999,42 (quatrocentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos);
- **Objeto:** Prestação de serviço de Agente de Portaria em unidades localizadas na SE/MA

## LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Item	UM *	Qtde	Nº de Meses
1	01110005RC	<b>Serviço de Agente de Portaria</b> [rubricas da planilha de custos, com exceção daquelas com pagamento pelo fato gerador]	Posto	5	30
2	01110005RC	<b>Serviço de Agente de Portaria</b> [rubricas com pagamento pelo fato gerador (férias e 1/3 de férias, 13º salários, ausências legais, verbas rescisórias, evento futuro ou incerto)]			

Atestamos ainda que, os serviços estão sendo realizados de forma satisfatória e em conformidade com as condições estabelecidas no contrato.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

(assinado eletronicamente)

**EDUARDO SALLES NUNES DE SOUZA**  
Subgerente  
Gestão Administrativa de Contratos  
GEDEC/GCEC/CEGES

/vd



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Salles Nunes de Souza, Subgerente - G1**, em 17/02/2022, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.correios.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29315334** e o código CRC **8955B9A6**.

**CONTRATO Nº 012/2020 - SE/MA****PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENTE DE PORTARIA PARA AS UNIDADES DA SE/MA****CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

CNPJ: 34.028.316/0031-29  
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 112.388.853.119  
ENDEREÇO: RUA MERGENTHALER, 590 - BLOCO II - VILA LEOPOLDINA – SÃO PAULO/SP  
CEP: 05311-030  
TELEFONE: (11) 4313-8501  
E-MAIL: gegecspm@correios.com.br

**REPRESENTANTE (S):**

AUTORIDADE COMPETENTE 1: **EDUARDO SALLES NUNES DE SOUZA**  
COORDENADOR DE GESTÃO ADM. DE CONTRATOS/CGEC/GECEC/SPM  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 22.740.243-1 SSP/SP  
CPF: 153.076.968-09

AUTORIDADE COMPETENTE 2: **CLEITON MOREIRA DA SILVA**  
CHEFE DE SEÇÃO/SPPE/CGEC/GECEC/SPM  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 33.995.117-5 -SSP/SP  
CPF: 224.698.038-02

**CONTRATADA: MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**

CNPJ: 05.564.043/0001-13  
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 12.586506-6  
ENDEREÇO: RUA TRINTA, Nº 05, COHEB DO SACAVERM - SÃO LUIS/MA  
CEP: 65043-670  
TELEFONE: (98) 99120-9924  
E-MAIL: mastereireli2003@yahoo.com

**REPRESENTANTE(S):**

NOME: CRISTIAN BROCARDI SEEGER  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: RG: 0120236899-6 SSP/MA  
CPF: 038.658.133-99  
ENDEREÇO: CONDOMÍNIO ITAPIRACÓ, S/Nº, BLOCO 13, APTO 302, TURÚ - SÃO LUIS/MA  
CEP: 65065-635  
TELEFONE: (98) 99120-9924  
E-MAIL: mastereireli2003@yahoo.com



**CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇO**

1.1. A presente contratação tem como objeto a **prestação de serviço de Agente de Portaria em unidades localizadas na SE/MA**, discriminados no quadro abaixo, conforme ANEXO do Edital - Descrição Técnica e demais condições deste Instrumento e seus Anexos.

1.2. O valor global para o presente Contrato é de **R\$ 439.999,42** (quatrocentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos), sendo os valores unitários os seguintes:

**LOTE ÚNICO**

Item	Código	Descrição do Item	UM *	Qtde	Nº de Meses	PREÇOS (R\$)	
						MENSAL	TOTAL
1	01110005RC	<b>Serviço de Agente de Portaria</b> [rubricas da planilha de custos, com exceção daquelas com pagamento pelo fato gerador]	Posto	5	30	12.059,63	361.788,90
2	01110005RC	<b>Serviço de Agente de Portaria</b> [rubricas com pagamento pelo fato gerador (férias e 1/3 de férias, 13º salários, ausências legais, verbas rescisórias, evento futuro ou incerto)]				2.607,01	78.210,52
VALOR TOTAL						439.999,42	

\* UM (Unidade de Medida) - Posto

1.3. No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO**

2.1. O prazo para início da execução dos serviços é de até **5 (cinco) dias corridos**, após o início da vigência do Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

3.1. Não se aplica.

**CLÁUSULA QUARTA - LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

UNIDADE	ENDEREÇO	MCU
Ed. Sede	Praça João Lisboa, 292 - Centro - São Luís/MA - 65002-900	00430786
Ed. Sede	Praça João Lisboa, 292 - Centro - São Luís/MA - 65002-900	00430786
Complexo Tibiri	Av. Eng. Emiliano Macieira, 01 -Tibiri - São Luís/MA - 65095-971	00430787
Complexo Outeiro da Cruz	Av. João Pessoa, 407 - Outeiro da Cruz - São Luís/MA - 65045-971	00007506
Complexo São Pantaleão	Rua São Pantaleão, 997 - Centro - São Luís/MA - 65015-970	00007491

**CLÁUSULA QUINTA- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL	
Conta Orçamentária	Descrição
18011.44403.130001	MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

#### CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1. O período de vigência do presente Contrato será de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado, limitado a **05 (cinco) anos**, sendo contado a partir da assinatura pela Autoridade Competente do Correios.

6.1.1. Havendo ou não interesse na prorrogação do Contrato, as partes se manifestarão expressamente em até 160 (cento e sessenta) dias antes do término da vigência contratual;

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão deste Contrato será feita:

7.1.1. Por parte da CONTRATANTE:

- NOME DA ÁREA: COORD. DE INFRAESTRUTURA, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS - CIPS/GRESC/MA
- TELEFONE: 2107-2391
- E-MAIL: [ma-cips-susg@correios.com.br](mailto:ma-cips-susg@correios.com.br)

- ÁREA GESTORA ADMINISTRATIVA: GEGEC/SPM
- TELEFONE: (11) 4313-8501
- E-MAIL: [gegecspm@correios.com.br](mailto:gegecspm@correios.com.br)

7.1.2. Por parte da CONTRATADA:

- Nome do Gestor: CRISTIAN BROCARDO SEEGER
- TELEFONE: (98) 99120-9924
- E-MAIL: [mastereireli2003@yahoo.com](mailto:mastereireli2003@yahoo.com)

#### CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período desta contratação.

8.1.1. A CONTRATADA deverá manter atualizado os dados cadastrais no Cadastro de Fornecedores do Correios.

8.2. Executar os serviços em estrita observância aos detalhes constantes nas Condições Específicas deste Instrumento e seus Anexos.

8.3. Emitir documento fiscal com o mesmo CNPJ que consta neste instrumento, discriminando no corpo das mesmas o serviço/etapa/parcela, o local da prestação do serviço, bem como destacar, se possível, o número e o objeto deste Contrato.

8.3.1. Caso a CONTRATADA possua mais de uma contratação com a CONTRATANTE, deverá emitir documentos fiscais distintos.

8.3.2. No caso de Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – NF-e, a CONTRATADA deverá encaminhar, se for o caso, o(s) respectivo(s) arquivo(s) no formato XML para o e-mail [documentofiscal@correios.com.br](mailto:documentofiscal@correios.com.br).

8.4. Caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL, fica condicionada na emissão dos documentos fiscais:

8.4.1. A inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, devendo constar, no campo destinado as informações complementares, ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, as expressões: “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”, para os casos de emissão de documentos não eletrônicos;

8.4.2. Nas notas fiscais eletrônicas devem constar, no campo destinado as informações complementares, as expressões: “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”;

8.5. Apresentar em duas vias a declaração constante no anexo IV da IN/RFB 1.234/2012 no ato da assinatura do contrato e/ou na prorrogação, caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL.

8.5.1. Quando o instrumento contratual ou termo aditivo for assinado eletronicamente o documento, de que trata o subitem acima, deverá ser enviado em até 02 (dois) dias úteis a contar da data de assinatura.

8.6. Sanear, às suas expensas, em garantia, os vícios, defeitos ou incorreções que se verificarem nos objetos, respondendo diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, durante a execução deste Contrato.

8.7. Caso o objeto desta contratação esteja enquadrado nas vedações do art. 17 da Lei Complementar 123/06, sendo a CONTRATADA MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL, fica obrigada a apresentar para a CONTRATANTE cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviço com cessão de mão de obra à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no artigo 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.8. No caso de a empresa CONTRATADA não realizar a comunicação, a CONTRATANTE oficiará à Receita Federal do Brasil, para que esta proceda à exclusão de ofício, conforme disposto no art. 29, Inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.9. Responsabilizar-se de forma exclusiva pela quitação de todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação.

8.9.1. A CONTRATADA declara que a inadimplência de quaisquer dos encargos acima não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação.

8.9.2. A CONTRATADA deverá, juntamente com o instrumento contratual assinado, encaminhar documento que autorize a CONTRATANTE a fazer o desconto no documento fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições previdenciárias e do FGTS, e o pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e de acionar as Autoridades do Trabalho competentes para intervenção, a fim de salvaguardar os interesses desses trabalhadores e da CONTRATANTE.

8.9.2.1. Quando o instrumento contratual for assinado eletronicamente o documento, de que trata o subitem acima, deverá ser enviado em até 02 (dois) dias úteis a contar da data de assinatura.

8.10. Permitir à CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, se for o caso, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o seu bom andamento.

8.10.1. A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.

8.11. Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais e inovações da CONTRATANTE de que venha ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto divulgá-las, reproduzi-las ou utilizá-las, sob as penas da lei, mesmo depois de encerrada a presente contratação.

8.12. Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste Contrato e de outros porventura existentes entre as partes e, inclusive da garantia contratual.

8.13. Substituir, em até 1 (um) dia útil sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, sempre que exigido, qualquer prestador de serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

8.14. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando a CONTRATANTE ou terceiros por qualquer dano ou



prejuízo causados à mesma, a seus servidores ou a terceiros, decorrente desses erros, falhas, omissões ou irregularidades.

8.15. Zelar pelo bom desempenho dos serviços prestados pelos seus empregados e providenciar que todos, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas da CONTRATANTE.

8.16. Substituir, em até 4 (quatro) horas após a comunicação da CONTRATANTE, o empregado que faltar, seja qual for o motivo, a fim de que não haja prejuízo na manutenção da prestação dos serviços contratados.

8.17. Respeitar as normas previstas pelo Ministério do Trabalho, quanto à prestação dos serviços, e submeter-se à fiscalização por parte das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

8.18. Apresentar, antes do início das atividades, relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, nos quantitativos definidos pela CONTRATANTE neste Instrumento, com dados pessoais de identificação e respectivos salários, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE, e mantê-la rigorosamente atualizada. *(LEMBRETE: utilizar modelo disponível na página do DINPA – Menu – Guias e Cartilhas/Serviços Gerais/Anexo 2 - Relação de Empregados vinculados ao Contrato)*

8.18.1. A CONTRATADA deve apresentar uma relação dos seus prestadores de serviços que, porventura, façam jus ao benefício de salário família.

8.18.2. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a substituição de qualquer membro da equipe durante a execução dos serviços, quando a substituição for por iniciativa da CONTRATADA.

8.18.3. O desligamento de empregado(s) utilizado(s) na execução dos serviços deverá ser comunicado à CONTRATANTE por meio formal.

8.18.3.1. Encaminhar, para comprovação da dispensa do empregado terceirizado, cópia da Carteira de Trabalho constando a anotação da dispensa, bem como cópia da comunicação da dispensa encaminhada aos órgãos competentes.

8.19. Manter identificados todos os empregados e, quando for o caso, devidamente uniformizados, para que tenham acesso às dependências da CONTRATANTE, a fim de executarem os serviços.

8.20. Ser a única representante legal perante a CONTRATANTE para o cumprimento das Cláusulas Contratuais.

8.20.1. A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la na execução do contrato.

8.21. Apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias após o início da vigência do Contrato e eventuais prorrogações, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), ambos regidos pelas Normas regulamentadoras NR-7 e NR-9, do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.21.1. No caso de Contratos com vigência acima de 12 meses, esses documentos deverão, quando expirada a validade, ser renovados durante toda a vigência contratual, devidamente atualizados.

8.22. Obedecer rigorosamente às normas internas da CONTRATANTE, relativas à segurança, manutenção e continuidade dos serviços, e também às normas de higiene, segurança e medicina do trabalho, em função do que estabelece a Portaria Nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho.

8.23. Apresentar mensalmente cópia da folha de pagamento consolidada com os dados de todos os prestadores de serviços dessa contratação (salário, salário família, descontos legais, 13º salário, férias, repouso semanal remunerado, horas extras, horas noturnas e adicionais e benefícios - quando for o caso).

8.24. Apresentar, quando solicitada, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS dos empregados vinculados à prestação dos serviços.

8.24.1. No caso de apresentação da CTPS dos prestadores de serviços, a CONTRATADA deve observar os prazos legais para devolução destas, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

8.25. Fica facultado à CONTRATANTE solicitar à CONTRATADA cópia do contrato de trabalho dos empregados vinculados à prestação dos serviços.

8.26. Apresentar, quando solicitado, cópia dos recibos de pagamentos dos empregados vinculados à prestação dos serviços.

8.27. Observar o cumprimento das obrigações contidas em convenção e acordo coletivo de trabalho vigente, bem como, daquelas dispostas na CLT.

8.27.1. Apresentar a relação de benefícios a serem concedidos a seus empregados, que conterà, no mínimo, o auxílio transporte e o auxílio-alimentação.

8.28. Fornecer, em perfeitas condições de uso, quando for o caso, todo e qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI), necessário ao desenvolvimento dos serviços considerados de risco pessoal.

8.29. Apresentar, quando solicitada, comprovantes de Vale Transporte e Vale Alimentação/Refeição fornecidos aos prestadores de serviços.

8.30. Efetuar o pagamento de salários dos empregados e demais verbas, mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

8.31. A CONTRATADA deverá manter sede, filial ou escritório na região ou local, em que serão prestados os serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

8.31.1. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação.

8.32. Manter número de empregados compatível com a quantidade dos serviços a serem prestados.

8.33. Apresentar, antes do início da execução dos serviços, o regime de compensação de horas firmados com os empregados, quando previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou pactuado por acordo individual escrito, a fim de resguardar a CONTRATANTE de qualquer condenação no pagamento de horas extras, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (art. 59, §§ 2º, 5º e 6º).

8.34. Não alocar para prestação dos serviços que constituem objeto deste Contrato, nas dependências da CONTRATANTE, familiar de empregado dos CORREIOS que exerça cargo em comissão ou função de confiança, sendo de sua responsabilidade a certificação dessa condição junto aos seus empregados.

8.34.1. É considerado familiar, nos termos do Artigo 2º, Inciso III, do Decreto nº 7.203/2010, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

8.34.2. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a relação do pessoal alocado para este contrato, conforme subitem 8.18, declaração de que os seus empregados não possuem vínculo familiar com os empregados dos Correios, na forma proposta no Apêndice I (modelo VII) do Edital.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.

9.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o cronograma previsto neste Instrumento.

9.3. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços, objeto desta contratação.

9.4. Fornecer todas as informações necessárias para emissão do documento fiscal.

9.5. A CONTRATANTE será responsável por garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em local por ela designado.

9.6. Encaminhar à Seguradora, dentro do prazo de validade da(s) Apólice(s), cópia das Notificações de Descumprimento Contratual, enviadas à CONTRATADA, para fins de caracterização da expectativa de sinistro, conforme previsto nos arts. 769 e 771 do Código Civil, quando for o caso de garantia sob a modalidade Seguro-Garantia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO**

10.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus decretos regulamentadores, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

10.2. A Contratada declara conhecer e se compromete, por todos os seus prepostos, a respeitar, cumprir e fazer cumprir durante a execução do contrato, no que couber, o “Código de Conduta Ética dos Correios”, que se encontra disponível no endereço eletrônico da Contratante na Internet, [www.correios.com.br](http://www.correios.com.br) (página principal), sob pena de se submeter às sanções previstas naquele Código.

10.2.1. A Contratada deverá adotar um perfil ético em suas práticas de gestão, inclusive na cadeia produtiva de seus fornecedores.

10.3. As Partes, seus agentes ou empregados devem combater toda e qualquer iniciativa que seja contra a lei 12.529/11 (Lei de Defesa da Concorrência).

10.4. Em caso de indícios de descumprimento desta Cláusula, a CONTRATANTE poderá realizar diligências, diretamente ou por meio de terceiros, à CONTRATADA, que deverá cooperar e disponibilizar informações, documentos, inclusive por meio de entrevistas com seus colaboradores, observadas as restrições de acesso a informação previstas na legislação brasileira.

10.5. A comprovada violação de qualquer uma das obrigações previstas nesta cláusula poderá ocasionar a rescisão deste Contrato, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos, além das demais sanções contratuais e legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MATRIZ DE RISCOS

11.1. A análise dos riscos associados à essa contratação foi realizada com base nas informações da Matriz de Risco deste Contrato.

11.1.1. Risco é o efeito da incerteza nos objetivos, sendo muitas vezes expresso em termos de uma combinação de consequências de um evento e a probabilidade de ocorrência associada. Considera-se “incerteza” o estado, mesmo que parcial, da deficiência das informações relacionadas a um evento, sua compreensão, seu conhecimento, sua consequência ou sua probabilidade

11.2. Os riscos decorrentes da relação contratual foram identificados e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabeleceu-se os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Apêndice 02 deste Contrato.

11.3. A CONTRATADA tem conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no Contrato e os considerou na formulação de sua proposta.

11.4. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PAGAMENTO

12.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de depósito bancário, conforme dados (nome e número do banco, número da agência e número da conta corrente) fornecidos pela CONTRATADA.

12.2. Os pagamentos serão efetuados conforme cronograma abaixo, **após** a prestação do serviço e a apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s) devidamente atestado(s) pela CONTRATANTE, assim como, **após** a apresentação dos documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço - FGTS, relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) à concessão de férias remuneradas e ao pagamento de respectivo adicional;
- c) à concessão do auxílio transporte, auxílio-alimentação e auxílio saúde, quando for devido;
- d) aos depósitos do FGTS e informação à Previdência social - GFIP;
- e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

Data de Atesto da NF	Vencimento
Dia 1 a 15 do mês	Dia 16 do M+1
Dia 16 a 25 do mês	Dia 28 do M+1

Legenda:

M = mês do atesto

M + 1 = mês do atesto acrescido de um mês

12.2.1. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, de que trata o subitem 12.2, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

12.2.2. Na hipótese de não haver a quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços contratados.

12.2.2.1. Caso ocorra o pagamento das obrigações pela CONTRATANTE:

a) o sindicato representante da categoria do trabalhador deve ser notificado para acompanhar o pagamento das verbas;

b) não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

12.3. Os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela CONTRATANTE somente na ocorrência do fato gerador.

12.4. Havendo disponibilidade e interesse da CONTRATANTE, bem como solicitação da CONTRATADA, o pagamento eventualmente poderá ser antecipado, mediante desconto, nos termos e nas regras estabelecidas no site dos CORREIOS, acessando: [http://www2.correios.com.br/institucional/licit\\_compras\\_contratos/valorpresente/default.cfm](http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/valorpresente/default.cfm)

12.5. Além dos documentos citados no subitem 12.2, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal) e Contribuições Sociais e às de Terceiros (INSS);

b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

12.5.1. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a CONTRATADA estiver com alguma documentação vencida.

12.5.2. A não apresentação ou a irregularidade dos documentos previstos no subitem 12.5 não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

12.6. Caso o documento fiscal apresente incorreção o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

12.7. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

12.8. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

12.9. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

12.10. Nos documentos fiscais, o campo “Tomador dos Serviços” deverá ser preenchido com os dados do CNPJ: Da Administração Central/Diretoria Regional contratante ou da lista anexa, que será informado pela área Financeira quando da validação do item do ERP, dependendo do serviço contratado.

12.11. O faturamento do(s) documento(s) fiscal(is) terá como referência o local da prestação dos serviços definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

12.12. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE - a título de atualização financeira, compensações financeiras e penalizações - encargos moratórios, com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

12.13. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

12.14. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ATUALIZAÇÃO DO PREÇO

13.1. Poderá haver repactuação, calcada em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, contemplando apenas a parcela referente aos itens constantes do instrumento coletivo da categoria e seus reflexos, mantidos os percentuais de tributos, do lucro e dos custos indiretos.

13.1.1. Quando não houver convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser realizada repactuação de preços, relativa ao valor da mão de obra, baseada no valor do salário mínimo vigente, nos casos em que o valor deste torne-se superior ao salário base constante no contrato.



13.1.2. Deverá ser observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

13.1.3. Nova repactuação relativa à data base da categoria poderá ocorrer 12 meses após a última data base.

13.1.4. A solicitação, pela CONTRATADA, deverá ser formalizada, durante a vigência contratual, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do fato gerador do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou equivalente, retroagindo a concessão, se for cabível, à última data base da categoria.

13.1.4.1. A formalização deve ser acompanhada de cálculo e demonstração analítica de aumento ou redução dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços vigente e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

13.1.5. Quando a solicitação for formalizada após 30 (trinta) dias do fato gerador do acordo, convenção ou dissídio coletivo, se for cabível, a concessão dar-se-á a partir da data do pleito.

13.1.6. Ocorrerá a preclusão das repactuações que não forem solicitadas durante a vigência deste contrato.

13.1.6.1. Excepcionalmente, as repactuações que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste Contrato, poderão ser realizadas posteriormente, desde que o fato gerador, consistente em novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ocorra após a extinção deste Instrumento contratual e contemple data de vigência retroativa, sendo o pagamento mediante Termo de Reconhecimento de Dívida.

13.2. As parcelas de insumos de mão de obra (ex: uniformes, equipamentos e outros) constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, que tenham sofrido variação e não foram contempladas na repactuação decorrente do acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, poderão ser reajustadas após **12 (doze) meses** da data de apresentação da proposta, tendo por base o [Informar o índice].

13.2.1. Os próximos reajustes ocorrerão sempre que decorridos 12 (doze) meses do último reajuste concedido, aplicando a variação do índice pactuado.

13.2.2. Na concessão do reajuste serão mantidos os percentuais referentes ao lucro e aos custos indiretos inicialmente informados na planilha de custos .

13.2.3. Para efeito da definição do índice a ser aplicado nos reajustes adotar-se-á a variação de custos definida pelo **INPC** que será aplicada no período do reajuste, observada a seguinte fórmula:

$$P = v * \left[ \frac{I1}{I0} \right]$$

Onde:

P > preço reajustado

v > preço atual do contrato

I1 = número-índice relativo a data de aniversário da proposta;\*

I0 = número-índice relativo a data de apresentação da proposta (no caso do primeiro reajuste contratual) ou do último reajuste aplicado, conforme o caso.\*

**\* considerar o último índice divulgado**

13.3. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser solicitado pela contratada, que deverá demonstrar, de forma inequívoca, por meio de planilhas e de outros documentos hábeis, a variação dos preços em decorrência de razões que possam comprovar o dever de se conceder o reequilíbrio.

13.3.1. A solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro, pela CONTRATADA, deverá ser formalizada, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do fato gerador, retroagindo a concessão, se for cabível, à data do fato gerador.

13.3.2. Quando o pedido for formalizado após 30 (trinta) dias do fato gerador, a concessão do reequilíbrio, se cabível, dar-se-á a partir da data do protocolo do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

a) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Instrumento, mantendo as mesmas condições contratuais.

b.1) as supressões poderão exceder os limites estabelecidos na alínea "b".

c) necessária a modificação do modo e/ou do cronograma de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

d) necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação dos serviços;

e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

f) conveniente à substituição da garantia de execução contratual, quando essa exigência estiver contida neste Instrumento.

14.2. As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

14.2.1. APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Instrumento;

b) o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

14.2.2 TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Instrumento ou do seu valor.

14.3. Os Termos Aditivos ou Apostilas farão parte deste Instrumento, como se nele estivessem transcritos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENALIDADES

15.1. Pelo descumprimento das obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CONTRATANTE, garantida a ampla defesa e o contraditório:

15.1.1. **Advertência**, quando:

a) o descumprimento não constituir obrigação principal;

b) não houver penalidade de multa específica para o descumprimento;

c) não houver reincidência do fato gerador da penalidade.

15.1.1.1. As multas cujos valores sejam inferiores a 100 (cem) vezes o PPCC – Primeiro Porte da Carta Comercial básico serão convertidas em advertência, desde que não tenha sido aplicada a advertência para o mesmo fato gerador.

15.1.1.2. Quando houver a reincidência do fato gerador de advertência já aplicada, a CONTRATADA incidirá na multa disposta no subitem 15.1.2.2, alínea “b”.

15.1.2. **Multa**: aplicada nos seguintes casos:

15.1.2.1. **Multa de mora**:

a) atraso injustificado na execução dos serviços contratados em relação aos prazos fixados neste Instrumento: **1% (um por cento)** sobre o valor mensal, por dia de atraso, até o limite de **10 (dez) dias**, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

b) atraso na apresentação/reposição/complementação da garantia de execução contratual, nos moldes da Cláusula Décima Oitava deste Contrato: 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total da garantia a ser prestada ou do valor da diferença a ser reposta/complementada, por dia útil de atraso, até o limite de **10 (dez) dias úteis**. Após esse prazo será aplicado o subitem 18.1.1 deste Contrato;

c) atraso no pagamento dos créditos salariais, vale-alimentação, vale transporte, e/ou descumprimento de demais benefícios/obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS: **1% (um por cento)** sobre o custo mensal atualizado equivalente ao cargo do empregado vinculado a prestação dos serviços, por dia de atraso, por

trabalhador prejudicado, até o limite de **15 (quinze) dias úteis**, quando poderá ensejar a rescisão contratual.

**15.1.2.2. Demais multas:**

a) Inexecução do(s) serviço(s) contratado(s), caracterizado após o limite de prazo constante na alínea “a” do subitem 15.1.2.1 deste instrumento: **1% (um por cento)** sobre o valor global, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

b) reincidência no descumprimento do mesmo fato gerador de penalidade de advertência já aplicada, conforme subitem 15.1.1: **2,7 % (dois vírgula sete por cento)** sobre o valor mensal deste Contrato para cada ocorrência;

c) na rescisão do Contrato, com base nas hipóteses previstas nas alíneas “a” a “c” do subitem 16.1.1 deste Instrumento, será aplicada multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor remanescente atualizado deste Contrato, na data da rescisão.

15.1.2.3. As multas de mora são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, e estão limitadas a **10% (dez por cento)** do valor global atualizado deste Instrumento.

15.1.2.4. As demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitado ao valor global atualizado deste Instrumento.

15.1.2.5. As multas de mora e demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitado ao valor global atualizado deste Instrumento.

15.1.2.6. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

15.1.2.7. O valor da multa e os prejuízos causados pela CONTRATADA serão executados pela CONTRATANTE, nos seguintes termos:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida neste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

15.1.2.7.1. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, por prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da reparação dos danos causados, nos seguintes casos:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com os CORREIOS, em virtude de atos ilícitos praticados.

15.2. Em caso de descumprimento deste Contrato, além das penalidades acima previstas, a CONTRATADA responderá a título de indenização complementar, nos termos do Parágrafo Único do Art. 416 do Código Civil, por quaisquer danos, prejuízos e lucros cessantes sofridos pela CONTRATANTE.

15.3. As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

15.4. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação dessas, cujas razões, em sendo procedentes, poderão isentá-la das penalidades, caso contrário aplicar-se-á a sanção cabível.

15.5. Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso.

15.5.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento do recurso ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

15.6. As penalidades serão registradas no SICAF.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO

16.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, conforme legislação aplicável e sem prejuízo das penalidades previstas neste Instrumento.

16.1.1. Poderá haver a rescisão unilateral deste contrato por iniciativa de qualquer uma das partes, quando ocorrer os seguintes motivos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular deste Contrato, especificações técnicas, projetos ou prazos;
- b) não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- c) subcontratação total deste Contrato;
- d) decretação de falência ou dissolução da sociedade da CONTRATADA;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.

16.1.1.1. Poderá, ainda, haver rescisão unilateral por parte dos Correios por motivos decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável para a execução deste contrato.

16.1.1.2. A rescisão unilateral pela contratada ocorrerá, mediante aviso prévio e por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e prova de recebimento, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais já iniciadas e do pagamento das indenizações cabíveis aos Correios.

16.1.1.3. Os efeitos da rescisão unilateral pelos Correios serão operados a partir do recebimento da comunicação escrita sobre o seu julgamento ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

16.1.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

16.1.3. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos ou força maior, acarretará as consequências contidas no subitem 15.1.2.7, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste instrumento.

16.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo Administrativo.

16.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUSPENSÃO DO CONTRATO

17.1. Poderá haver a suspensão da execução deste Contrato, por acordo entre as partes, desde que devidamente motivada e justificada a inviabilidade de sua continuação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GARANTIA

18.1. A CONTRATADA comprovará no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da data da publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União, a efetivação da garantia de execução contratual, em percentual equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor global deste Contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro;

a.1) em caso de garantia em dinheiro, a CONTRATADA deverá depositar o valor em nome da CONTRATANTE em uma Agência de Correios, mencionando o código 54224 (Código SARA). Feito o depósito, a cópia do comprovante deverá ser enviada a Área Gestora Administrativa, previsto no subitem 7.1.1 deste Instrumento.



b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

18.1.1. Decorrido o prazo de mora previsto no subitem 15.1.2.1, alínea “b”, sem que haja a apresentação/reposição ou complementação da garantia, o valor correspondente será retido do pagamento subsequente, para a constituição da garantia sob a modalidade caução em dinheiro.

18.1.2. O desconto no pagamento para constituição da garantia não afasta a aplicação da penalidade cabível pelo atraso, prevista na Cláusula Décima Quinta deste Instrumento.

18.1.3. A CONTRATADA poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição da garantia contratual por outra modalidade, conforme previsto no subitem 14.1, alínea “f”.

18.2. Quando apresentada Carta de Fiança ou Apólice de Seguro-Garantia, é indispensável que a cobertura da garantia alcance todas as obrigações previstas em Contrato, principal e acessória.

18.2.1. A CONTRATADA poderá apresentar mais de 01 (uma) apólice para o atendimento integral das obrigações contratadas.

18.2.2. A garantia só será aceita, e a exigência contratual atendida, após a cobertura integral das obrigações pactuadas neste instrumento.

18.3. Se a opção de garantia recair em seguro-garantia ou fiança bancária, no título apresentado deverá constar expressamente:

a) cobertura da responsabilidade decorrente de aplicação de multas de caráter punitivo;

b) cobertura da responsabilidade decorrente de desrespeito às obrigações previdenciárias e trabalhistas, exceto indenização por acidente de trabalho, resultantes da execução do Contrato;

c) vigência da garantia, observado o prazo previsto no subitem 18.5.

d) cláusulas de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

e) cláusula expressa de renúncia do fiador aos benefícios dos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro, somente para o caso de fiança bancária.

f) o prazo máximo de pagamento da indenização de 30 (trinta) dias.

18.4. A Carta de Fiança ou Apólice de Seguro-Garantia deverá ser acompanhada do rol da documentação necessária à caracterização do sinistro para fins de indenização.

18.5. A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata a Cláusula Sexta.

18.6. No caso de haver acréscimo no valor deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial da União, ou, no caso de apostilamento, da data do recebimento da notificação pela CONTRATADA.

18.7. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a contar da data que for notificada pela CONTRATANTE.

18.8. A garantia prestada será liberada ou restituída após cessadas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

18.9. A garantia, quando prestada em dinheiro, será liberada ou restituída atualizada monetariamente com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data da prestação efetiva e a da devolução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL

19.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, Lei 11.488/07, Lei nº 12.846/2013, Lei 13.429/2017, Decreto nº 9.507/2018 e no que for aplicável.

19.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato: o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA.

19.2.1. Este Contrato é oriundo do Pregão Eletrônico n.º **20000010 - SE/MA**, homologado por meio do Relatório Nº 514/2020 de 16/12/2020.

19.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente na CONTRATANTE no dia da prestação do serviço, do pagamento ou outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Luiz/MA, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e CONTRATADAS assinam as partes o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

#### PELA CONTRATANTE

NOME: EDUARDO SALLES NUNES DE SOUZA

CARGO: COORD. GESTÃO ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS GEDEC/SPM

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 22.740.243-1

CPF: 153.076.968-09

NOME: CLEITON MOREIRA DA SILVA

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 33.995.117-5 -SSP/SP

CARGO: CHEFE DE SEÇÃO

CPF: 224.698.038-02

#### PELA CONTRATADA

NOME: CRISTIAN BROCARDI SEEGER

CARGO: DIRETOR

RG: 120236899-6 SSP/MA

CPF: 038.658.133-99

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

NOME: IEDA RODRIGUES DE SOUZA

CPF: 134.114.838-65

2) \_\_\_\_\_

NOME: ELISABETH FERREIRA DO NASCIMENTO

CPF: 090.397.268-92

#### ANEXOS: 19540340

Descrição Técnica

Proposta Econômica

Planilha de Custos

Matriz de Risco

Apêndice 1 - Formulários de apoio à gestão operacional e à fiscalização aplicados aos contratos de prestação de serviços, contínuo ou não, com cessão de mão de obra

Apêndice 2 - Matriz de Riscos

## APÊNDICE 1

### FORMULÁRIOS DE APOIO À GESTÃO OPERACIONAL E FISCALIZAÇÃO APLICADOS AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONTÍNUO OU NÃO, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA

#### 1. OBJETIVO

1.1. Os formulários disponíveis neste Apêndice tem por finalidade prover o acompanhamento das obrigações contratuais, incluindo as obrigações trabalhistas e previdenciárias, no decorrer da execução contratual.

1.2. Este Apêndice é formado pelos seguintes formulários:

- a) Check list das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- b) Relação de empregados vinculados ao contrato;
- c) Relação de fornecimento de uniformes e EPIs aos empregados vinculados ao contrato;
- d) Relação de empregados que fazem jus ao recebimento de salário família;
- e) Relação de materiais e equipamentos fornecidos para prestação de serviços;

1.3. A CONTRATADA deverá apresentar os formulários citados nas alíneas "b", "c", "d" e "e" em conformidade com os prazos definidos nas CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO, no item de OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

#### 2. CHECK LIST DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

CHECK LIST DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS					DATA __/__/__	CONTRATO Nº:
Documentos	Início de Contrato	Vigência de Contrato				Encerramento de Contrato
		Fiscalização Diária	Fiscalização Mensal	Fiscalização de Alteração do Quadro de Empregados	Fiscalização Especial e ou Anual	
Relação dos empregados alocados no contrato	( )	( )				
Contrato trabalho	( )			( )		
Registro Empregado CTPS, por amostragem	( )			( )		
Convenção Acordo, Sentenças Normativas	( )				( )	
Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de exame médico admissional, por amostragem	( )			( )		
Comprovante de fornecimento de uniformes e EPIs	( )			( )		
Comprovações de recolhimento do FGTS	( )		( )			
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	( )		( )			

CHECK LIST DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS					DATA __/__/__	CONTRATO Nº:
Documentos	Início de Contrato	Vigência de Contrato				Encerramento de Contrato
		Fiscalização Diária	Fiscalização Mensal	Fiscalização de Alteração do Quadro de Empregados	Fiscalização Especial e ou Anual	
PCMSO e PPRA	( )				( )	
Relação de empregados que faz jus ao benefício Salário Família	( )			( )		
Comprovantes de recolhimento do INSS	( )		( )			( )
Comprovante de Encaminhamento do CAGED ao MTE	( )					
Curso de Reciclagem e Capacitação	( )				( )	
Comprovante de encaminhamento da RAIS ao MTE	( )				( )	
Cópia do Comprovante de Fornecimento de Vale Transporte, por amostragem	( )		( )	( )		
Cópia de Acordo de compensação de horas mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho	( )	( )				
Cópia do Comprovante de Fornecimento Vale Alimentação e Cesta Básica			( )	( )		
Cópia de cartão de ponto, por amostragem		( )				
Cópia da Folha de Pagamento (salário, descontos legais, 13º salário, férias, DSR, horas extras, horas noturnas, adicionais de insalubridade ou periculosidade, etc.) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.			( )	( )		
Cópia de Recibos de Pagamentos, por amostragem			( )			
Cópia de Aviso de Férias			( )			
Cópia de Recibo de Pagamento de Férias			( )			
Cópia de Recibo de Pagamento de 13º salário					( )	
Cópia de Recibo de Pagamento de Auxílio Funeral					( )	
Cópia de Recibo de Pagamento de Auxílio Filho Excepcional				( )		
Cópia do Comprovante de Entrega do Mapa com avaliação anual dos dados relativos a acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e agentes de insalubridade encaminhado ao MTE até o dia 31 de janeiro.					( )	
Cópia de Contribuição Sindical dos Empregados					( )	
GFIP Declaratória 13º Salário pago no mês de dezembro do ano anterior					( )	
Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exame médico periódico.					( )	



<b>CHECK LIST DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS</b>						<b>DATA</b> __/__/__	<b>CONTRATO Nº:</b>
<b>Documentos</b>	<b>Início de Contrato</b>	<b>Vigência de Contrato</b>				<b>Encerramento de Contrato</b>	
		<b>Fiscalização Diária</b>	<b>Fiscalização Mensal</b>	<b>Fiscalização de Alteração do Quadro de Empregados</b>	<b>Fiscalização Especial e ou Anual</b>		
Cópia de emissão da CAT até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente.					( )		
Documento de Concessão de Aviso Prévio trabalhado ou Indenizado						( )	
Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção do contrato por prazo indeterminado						( )	
Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exame médico demissional						( )	
<b>Observações:</b>							

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL: .....

**3. RELAÇÃO DE EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO**

<b>RELAÇÃO DE EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO</b>													
<b>Contrato nº:</b>		<b>Contratada:</b>			<b>Vigência contratual:</b> __/__/__ a __/__/__					<b>Objeto contratado:</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Nome completo do empregado</b>	<b>Cargo</b>	<b>CPF</b>	<b>Nº. DO RG</b>	<b>Órgão Emissor</b>	<b>Nº do PIS</b>	<b>Endereço</b>	<b>Telefone</b>	<b>Remuneração</b>		<b>Benefícios</b>		<b>Jornal semanal</b>
									<b>Salário (R\$)</b>	<b>Adicionais (R\$)</b>	<b>Vale-transporte</b>	<b>Vale-alimentação</b>	
1													
2													
...													
n													
<b>Observações:</b>													
<b>Assinatura do Preposto da Contratada:</b>													

**4. RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EPI AOS EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO**

<b>RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EPI AOS EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO</b>	<b>Assinatura</b> __/__/__
-----------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------

Contrato nº:		RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EPI AOS EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO		Objeto contratado:								
Contrato nº:		Vigência contratual: ____/____/____ a ____/____/____										
Ordem	Nome completo do empregado	CPF	Cargo	Itens do Uniforme fornecidos: Sim (s) ou Não (n)			Itens do EPI Sim (s) ou Não (n)					
				Sapato	Meias	Calça	Camisa	Outros	Luvas	Óculos de proteção	Botas	Máscara
01												
02												
...												
n												
Assinatura do Preposto da Contratada:												

Nota: os itens de uniformes e EPI constantes nesta relação são exemplificativos, podendo ser alterados de acordo com o objeto da contratação

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL: .....

5. RELAÇÃO DE EMPREGADOS QUE FAZEM JUS AO RECEBIMENTO DE SALÁRIO FAMÍLIA

RELAÇÃO DE EMPREGADOS QUE FAZEM JUS AO SALÁRIO FAMÍLIA				Data ____/____/____	
Contrato nº:	Contratada:	Vigência contratual: ____/____/____ a ____/____/____	Objeto contratado:	Total de empregados	
Ordem	Nome completo do empregado	CPF	Cargo	Data de concessão do Benefício	
01					
02					
03					
...					
n					
Assinatura do Preposto da Contratada:					

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL: .....

6. RELAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS FORNECIDOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

RELAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS FORNECIDOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					Data ____/____/____	
Contrato nº:	Contratada:	Vigência contratual: ____/____/____ a ____/____/____	Objeto contratado:			
Ordem	Nome do Material entregue		Marca	Quantidade fornecida	Data da entrega	
01						

02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					

Ordem	Nome do equipamento entregue	Marca/modelo	Quantidade fornecida	Data da entrega	
01					
02					
03					
04					
05					

Assinatura do Preposto da Contratada:

**Nota:** A relação é exemplificativa, podendo ser alterada de acordo com o objeto da contratação

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL: .....

## APÊNDICE 2

## MATRIZ DE RISCOS - 19540340

(arquivo disponibilizado separadamente)

\* \* \* \* \*



Documento assinado eletronicamente por **Ieda Rodrigues de Souza Alves, Agente de Correios - Suporte**, em 23/12/2020, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisabeth Ferreira do Nascimento, Analista de Correios Jr - Administrador**, em 23/12/2020, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIAN BROCARDI SEEGER, Usuário Externo**, em 29/12/2020, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar de Oliveira Silva, Gerente Atividade - CTC TP IV - G1**, em 29/12/2020, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Camargo Freitas, Membro de CPL/DR - G1**, em 29/12/2020, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.correios.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **19518698** e o código CRC **CEC33FE1**.

CTR\_Serviço\_com\_Mão\_de\_Obra\_(M)\_7.0\_Lei\_13.303

I

Referência: Processo nº 53177.088325/2020-11

SEI nº 19518698





Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
CAMPUS VALENCA  
Avenida Joaquim Manoel, S/N, Novo Horizonte, VALENCA / PI, CEP 64.300-000  
Fone: (86) 3131-1488 Site: [www.ifpi.edu.br](http://www.ifpi.edu.br)

ATESTADO 4/2022 - DAP/DG-VALENCA/CAVAL/IFPI

VALENCA, 10 de agosto de 2022.

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de direito, que a empresa Master Construções e Limpeza EIRELI, CNPJ 05.564.043/0001-13, estabelecida na: Av. Jeronimo de Albuquerque, Subcond.07, Nº25. Bairro: Vinhais I (Pátio Jardins)São Luís/MA. , prestou para o INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ-PI, os serviços abaixo discriminados:

- Descrição do serviço executado: Trabalhador Braçal.

Atestamos, ainda, que os serviços foram executados satisfatoriamente, com qualidade técnica, nada constando algo que desabone a referida empresa até a presente data.

Flavio Sousa Santos

Chefe do DAP/IFPI/CAVAL

Documento assinado eletronicamente por:

- Flavio Sousa Santos, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - DAP-CAMPUS VALENCA, em 10/08/2022 15:49:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/08/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 106593

Código de Autenticação: 7ca4b72137





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE  
OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

**TERMO DE CONTRATO Nº 01/2021, DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRABALHADOR  
BRAÇAL QUE FAZEM ENTRE O INSTITUTO  
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS VALENÇA DO  
PIAUÍ-PI E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES  
E LIMPEZA EIRELI.**

O Instituto Federal do Piauí – Campus Valença do Piauí-PI, com sede na Avenida Joaquim Manoel S/N, Bairro Novo Horizonte, Valença do Piauí – PI, CEP 64.300-000, inscrito no CNPJ sob o nº 10.806.496/0016-25, UASG nº 155199, representado pelo seu Reitor, Senhor **Paulo Henrique Gomes de Lima**, de acordo com a Portaria de Nomeação do Ministério da Educação, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa Master Construções e Limpeza Eireli. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.564.043/0001-13, sediada na Rua 30, Casa 05, Coheb do Sacavem – São Luís - MA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Cristian Brocardo Seeger, portador da Carteira de Identidade nº 2341316, expedida pela SSP-PI, e CPF nº 038.658.133-99, tendo em vista o que consta no Processo nº 23178.000668/2020-82 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão – Sistema de Registro de Preços nº 01/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Trabalhador Braçal, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

Item	Descrição/ Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor anual
01	Contratação de 01 (um) posto de trabalhador braçal para atender as necessidade do IFPI Campus Valença do Piauí-PI, em regime de 44h semanais. CBO 6210-05	Mês	12	R\$ 2.548,26	R\$30.579,12

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 01/04/2021 e encerramento em 01/04/2022, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 2.548,26 (Dois mil e Quinhentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Seis Centavos), perfazendo o valor total de R\$ 30.579,12 (Trinta mil e Quinhentos e setenta e Nove Reais e Doze Centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26431

Fonte: 8100



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

Programa de Trabalho: 12363501220RL0022

Elemento de Despesa: 339037-01

PI: L20RLP0100N

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO**

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 1.528,96 (Um mil e Quinhentos e Vinte e Oito Reais e Noventa e Seis Centavos), no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.1. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MPDG n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.2. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do Anexo X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Teresina-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Teresina, 11 de Março de 2021.

---

**Representante legal da CONTRATANTE**

---

**Representante legal da CONTRATADA**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Divisão Odontológica

OFC-DOG - 12023

Código de validação: 625C596F9E

A Sua Senhoria o Senhor  
**EMPRESA MASTER FACILITIES**

Assunto: **Atestado de Capacidade Técnica**

Declaramos para os devidos fins que a empresa MASTER FACILITIES, CNPJ no 05.564.043/0001-13, faz prestação de serviço de mão de obra terceirizada na categoria Auxiliares de Saúde Bucal no Tribunal de Justiça do Maranhão e Fórum Des. Sarney Costa, sob o Contrato No 0060/2021-TJMA., com a assinatura do contrato no dia 05 de julho de 2021, com período de 12 meses de prestação do serviço. A empresa apresentou junto a Divisão de Contratos e Convênios do TJ/MA todos os comprovantes de aptidão técnica exigidos no ato da assinatura do contrato, onde também a mesma vem cumprindo regulamente todas as exigências constadas no Termo de Referência e considero até a presente data a prestação dos serviços de boa qualidade.

Atenciosamente,

RAFAEL SILVA SANTOS  
Chefe da Divisão Odontológica  
Divisão Odontológica  
Matrícula 140566

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 10/01/2023 12:17 (RAFAEL SILVA SANTOS)



**PROCESSO Nº 36530/2020-TJMA**

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 0060/2021-TJMA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI.**

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.288.790/0001-76, com sede na Av. Dom Pedro II, s/nº, Palácio “Clovis Beviláqua”, Centro, CEP: 65.010-905, São Luís/MA, representado pelo seu Presidente, o **Desembargador LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA**, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o n.º 044.880.083-72, RG nº 058870812016-2/SSP/MA, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro e a **EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, CNPJ Nº 05.564.043/0001-13, sediada à Rua 30, número 05, Bairro Coheb do Sacavém, São Luís/MA, CEP: 65.042-210, neste ato representada pelo **Sr. CRISTIAN BROCARDO SEEGER**, inscrito no CPF sob o n.º 038.658.133-99, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 36530/2020-TJMA, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2021 – SRP-TJMA e em observância ao disposto na Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, têm entre si justo e contratado o que segue:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços continuados na categoria Auxiliar em Saúde Bucal.

1.2. As especificações estão de acordo com o Termo de Referência, anexo do Pregão Eletrônico nº 04/2021 – TJMA, Ata de Registro de Preços nº 33/2021-TJMA e na Proposta de Preços da **CONTRATADA**, que são partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição.

1.3. As quantidades e especificações necessárias para o pleno atendimento da solicitação apresentada são as relacionadas abaixo:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total Anual R\$
01	Auxiliares em Saúde Bucal, com nível médio completo, curso técnico na área de auxiliar de consultório dentário e registro no Conselho Regional de Odontologia.	Posto de serviço	08	R\$ 2.907,24	R\$ 23.257,92	R\$ 279.095,04
<b>VALOR TOTAL: R\$ 279.095,04 (Duzentos e setenta e nove mil, noventa e cinco reais e quatro centavos)</b>						

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses com início em **05/07/2021** e término em **05/07/2022**, podendo ser prorrogado com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1. O valor total deste Contrato é de R\$ 279.095,04 (Duzentos e setenta e nove mil, noventa e cinco reais e quatro centavos), incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre os serviços contratados.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 04901 – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO – FERJ; **FUNÇÃO:** 02 – JUDICIÁRIA; **SUBFUNÇÃO:** 061 – AÇÃO JUDICIÁRIA; **PROGRAMA:** 0543 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL; **PROJETO ATIVIDADE:** 4436 – MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO; **NATUREZA DE DESPESA:** 339037 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA;

4.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas através da **Nota de Empenho n.º 2021NE000225-FERJ**, emitida em 11/05/2021, à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula.

4.3. A **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal em observância à unidade orçamentária emissora da nota de empenho que albergou a aquisição, **FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO, CNPJ: 04.408.070/0001-34.**

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. Executados os serviços, a **CONTRATADA** encaminhará Nota Fiscal de Serviços, emitida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, de acordo com o empenho.

5.1.1. A referida nota fiscal será obrigatoriamente acompanhada da folha de pagamento completa do mês anterior ao de referência, acompanhada do recibo/comprovante do pagamento de salário dos funcionários, bem como os comprovantes de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (GFIP e SEFIP), da Previdência Social (GPS) e Insalubridade, exceção feita ao último pagamento do contrato, cuja nota fiscal deverá ser acompanhada também da documentação referente ao mês da prestação do serviço.

5.2. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá estar em dia com os documentos relativos à seguridade social (CND – Certidão Negativa de Débito e CRF – Certificado de Regularidade FGTS).



5.3. Havendo erro na nota fiscal ou outra circunstância que obste a quitação da despesa, ela ficará pendente e o pagamento sustado, até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.4. **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** comprometer-se-ão a respeitar, em todos os seus termos, o que consta na Resolução nº 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que prevê, dentre outras obrigações, que as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa e o impacto sobre férias e 13º salário, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da empresa em banco público oficial, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TJMA (Art. 1º da Res. nº 98/2009 – CNJ).

5.5. No ato de assinatura do contrato, a contratada assinará documento próprio em que autoriza o contratante a abrir conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – para o fim de depositar os valores constantes mencionados no Item 5.17, em acordo com a Res. nº 98/2009 – CNJ.

5.6. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas acima mencionados, depositados na conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa. (Art. 8º da Res. nº 98/2009 – CNJ).

5.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJMA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

5.8. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documentação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

5.9. O **CONTRATANTE**, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas.

5.10. A **CONTRATADA**, caso não possua sede no Estado do Maranhão, deverá proceder ao registro/cadastramento das Notas Fiscais/Faturas junto à Secretaria Estadual da Fazenda do Maranhão, sob pena de não efetivação do pagamento.

5.10.1. O setor competente do órgão, Diretoria Financeira, validará as Notas Fiscais/Faturas devidamente cadastradas/registradas pelas empresas.

5.11. As notas fiscais serão rejeitadas caso contenham emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência.

5.12. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. Os serviços serão executados na Divisão Odontológica do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e na Divisão Odontológica do Fórum Desembargador Sarney Costa, os quais cumprirão uma carga horária de 30 horas semanais realizando a seguinte rotina e procedimentos:

- a) Organizar e executar atividades de higiene bucal;
- b) Processar filme radiográfico;
- c) Preparar o paciente para o atendimento;
- d) Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas;
- e) Manipular materiais de uso odontológico;
- f) Selecionar moldeiras;
- g) Preparar modelos em gesso;
- h) Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal;
- i) Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
- j) Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
- k) Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
- l) Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;

- m) Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal;
- n) Adotar medidas de biossegurança visando o controle de infecção;
- o) Entre outros procedimentos típicos da atividade em análise fixada pela Lei 11.889 de 24 de dezembro de 2008.

6.2. A prestação dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias contados da emissão da “Ordem de Serviços emitida pelo fiscal do Contrato”.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTA VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO**

7.1. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, o **CONTRATANTE** deverá depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da **CONTRATADA** envolvidos na execução do Contrato, em consonância com os dispostos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 25 de maio de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- I. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- II. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao Contrato;
- III. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao Contrato;
- IV. Ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

7.2. O saldo restante, com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da **CONTRATADA**, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.3. As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este Item, serão destacadas do valor mensal do Contrato e depositados na mencionada conta vinculada, aberta em nome da **CONTRATADA**, em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação.

7.4. A movimentação da conta vinculada será mediante autorização da **CONTRATANTE**, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

7.5. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

- 13º salário;
- Férias e Abono de Férias;
- Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa; e

- Impacto sobre férias e 13º salário.

7.6. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem acima, depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à **CONTRATADA**.

7.7. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato em conformidade com a Lei nº 12.506/2011.

7.8. Os valores máximos e mínimos a serem provisionados estão discriminados na tabela abaixo, ressalvado o FAT/RAT, o submódulo 3.1 e os demais encargos são vinculativos:

<b>CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS (Mínimo e Máximo)</b>		
<b>REGIME DE TRIBUTAÇÃO</b>	<b>Incidência cumulativa ou não cumulativa de PIS e COFINS</b>	
RAT ajustado (RAT*FAP) <sup>1</sup>	0,5%	6%
Submódulo 3.1 (a)	34,30%	39,80%
<b>ENCARGO</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>MÁXIMO</b>
13º Salário	8,3333%	
Férias	8,3333%	
Abono de Férias	2,7777%	
<b>SUBTOTAL (b)</b>	<b>19,4443%</b>	
Incidência Submódulo 3.1 (a)*(b) = (c)	6,6694%	7,7388%
Multa FGTS (d)	4,2998%	
Encargos Retidos (b) + (c) + (d) = (e)	30,4135%	31,4829%

**NOTA 1:** Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, bem como os índices de ajuste de riscos, de ½ a 2 vezes.

**NOTA 2:** A comprovação do Risco deverá ser realizada pela apresentação de documento idôneo da Previdência Social que comprove o índice adotado.



7.9. A **CONTRATADA** poderá solicitar a autorização do **CONTRATANTE** para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato a ser celebrado.

7.10. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE** os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

7.11. O **CONTRATANTE** expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação.

7.12. Encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da **CONTRATADA**.

7.13. A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta-corrente dos trabalhadores favorecidos.

7.14. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.15. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à **CONTRATADA**, no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.16. A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

7.17. Quando não for possível a realização dos pagamentos diretos, pela própria administração, os valores serão retidos cautelarmente e depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS. Instrução Normativa nº 06, de 23 de dezembro de 2013.

7.18. Em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

7.19. As normas para operacionalização da conta vinculada serão aquelas previstas na Resolução CNJ 169/2013 alterada pela Resolução 183/2013.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

8.1. Para a contratação, será exigida a prestação de garantia, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A garantia ora tratada somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

8.1.2. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, esta será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido na IN nº 05/2017 SLTI - MPOG.

### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei 11.889 de 24 de dezembro de 2008 e na Lei 8.666/93.

9.2. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso.

9.3. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

### **CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, verificando se os auxiliares têm no mínimo 06 (seis) meses de prática comprovada na função.

10.2. Substituir o empregado que executará os serviços em caso de afastamento por doença pelo período superior a 05 (cinco) dias, sem nenhum acréscimo de custo ao **CONTRATANTE**.

10.3. Disponibilizar, por conta da **CONTRATADA**, um preposto para fiscalizar as atividades dos seus empregados, possibilitando o imediato atendimento das solicitações efetuadas pelo **CONTRATANTE** em relação à execução dos serviços contratados, bem como para os casos abaixo:

10.4. Controlar e responsabilizar-se pela disciplina e a apresentação pessoal dos seus empregados durante a execução dos serviços contratados.

10.5. Atender de forma imediata em até 02 (dois) dias úteis às solicitações de substituição de profissionais, quando comprovadamente inadequados para a prestação de serviços acordados.

10.6. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato, inclusive no que tange aos encargos trabalhistas.

- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.
- 10.8. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.
- 10.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.
- 10.10. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes nas áreas da Administração.
- 10.11. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 10.12. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração.
- 10.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.
- 10.14. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal.
- 10.15. Manter seu pessoal uniformizado – o modelo do fardamento será repassado pelo fiscal do contrato (camisa sem decote, calça, sapato fechado e jaleco estilo padre).
- 10.16. Providenciar o crachá e o cadastro dos terceirizados nos sistemas internos do Poder Judiciário, para fins de controle de entrada e saída de pessoas nas dependências do TJMA.
- 10.17. Executar os serviços de modo que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração.
- 10.18. Fornecer aos setores de trabalho, folha de frequência mensal para registro diário dos seus servidores, onde a mesma será recolhida no último dia útil do mês.
- 10.19. Responsabilizar-se pelo fornecimento de 02 (dois) uniformes completos para seus empregados para uso durante a execução dos serviços, sendo os mesmos de primeira qualidade e em quantidade suficiente, aos quais deverão ser trocados a cada 06 (seis) meses, resguardado à Contratante exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.
- 10.20. Entregar os uniformes completos aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser enviada ao executor do Contrato.
- 10.20.1. O custo com os uniformes não poderá ser descontado do empregado da **CONTRATADA**, que receberá o valor equivalente pelo **CONTRATANTE**, segundo consta na Planilha de Custos da proposta.

## **CLÁUSULA ONZE – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO**

11.1. É admitida a repactuação dos preços do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta.

11.2. Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

11.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

11.4. Caso a **CONTRATADA** não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

11.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

11.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

11.7. A repactuação de preços, é espécie de reajuste contratual utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir: (art. 54 da IN nº 05/17):

I. A REPACTUAÇÃO para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no Item 11.3, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da **CONTRATADA**, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta;

II. A REPACTUAÇÃO poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;



III. Quando a contratação que envolve mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

IV. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo.

11.8. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir (art. 55 da IN nº 05/17):

I. Da data limite para apresentação da proposta constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, ou;

II. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

11.9. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação. (art. 56 da IN nº 05/17).

11.10. As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação. (Art. 57 da IN nº 05/17).

11.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

11.12. Quando da solicitação da **REPACTUAÇÃO** para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pela **CONTRATADA** do aumento dos custos, considerando-se:

I. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II. As particularidades do contrato em vigência;

III. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

IV. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, e;

V. A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

11.13. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

11.14. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamentos, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

11.15. O prazo referido no Item 11.9 ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.

11.16. O órgão ou entidade **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

11.17. As repactuações a que a **CONTRATADA** fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

11.18. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras, ou;

III. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.19. Os efeitos financeiros da REPACTUAÇÃO deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.20. Nos casos de pagamentos que tenham como referência data anterior à de apostilamentos ou termo aditivo, os prazos para verificação de eventual mora da Administração em sua contraprestação terão sua contagem iniciada tão somente a partir da data da assinatura do respectivo instrumento.

11.21. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (Art. 59 da IN nº 05/17).

11.22. A **CONTRATADA** para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993. (Art. 60 da IN nº 05/17).

## **CLÁUSULA DOZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a **CONTRATADA** que deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da

proposta apresentada, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou não manter a proposta.

12.2. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. **ADVERTÊNCIA** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Tribunal.

12.2.2. **MULTA MORATÓRIA** de até 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato.

12.2.3. **MULTA COMPENSATÓRIA** de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

12.2.3.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.4. **SUSPENSÃO** de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

12.2.5. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

12.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

12.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

12.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

12.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

12.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

12.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

12.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE** serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor do FERJ, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA TREZE – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO**

13.1. A fiscalização deste Contrato ficará a cargo do Chefe da Divisão Odontológica do Tribunal de Justiça do Maranhão, o Servidor Rafael Silva Santos – Matrícula 140566 (Fiscal Titular); e-mail: [divodonto@tjma.jus.br](mailto:divodonto@tjma.jus.br), Telefone: (98) 3198-4386 e como Substituto o Servidor Carlos Eduardo Pereira Simões – Matrícula 138800; e-mail: [divodonto@tjma.jus.br](mailto:divodonto@tjma.jus.br). Telefone: (98) 3198-4386.

13.2. A gestão do referido contrato ficará sob a responsabilidade da **Diretoria de Recursos Humanos** do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através da servidora **Danielle Mesquita de França Sousa**, Matrícula 103879, conforme Artigo 3º, § 3º da Resol-GP-212018.

### **CLÁUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

14.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

14.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

### **CLÁUSULA QUINZE – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

15.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do 65, I “b”, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15.2. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.

15.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a informar o número da conta-corrente, agência e Banco, quando a emissão da Nota Fiscal.



## **CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no § único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

16.2. Este contrato após assinado e publicado estará disponível no Portal da Transparência do TJMA: [http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=menu\\_contratos](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=menu_contratos).

## **CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO**

17.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em duas vias de inteiro teor.

São Luís (MA), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

**Desembargador LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

**CRISTIAN BROCARDO SEEGER**

Representante Legal da CONTRATADA



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Secretaria-Geral de Administração

Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio - Selip

Diretoria de Planejamento e Gestão de Contratações – Diplag

Serviço de Apoio à Gestão das Unidades nos Estados - SGE

---

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os fins que se fizerem necessários, que MASTER CONTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA, CNPJ 05.564.043/0001-13, com sede na Av. Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Subcond.07, Nº 25, São Luís/MA, Bairro Vinhais I (Pátio Jardins) - CEP 65071-750, celebrou contrato com Tribunal de Contas da União, conforme as especificações a seguir:

1. Contrato: 1/2021 - Sec-MT;
2. Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico nº 10/2021;
3. Objeto do contrato: serviços continuados de limpeza, copeiragem e recepção nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado do Mato Grosso – Sec-MT;
4. Mão de obra: 1 posto de trabalho de recepcionista, com 1 empregado; e 1 posto de trabalho de limpeza, com 1 empregado, e 1 posto de trabalho de copeiragem, com 1 empregado.
5. Data de assinatura: 31/8/2021;
6. Vigência: de 01/09/2021 até 31/08/2022;
7. Valor anual do contrato: R\$ 134.687,16 (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos);
8. Processo de contratação: TC-044.540/2020-5.

A referida empresa executa satisfatoriamente os serviços, não havendo registros neste Tribunal, até a presente data, que possam desabonar sua capacidade técnica e comercial.

Brasília-DF, 24 de agosto de 2022.

*(assinado eletronicamente)*

Chefe de Serviço  
SGE/Diplag/Selip

**TERMO DE CONTRATO N.º 1/2021-SEC-MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO, E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, COPEIRAGEM E RECEPÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA SEC-MT.**

**CONTRATANTE:** A **UNIÃO**, por intermédio **DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO (SEC-MT)**; CNPJ (MF) n.º 00.414.607/0009-75; Endereço: Av. São Sebastião, nº 3.161, Ed. Xingu Business Center, 11º andar, Quilombo, Cuiabá/MT, CEP: 78.045-000; Representante: **FRANCISMARY SOUZA PIMENTA MACIEL**, Secretária de Licitações Contratos e Patrimônio, de acordo com a delegação de competência contida no Art. 1º, inciso IV, da Portaria-Segedam nº 5, de 5 de janeiro de 2021.

**CONTRATADO:** **MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI**; CNPJ (MF) n.º 05.564.043/0001-13; Endereço: Rua Trinta, nº 5, Coheb do Sacavém, São Luís/MA, CEP: 65.043-670; Representante: **CRISTIAN BROCARDO SEEGER**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Ato constitutivo.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no TC n.º 044.540/2020-5 (Pregão Eletrônico n.º 10/2021), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços continuados de limpeza, copeiragem e recepção nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado do Mato Grosso - SEC-MT, em modelo de contrato por desempenho/resultado para o serviço de limpeza, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2021.

1.1. Compõem o objeto deste contrato, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e materiais necessários à execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2021.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2. O valor anual deste contrato é de R\$ 134.687,16 (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos), conforme proposta vencedora do Pregão Eletrônico n.º 10/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

3. A despesa orçamentária da execução deste contrato para o exercício de 2021), no valor de R\$ 44.895,72 (quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos) correrá conforme a Nota de Empenho n.º 2021NE000340 de 20/08/2021.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

4. A execução contratual terá início a partir do dia útil seguinte ao recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA.

- 4.1. Devido à situação atual da pandemia do COVID-19, inicialmente, após a assinatura do contrato, será emitida uma ordem de serviço para a execução apenas do serviço de limpeza.
- 4.2. Futuramente, com o retorno à normalidade do trabalho presencial, serão emitidas ordens de serviço para o início da execução dos serviços de copeiragem e recepção, a pedido da SEC-MT.
- 4.3. Mesmo com o início da execução posterior para partes do objeto, o prazo de vigência total do contrato será um só, contado a partir da sua assinatura.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados de 01/09/2021 a 31/08/2022.

6. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- 6.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 6.2. A Administração do TCU tenha interesse na continuidade dos serviços;
- 6.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TCU; e
- 6.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

7. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DAS PARTES**

8. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



**9.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2021, deve:

- 9.1.** nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;
- 9.2.** manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 9.3.** responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- 9.4.** respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços;
- 9.5.** responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato;
- 9.6.** comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 9.7.** fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- 9.8.** arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
- 9.9.** refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- 9.10.** manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;
- 9.11.** recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;
- 9.12.** realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;
- 9.13.** treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes da CONTRATANTE;
- 9.14.** manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;
- 9.15.** cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a

FISCALIZAÇÃO do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;

- 9.16.** coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- 9.17.** administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- 9.18.** assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- 9.19.** instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
- 9.20.** registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;
- 9.21.** cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- 9.22.** solicitar à Administração da CONTRATANTE autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que tenha levado para o local de execução do serviço;
- 9.23.** responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;
- 9.24.** manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;
  - 9.24.1.** A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação.
- 9.25.** tomar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
- 9.26.** providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
- 9.27.** efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
- 9.28.** pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 9.29.** responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

- 9.30.** responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 9.31.** responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 9.32.** responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- 9.33.** autorizar a Administração do TCU, fornecendo os cálculos e os documentos necessários, a realizar os pagamentos de salários e demais benefícios diretamente aos empregados, bem como os recolhimentos das contribuições previdenciárias e os depósitos do FGTS, quando estes não forem honrados pela CONTRATADA, deduzindo das faturas devidas os referentes valores;
- 9.33.1.** Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, esses valores serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento dos salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.
- 9.34.** autorizar, quando de eventual rescisão contratual, a Administração do TCU a reter, cautelarmente, os valores das faturas correspondentes a um mês de serviço para pagamento direto aos empregados, até a efetiva comprovação dos pagamentos das verbas rescisórias pela CONTRATADA;
- 9.35.** garantir que seus empregados sigam as normas de sustentabilidade do TCU, principalmente nos cuidados com reciclagem, separação de resíduos e economia de água/energia por meio de treinamento e acompanhamento contínuo;
- 9.36.** atender às normas técnicas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho aplicáveis a cada serviço;
- 9.37.** adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940/2006.
- 10.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.
- 11.** Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários e demais benefícios e realizar os pagamentos diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.
- 12.** Caso solicitado previamente pela CONTRATANTE, e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo permita, a CONTRATADA deverá executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida.

**13. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

- 13.1.** a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- 13.2.** a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- 13.3.** a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

**14. A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2021, deve:**

- 14.1.** expedir ordem de serviço;
- 14.2.** prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- 14.3.** promover a alocação inicial dos postos de trabalho e devidos ajustes;
- 14.4.** colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
- 14.5.** Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do contrato;
- 14.6.** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 14.7.** comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 14.8.** observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;
- 14.9.** disponibilizar as normas do Tribunal referentes à sustentabilidade, dando suporte à sua divulgação e verificando sua aplicação por meio de indicadores qualitativos e/ou quantitativos;
- 14.10.** realizar as avaliações previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo IX do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2021.

**CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**15.** Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo titular da Secretaria do TCU no Estado do Mato Grosso – SEC-MT ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

**16.** A atestação de conformidade da prestação dos serviços cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.



## CLÁUSULA NONA - DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

**17.** Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE a documentação a seguir relacionada:

**17.1. Mensalmente**, acompanhando a nota fiscal/fatura referente ao serviço prestado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

**17.1.1.** Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

**17.1.2.** Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

**17.1.3.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

**17.1.4.** Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e

**17.1.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**Obs.:** Os documentos relacionados nos subitens 15.1.1 a 115.1.5 poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

### Documentação adicional:

**17.2.** No prazo de 15 (quinze) dias, caso solicitado pelo fiscal do contrato:

**17.2.1.** Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;

**17.2.2.** Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

**17.2.3.** Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

**17.2.4.** Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

**17.2.5.** Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

**18. Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:**

**18.1.** No primeiro mês da prestação dos serviços:

**18.1.1.** Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos

empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG, CPF e documento que comprove a qualificação mínima ou a qualificação técnico-profissional exigida;

i) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE de empregados não inclusos na relação.

ii) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à FISCALIZAÇÃO.

**18.1.2.** Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA.

**18.2.** Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que foram demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

**18.2.1.** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

**18.2.2.** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

**18.2.3.** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

### **Recebimento da documentação**

**19.** Recebida a documentação mencionada nesta cláusula, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá por a data de entrega ao TCU e assiná-la.

**20.** Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

**21.** O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**22.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

**23.** É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que seja observado o

interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta.

- 23.1.** Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.
- 24.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.
- 25.** Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.
- 26.** Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.
- 27.** As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.
- 27.1.** Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento - e por meio do mesmo instrumento - em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos do primeiro e do segundo item desta cláusula.
- 27.2.** O item "aviso prévio trabalhado" será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.
- 28.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- 29.** É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos custos com insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta no Pregão Eletrônico n.º 10/2021.
- 29.1.** Se, no momento da repactuação, a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, a CONTRATADA, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 (doze) meses), solicitar o reajuste de direito.
- 30.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.
- 31.** Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato

sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**32.** Para os reajustes de insumos, materiais e equipamentos será utilizada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

**32.1. Fórmula de cálculo:**  $Pr = P + (P \times V)$

**32.2.** Onde: Pr = preço reajustado, ou preço novo; P = preço atual (antes do reajuste); V = variação percentual obtida na forma do décimo item desta cláusula, de modo que  $(P \times V)$  significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

**33.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do sétimo item desta cláusula.

**34.** O percentual final do reajuste e da repactuação não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016.

**35.** A repactuação e o reajuste ocorrerão simultaneamente e serão formalizados em um mesmo instrumento, por meio de apostilamento ao contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

**36.** A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**36.1.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**37.** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

**38.** O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 10/2021, constante do processo TC 044.540/2020-5, bem como à proposta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**39.** A CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO, até o dia 20 do mês subsequente ao da prestação do serviço, nota fiscal/fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei 8.212/1991 e alterações posteriores.

**40.** A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.



41. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues à CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 39, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.
42. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis, contados da protocolização da nota fiscal/fatura e dos documentos relacionados no item 17.1 deste contrato.
43. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
44. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.
45. A partir do 4º mês (inclusive) do primeiro ano de contrato de prestação de serviços, o pagamento da parte relativa ao serviço de limpeza será proporcional ao atendimento das metas (Fator de Qualidade), estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados - IMR – Anexo IX do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2021, que define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações do pagamento; sem prejuízo das sanções cabíveis, previstas no contrato.
46. À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato.
47. A CONTRATANTE está autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela CONTRATADA.
48. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
49. A não apresentação da documentação de que trata a cláusula nona deste contrato, nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de solicitação pela FISCALIZAÇÃO, poderá ensejar a rescisão do contrato.
50. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 50.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FONTE**

51. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:
- 51.1. do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição

para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

**51.2.** da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

**51.3.** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

**52.** A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES

**53.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor anual/total da contratação, a CONTRATADA que:

**53.1.** apresentar documentação falsa;

**53.2.** fraudar a execução do contrato;

**53.3.** comportar-se de modo inidôneo;

**53.3.1.** Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

**53.4.** cometer fraude fiscal; ou

**53.5.** fizer declaração falsa.

**54.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes sanções:

**54.1. Advertência;**

**54.2. Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Contas da União (TCU), por prazo não superior a dois anos;

**54.3. Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

**54.4. Impedimento** de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou

nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

55. Configurar-se-á o **retardamento da execução**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

55.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 10 (dez) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

55.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

56. No caso de **retardamento da execução**, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

57. Configurar-se-á a **falha na execução do contrato**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1, ambas desta cláusula.

58. Configurar-se-á a **inexecução parcial do objeto**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

58.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 20 (vinte) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

58.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 5 (cinco) dias seguidos ou por 20 (vinte) dias intercalados.

59. No caso de **inexecução parcial do objeto**, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

60. Configurar-se-á a **inexecução total do objeto**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

60.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

60.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados.

61. No caso de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

62. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA % do valor anual do contrato</b>
1	0,5%
2	1%
3	2%
4	3%
5	4%
6	5%

**Tabela 2**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência



ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
11	Obter pontuação igual a 95% no Fator de Qualidade, conforme previsto no IMR – Anexo IX do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2021, por dois meses consecutivos.	5	Por mês de ocorrência
12	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, <b>DEIXAR DE:</b>			
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
15	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por dia de ocorrência e por posto
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
18	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
19	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por empregado e ocorrência
20	Efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
21	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2021.	1	Por empregado e por dia de atraso.
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços, após decorrido o prazo estipulado neste contrato.	1	Por ocorrência e por dia
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por empregado
24	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula nona deste contrato.	1	Por ocorrência e por dia

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
25	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso, etc.).	4	Por ocorrência
26	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
27	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia de indisponibilidade.
28	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados.	2	Por empregado e por dia de indisponibilidade do EPI.
29	Impor penalidades, em no máximo 15 dias da ocorrência, aos empregados que se negarem a utilizar EPIs.	2	Por empregado e por ocorrência.
30	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
31	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da CONTRATANTE.	2	Por equipamento e dia de atraso
32	Cumprir pontos da política de sustentabilidade do TCU (principalmente separação de resíduos, reciclagem e economia de água/energia).	3	Por ocorrência apontada
33	Atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho	6	Por ocorrência apontada

**63.** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

**63.1.** Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**63.2.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**64.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

**65.** Ademais, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente caso a empresa obtenha pontuação igual a 95% no Fator de Qualidade previsto no IMR por 3 meses consecutivos ou por mais de 5 ao longo de um ano de prestação de serviços, desconsiderados os primeiros 3 meses do primeiro ano de contrato, conforme descrito no Instrumento de Medição de Resultados – IMR – Anexo IX do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**66.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Cuiabá, Seção Judiciária do Mato Grosso, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Datado e assinado eletronicamente.

#### **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO**

**FRANCISMARY SOUZA PIMENTA MACIEL**

Secretário de Licitações Contratos e Patrimônio

**MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI**

**CRISTIAN BROCARDO SEEGER**

Representante Legal



Portal do TCU / Autenticidade / Documento

## Documento existente e emitido pelo TCU

**Número**

68.984.125-3

**Tipo**

Diversos

**Assunto**

Contrato 1.2021-SEC-MT assinado.

Assinado pela pessoas abaixo:

**Signatário**

CRISTIAN BROCARDI SEEGER

**Assinado como**

Usuário externo

**Tipo de assinatura**

27/08/2021

**Login e Senha**

15:20:54

**Motivo**

A assinatura aposta indica a intenção do signatário em protocolar o conteúdo.

**Signatário**

FRANCISMARY SOUZA PIMENTA MACIEL

**Assinado como**

Secretário

**Tipo de assinatura**

31/08/2021

**Login e Senha**

14:19:23

**Motivo**

A assinatura aposta indica que o signatário concorda com o conteúdo assinado.

**Somente arquivos originais** (Arquivos alterados  
ou escaneados serão considerados inválidos)

INSERIR ARQUIVO PARA VERIFICAR  
INTEGRIDADE

DOWNLOAD DO DOCUMENTO





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA  
PESCA - SEDAP

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº **05.564.043/0001-13**, com sede na Rua 30, Casa 05, Coheb do Sacavem, São Luis-MA, presta serviços à **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP**, desde o dia 07 de dezembro de 2021, através do **Contrato nº 160/2021**, cujo objeto trata da **Prestação de Serviços Terceirizados de Apoio Administrativo**, realizando os serviços nas instalações das Regionais de Castanhal, Itaituba e Soure, no Estado do Pará, com fornecimento de mão de obra especializada, de acordo com o quantitativo abaixo:

- **CASTANHAL:**
- **02 Auxiliar de Serviços Gerais**
- **01 Jardineiro**
- **ITAITUBA:**
- **01 Auxiliar de Serviços Gerais**
- **01 Recepcionista**
- **SOURE:**
- **02 Auxiliar de Serviços Gerais**
- **01 Jardineiro**

Ressaltamos que a referida empresa está realizando a prestação dos serviços de maneira correta e eficaz, não havendo em nossos registros nenhum fato que desabone a capacidade técnica e os bons serviços de atuação e responsabilidade com as obrigações assumidas, a qual atende plenamente as nossas necessidades.

Belém - PA, 12 de janeiro de 2023.

LEDA MARIA VIANA MOREIRA  
COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO E TRANSPORTE



**CONTRATO Nº. 160/2021-SEDAP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020/845765**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS  
DA SECRETARIA DE ESTADO DE  
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA  
PESCA/SEDAP, E A EMPRESA **MASTER  
CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**,  
CONSOANTES AS CLÁUSULAS E  
CONDIÇÕES SEGUINTE.

O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica e direito público interno, através de sua **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA/SEDAP**, com sede na cidade de Belém Estado do Pará, situada a Trav. do Chaco, Nº. 2232, CEP: 66.093-410, com CNPJ/MF nº. 05.054.945/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Secretário de Estado, respondendo interinamente, Sr. **GIOVANNI CORREA QUEIROZ**, brasileiro, nomeado através de Decreto Governamental, publicado no DOE nº 34.633 de 09 de julho de 2021, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.623.061-15 e portador da carteira de Identidade RG nº 72085 - PC/PA, residente e domiciliado neste Estado, no município de Redenção, na Avenida Independência, nº 253, CEP: 68.550-000 e a empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, com sede na Rua 30, Casa 05, Coheb do Sacavem – São Luís – MA, CEP: 65.042-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.564.043/0001-13, representada neste ato pelo senhor **CRISTIAN BROCARDO SEEGER**, brasileira, portador do CPF/MF nº. 038.658.133-99, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, realizado mediante procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2021 - SEDAP, do tipo menor preço, **POR LOTE**, observando o que consta no processo nº 2020/845765, sujeitando-se as partes aos comandos da Lei nº 10.520/02 e 8.666/1993, observadas as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 – O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**, para atender as Regionais de Itaituba/PA, Soure/PA e Castanhal/PA, conforme planilha abaixo:

GRUPO 5 - Regional - ITAITUBA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VLR. UNIT. MENSAL	VLR. TOTAL PARA 12 MESES
12	RECEPCIONISTA	UNID.	01	R\$ 3.600,90	R\$ 43.210,80
13	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	UNID.	01	R\$ 3.259,52	R\$ 39.114,24
TOTAL DO GRUPO 5				R\$ 6.860,42	R\$ 82.325,04
GRUPO 3 - Regional - SOURE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VLR. UNIT. MENSAL	VLR. TOTAL PARA 12 MESES
08	JARDINEIRO	UNID.	01	R\$ 3.583,15	R\$ 42.997,80
09	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	UNID.	02	R\$ 6.375,98	R\$ 76.511,76
TOTAL DO GRUPO 3				R\$ 9.959,13	R\$ 119.509,56



GRUPO 2 - Regional - CASTANHAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VLR. UNIT. MENSAL	VLR. TOTAL PARA 12 MESES
06	JARDINEIRO	UNID.	01	R\$ 3.617,77	R\$ 43.413,24
07	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	UNID.	02	R\$ 6.499,74	R\$ 77.996,88
TOTAL DO GRUPO 2				R\$ 10.117,51	R\$ 121.410,12
VALOR DO CONTRATO				R\$ 26.937,06	R\$ 323.244,72

**1.2** A presente contratação justifica-se, considerando a falta de mão de obra terceirizada no quadro funcional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, para realizar serviços de: Limpeza e Conservação e Serviços de jardinagem nas Regionais de Itaituba, Soure e Castanhal, segundo a legislação em vigor. De acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA que integra o presente Edital (anexo I).

**1.2** - Vinculam-se ao presente Contrato, o **Pregão Eletrônico nº. 006/2021-SEDAP**, do tipo **menor preço por item**, observando o que consta no Processo nº: **2020/845765** e seus anexos, bem como o lance da **CONTRATADA**, os quais constituem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**2.1** - O valor mensal do contrato é de **R\$ 26.937,06 (Vinte e Seis Mil, Novecentos e Trinta e Sete Reais e Seis Centavos)** e o valor total do contrato é de **R\$ 323.244,72 (Trezentos e Vinte Três Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Setenta e Dois Centavos)** irrevogáveis, já considerados o frete, os tributos, seguros, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

**2.2** - O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias** a partir do fornecimento do objeto contratual, mediante a apresentação da Fatura (Recibo e Nota Fiscal) e recibo em 03(três) vias e Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Dívida da Fazenda Estadual, Certidão Negativa de Dívida da Fazenda Municipal, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Regularidade Trabalhista - CNDT, para conferência, a Nota fiscal deverá estar devidamente atestada e visada pelo setor competente e Relatório do Fiscal do Contrato designado pela SEDAP, discriminado no subitem abaixo, assegurando que o material entregue está em conformidade com o Memorial Descritivo.

**2.3** - Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**3.1** - O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

**3.1.1** - O prazo supra estabelecido poderá ser prorrogado nos termos estabelecidos e autorizados na Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**4.1** – Os serviços serão prestados nas sedes das Regionais de Itaituba, Soure e Castanhal,



pelo período de 12 (doze) meses, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 006/2021 e seus anexos.

A contratada deverá prestar os serviços, objeto deste contrato, de forma contínua, levando em consideração o valor da proposta de preços, tendo em vista o piso salarial das categorias para as funções abrangidas no objeto da contratação, de forma contínua, nas quantidades, especificações, endereços e termos dispostos no Termo de Referência do Edital que originou o presente contrato e o integra independentemente de sua transcrição, em dias e horários de expediente.

**4.2 – O objeto do contrato deverá ser prestado livre de quaisquer despesas por parte desta Secretaria, de acordo com as especificações contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 006/2021 e seus anexos .**

**4.3 – Os serviços terceirizados serão fiscalizados por servidor designado pelo setor competente da SEDAP.**

**4.3.1 - Provisoriamente, no ato da prestação dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes da proposta da empresa, especificações técnicas e exigências editalícias.**

**4.4 - Caberá ao servidor, designado para fiscalizar os serviços contratados, acompanhamento e execução do contrato, informar e notificar quaisquer serviços executados que não esteja de acordo com as exigências editalícias e contratuais, bem como determinar prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos para a resolução e adequação do objeto da licitação com as especificações e exigências estabelecidas pelo edital.**

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES:**

##### **5.1 - Caberá ao CONTRATANTE:**

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE deverá:

- a) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- b) Efetuar o pagamento devido pelos serviços contratados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do presente contrato;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações e responsabilidades do Contratado;
- d) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- e) Dar ao Contratado as condições necessárias para regular a execução do Contrato;
- f) Permitir acesso aos empregados, devidamente identificados, da empresa CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços, objeto deste contrato;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- h) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



- i) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- j) Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- k) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contrata(s)
  - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a aquela o trabalhador foi contratado; e
  - Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito da concessão de diárias e passagens;
- l) As decisões e providências que ultrapassam a competência do servidor designado para fiscalizar o presente contrato deverão ser solicitadas ao Gerente da CONTRATANTE, em tempo hábil, para a adição das medidas convenientes;

## **5.2 – Caberá a empresa CONTRATADA:**

Caberá à **CONTRATADA**, além do cumprimento às disposições da Lei 8.666/93, do contrato assinado com a **CONTRATANTE**, e das disposições regulamentares pertinentes ao fornecimento do objeto contratual:

- a) A CONTRATADA obriga-se a possuir sede, filial ou escritório administrativo no Estado do Pará;
- b) Fornecer o objeto contratual em conformidade com as exigências contidas no Edital da licitação que originou o presente contrato e proposta adjudicada;
- c) Realizar correta e rigorosamente prestação de serviço nas localidades designadas pela SEDAP e discriminadas sumariamente no Termo de Referência, por intermédio da ordem de serviço a ser emitida;
- d) A CONTRATADA prestará os serviços no período determinado, nas condições exigidas e nas quantidades solicitadas pelo Termo de Referência.
- e) Atender prontamente às instruções e orientações da CONTRATANTE, no tocante à execução do contrato e submeter-se à ação da FISCALIZAÇÃO, constituída pela CONTRATANTE através de Ato Administrativo.
- f) Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos materiais causados, diretos ou indiretamente, por seus empregados, seja em relação às instalações e bens da CONTRATANTE, instalações e bens sob responsabilidade da CONTRATANTE, ou ainda de terceiros quando do exercício das tarefas previstas neste Termo de Referência;
- g) Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente venham a cometer, quando da execução do contrato, indenizando a parte prejudicada, quando for o caso.
- h) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, por culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados,



ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 20 (vinte) dias, contados a partir da comprovação da responsabilidade.

i) Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o referido valor da fatura, sem prejuízos das sanções contratuais previstas.

j) Facilitar o pleno exercício das funções da fiscalização. O não atendimento das solicitações feitas será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções da fiscalização não desobriga a CONTRATADA de sua própria responsabilidade, quanto à adequada prestação de serviços contratados.

k) Admitir e dirigir sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho para a prestação de serviços, correndo por sua conta exclusiva, todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista e civil, apresentando à CONTRATANTE, a relação atualizada desse pessoal.

l) Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais até as dependências da CONTRATANTE e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos, independente de itinerário, percurso ou distância.

m) Pagar todos os tributos incidentes sobre sua atividade empresarial e sobre o objeto deste contrato, bem como os encargos sociais e trabalhistas que incidam ou venham a incidir sobre os seus empregados e/ou prepostos, além de todas as taxas ou tarifas incidentes em sua atividade contratada, apresentando os respectivos comprovantes à CONTRATANTE sempre que solicitado.

n) Relatar imediatamente à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade, efetuando, a devida ocorrência e acrescentando todos os dados e circunstâncias considerados necessários aos esclarecimentos.

o) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste termo de referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

p) Manter durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório.

q) A CONTRATADA obriga-se a realizar a prestação do serviço, com a mesma qualidade em todos a UAGROS (Unidades Agropecuárias) determinadas no Termo de Referência, conforme a solicitação da CONTRATANTE durante o período de 12(doze) meses.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causadas por seus profissionais ou prepostos, inclusive por omissão destes, a CONTRATANTE ou a terceiros, isentando a SEDAP de quaisquer responsabilidades solidária ou subsidiária.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA se sujeita às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES**

**6.1** - A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas, na forma do processo licitatório. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Eventuais danos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contadas de notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, propostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1** – O fornecimento dos produtos serão acompanhados e fiscalizados por servidor (a) designado (a), através de portaria devidamente publicada, na condição de representante da contratante, não permitindo a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

**7.2** – Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, serão designados servidores indicados pela DAFI, para acompanharem e fiscalizarem o fornecimento dos produtos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A existência e a atuação da fiscalização da Contratante em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade, à correta execução das prestações a que se obrigaram suas consequências e implicações perante terceiros.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

**8.1** - À contratada, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei federal nº. 8.666/93, a saber:

- a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a entrega.
- b) Multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para a entrega.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração do Estado do Pará, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para a entrega.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a contratada deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.



O termo inicial para a incidência de qualquer das penalidades estipuladas será a data fixada para o adimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A penalidade de multa, estabelecida na alínea "b", desta cláusula, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Multas:

- a) 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- b) 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitado ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
- c) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total; e de até 10% (dez por cento), em casos de descumprimento parcial do contrato, calculado de forma proporcional ao inadimplemento e aos prejuízos dele advindos;

**PARÁGRAFO QUARTO** - As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados a Contratante.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A Contratada estará sujeita às penalidades tratadas na cláusula e parágrafos acima, principalmente, pelos motivos que se seguem:

- a) Pela recusa injustificada em assinar o Contrato.
- b) Pela não prestação dos serviços objeto da contratação de acordo com as especificações técnicas do ato convocatório e com as pertinentes normas técnicas.
- c) Pelo atraso no início e conclusão da prestação dos serviços.
- d) Pelo descumprimento de qualquer das condições dispostas no presente Instrumento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

**9.1** - O presente contrato será rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os casos de rescisão contratual, na forma da lei, serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA**

**10.1** - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**11.1** - A execução deste contrato, bem como os casos neles omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei Federal nº 8.666/93.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

12.1 - Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca para o exercício de 2021, como a seguir especificado:

Ação: 8338

Programa de Trabalho: 20.122.1297.8338

Natureza de Despesa: 339037

Fonte de Recurso: 0101

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 - A publicação resumida deste contrato, no Diário Oficial do Estado, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela **CONTRATANTE**, até o décimo dia seguinte a sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 - As partes elegem o Foro da cidade de Belém, Estado do Pará para solução das demandas decorrentes deste Contrato.

E, por assim estarem de acordo com todas as cláusulas, as partes resolvem celebrar o presente contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das partes, na presença de **02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de idêntico teor.**

Belém/PA, data da última assinatura eletrônica.

GIOVANNI CORREA  
QUEIROZ:03662306115

Assinado de forma digital por  
GIOVANNI CORREA  
QUEIROZ:03662306115  
Dados: 2021.12.06 09:50:13 -03'00'

**GIOVANNI CORREA QUEIROZ**

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA,  
INTERINO.  
CONTRATANTE

CRISTIAN  
BROCARD  
SEGER:  
03865813399

Assinado digitalmente por CRISTIAN  
BROCARD SEGER 03865813399  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI  
Multipla v5, OU=20937130000162,  
OU=Presencial, OU=Certificado PF A1,  
CN=CRISTIAN BROCARD SEGER:  
03865813399  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui

**CRISTIAN BROCARD SEGER**  
MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI  
CONTRATADA

Testemunhas:

1). Amara Camp  
CPF/MF Nº 628.658.112-04

2). Fernando Camp  
CPF/MF Nº 023.911.442-61



## COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ

### DIÁRIA

#### PORTARIA Nº 165/2021-GP DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso VII do Artº. 19º do Estatuto Social da CPH,

#### RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de diárias, referente ao deslocamento de Belém para a Soure, Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari dos dias 06/12/2021 a 09/12/2021, a serviço da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará.

SERVIDOR	CARGO	MATRICULA	CPF	DIÁRIAS
Mayra Souza do Nascimento	Assessor	5904845	016.919.582-12	3,1/2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, 06 de dezembro de 2021.

ABRAÃO BENASSULY NETO

Diretor Presidente

Protocolo: 738778

## AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

### FÉRIAS

#### PORTARIA Nº 1006/2021 - ARCON - PA, DE 06 DE DEZEMBRO

2021. O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838, de 20 de fevereiro de 2006 e considerando o disposto no art. 74 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; Considerando o Processo Eletrônico nº 2021/1385806; RESOLVE: I - AUTORIZAR AMERICO HERIALDO DE CASTRO RIBEIRO matrícula nº 3355336/1, ocupante do cargo de Técnico D, a gozar oito(8) dias de férias, interrompida através da Portaria nº 629/2021 de 23/08/2021, publicado no DOE nº 34.679 referente ao período aquisitivo 2020/2021, no período de 15.12.2021 a 22.12.2021. II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO/Diretor Geral - ARCON-PA.

Protocolo: 738593

## SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

### LICENÇA MATERNIDADE

#### PORTARIA Nº 408 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas;

Considerando o que dispõe o Art. 132 inciso V, artigos 137 e 138 da Lei Estadual nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994;

Considerando o processo nº 2021/1379370;

#### RESOLVE:

CONCEDER a servidora BEATRIZ DE PAULA NASCIMENTO BARBOSA, matrícula 5959745/1, ocupante do cargo de Assistente Regional Técnico Administrativo, 180 dias de Licença Maternidade, no período de 17/11/2021 a 15/05/2022, formalizada de acordo com a Certidão de nascimento nº 065656 01 55 2021 1 01629 169 074061814.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROSIVALDO BATISTA

Diretor Administrativo e Financeiro da SEDAP

Protocolo: 738691

### CONTRATO

#### CONTRATO Nº 152/2021-SEDAP PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2020-SEDAP

CONTRATO DE REPASSE Nº 1.048.055.89//2017 - DEP. NILSON PINTO - PI 2070008715E

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO A AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA item 03, na quantidade de 03 (três) TRATORES AGRÍCOLAS PLATAFORMADO 75 CV, COM PLAINA ou superior.

Valor Global: R\$ 419.670,00 (Quatrocentos e Dezenove Mil e Seiscentos e Setenta Reais)

Dotação Orçamentária: Ação: 8715; Natureza de Despesa: 449052; Fonte de Recurso: 7106; Função Programática: 20.608.1491.8715.

Data Assinatura: 06/12/2021

Vigência: 07/12/2021 a 06/12/2022

Contratado: YANMAR SOUTH AMÉRICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA  
Endereço: Rua Eduardo Borsari, nº 1595 Distrito Industrial Domingos Gomi - Indaiatuba/SP - CEP: 13.347-320.

Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ.

Protocolo: 738610

#### CONTRATO Nº 164/2021-SEDAP PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2020-SEDAP

EMENDA Nº 19DEMP00620- DEP. LUTH REBELO.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO A AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA item 02, na quantidade de 01 (um) TRATOR AGRÍCOLA PLATAFORMADO 75 CV, SEM PLAINA ou superior.

Valor Global: R\$ 102.290,00 (Cento e Dois Mil e Duzentos e Noventa Reais)

Dotação Orçamentária: Ação: 8705; Natureza de Despesa: 449052; Fonte de Recurso: 0101; Função Programática: 20.608.1491.8705.

Data Assinatura: 06/12/2021

Vigência: 07/12/2021 a 06/12/2022

Contratado: YANMAR SOUTH AMÉRICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA  
Endereço: Rua Eduardo Borsari, nº 1595 Distrito Industrial Domingos Gomi - Indaiatuba/SP - CEP: 13.347-320.

Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ.

Protocolo: 738623

#### CONTRATO Nº 162/2021-SEDAP PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2021-SEDAP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, para atender a Regional de Santarém/PA.

Valor Mensal: R\$ 9.833,31 (Nove Mil, Oitocentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Um Centavos).

Valor Global: R\$ 117.999,72 (Cento e Dezessete Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Setenta e Dois Centavos).

Dotação Orçamentária: Ação: 8338; Natureza de Despesa: 339037; Fonte de Recurso: 0101; Função Programática: 20.122.1297.8338.

Data Assinatura: 06/12/2021

Vigência: 07/12/2021 a 06/12/2022

Contratado: STYLE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA  
Endereço: Travessa São Roque, 108, Bairro: Cruzeiro, Belém/PA, CEP: 68.908-038

Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Protocolo: 738629

#### CONTRATO Nº 159/2021-SEDAP PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2020-SEDAP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, para atender a Regional de Marabá/PA, sendo 01 Auxiliar de Serviços Gerais (item 16) e 01 Recepcionista (item 17).

Valor Mensal: R\$ 6.603,24 (Seis Mil, Seiscentos e Três Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Valor Global: R\$ 79.238,88 (Setenta e Nove Mil, Duzentos e Trinta e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação Orçamentária: Ação: 8338; Natureza de Despesa: 339037; Fonte de Recurso: 0101; Função Programática: 20.122.1297.8338

Data Assinatura: 06/12/2021

Vigência: 07/12/2021 a 06/12/2022

Contratado: J L NUNES DE SOUZA

Endereço: Avenida Evandro Carneiro de Melo, nº 1322-A, Congos - Macapá -AP, CEP - 68.904-328.

Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Protocolo: 738664

#### CONTRATO Nº 160/2021-SEDAP PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2020-SEDAP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, para atender as Regionais de Itaituba/PA, Soure/PA e Castanhal/PA, sendo Grupo 2 - Regional Castanhal, 01 Jardineiro (item 06) e 02 Auxiliares de Serviços Gerais (item 07); Grupo 3 - Regional Soure, 01 Jardineiro (item 08) e 02 Auxiliares de Serviços Gerais (item 09) e; Grupo 5 - Regional Itaituba, 01 Recepcionista (item 12) e 01 Auxiliar de Serviços Gerais (item 13).

Valor Mensal: R\$ 26.937,06 (Vinte e Seis Mil, Novecentos e Trinta e Sete Reais e Seis Centavos)

Valor Global: R\$ 323.244,72 (Trezentos e Vinte e Três Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação Orçamentária: Ação: 8338; Natureza de Despesa: 339037; Fonte de Recurso: 0101; Função Programática: 20.122.1297.8338



Data Assinatura: 06/12/2021  
 Vigência: 07/12/2021 a 06/12/2022  
 Contratado: MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI  
 Endereço: Rua 30, Casa 05, Coheb do Sacavem - São Luis-MA, CEP - 65.042-210.  
 Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Protocolo: 738665

**AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021- SEDAP**

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP, através da Presidente da Comissão Especial de Licitação Sra. LEILA DE NAZARÉ GUEDES ACCIOLY RAMOS, designada pela PORTARIA Nº 289, publicada no DOE de 09 de setembro de 2021, comunica que realizará o processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA ESTAÇÃO DE AQUICULTURA ORION NINA RIBEIRO NO MUNICÍPIO DE TERRA ALTA-PA.

DATA DA SESSÃO: DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 09:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).

A íntegra do Edital poderá ser obtida no Portal Eletrônico de Compras do Governo do Estado do Pará - COMPRASPARÁ, no endereço [www.compras-pa.gov.br/](http://www.compras-pa.gov.br/), bem como, mediante solicitação ao e-mail funcional desta CPL: [cpl.sedap.pa@gmail.com](mailto:cpl.sedap.pa@gmail.com).

LEILA DE NAZARÉ GUEDES ACCIOLY RAMOS  
 Presidente da C.E.L

Protocolo: 738506

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****Nº 004/2021-SEDAP**

PROCESSO Nº 2021/1362416

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E DA PESCA - SEDAP, no uso de suas atribuições legais, fundamentada no Art. 25 § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93 e considerando o Parecer Jurídico nº 0000/2021 - CONJUR, exarado no Processo nº 2021/1362416, resolve reconhecer a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa MVU EMPREENDIMENTOS LTDA-ME CNPJ/MF nº 03.501.530/0001-01, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM EXPERTISE PARA APOIO E MONTAGEM DE INFRAESTRUTURA PARA A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ATRAVÉS DA SEDAP NO EVENTO DENOMINADO; CHOCOLAT BAHIA - XII FESTIVAL INTERNACIONAL DO CHOCOLATE E CACAU - FICC.

Valor : R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Funcional Programática: 20.608.1491.8705

Natureza da Despesa: 3390-39

Fonte: 0135

Belém, 06 de dezembro de 2021

GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - interino.

Protocolo: 738696

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****Nº 004/2021-SEDAP**

PROCESSO Nº 2021/1362416

Nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93 ratifico a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa MVU EMPREENDIMENTOS LTDA-ME CNPJ/MF nº 03.501.530/0001-01.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM EXPERTISE PARA APOIO E MONTAGEM DE INFRAESTRUTURA PARA A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ATRAVÉS DA SEDAP NO EVENTO DENOMINADO; CHOCOLAT BAHIA - XII FESTIVAL INTERNACIONAL DO CHOCOLATE E CACAU - FICC.

Valor : R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Funcional Programática: 20.608.1491.8705

Natureza da Despesa: 3390-39

Fonte: 0135

Belém, 06 de dezembro de 2021

GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca-interino

Protocolo: 738698

**TERMO ADITIVO A CONVÊNIO****2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 04/2021 - SEDAP**

Data de assinatura: 03/12/2021

Objeto: Alterar o Plano de Trabalho, especificamente, o equipamento CAMINHÕES PIPA ANO/MODELO 2020/2020 OU SUPERIOR, CAPACIDADE DE 13.000 L, POTÊNCIA MÍNIMA DE 188 kW, TRAÇADO (6x4), MOTOR A DIESEL/BIODIESEL para CAMINHÕES PIPA. ANO/MODELO 2020/2020

OU SUPERIOR, CAPACIDADE DE 13.000 L, POTÊNCIA MÍNIMA DE 188 kW, TRAÇADO (6x2), MOTOR A DIESEL/BIODIESEL.  
 Conveniente: MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU  
 Endereço: Avenida Vinte e Dois de Março, nº 915, CEP: 68.380-000, no Município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.  
 Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Protocolo: 738598

**DIÁRIA****PORTARIA Nº 845/2021**

FUND. LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art.145.

BENEFICIÁRIO: Fábio Henrique de Oliveira Alves

CARGO: Coordenador Regional

MAT. FUNCIONAL: 5917493

ORIGEM: Marabá/PA

DESTINO: São João do Araguaia e São Domingos d'x Araguaia/PA

OBJETIVO: Visitar áreas de produtores rurais, para possível escavação de tanques rede, para a criação de peixe nos referidos municípios.

PERÍODO: 13 a 15/12/2021

Nº DE DIÁRIAS: 2½ (duas e meia)

ORDENADOR: Rosivaldo Batista/Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

**PORTARIA Nº 835/2021**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE - PORTARIA Nº 278/2019

BENEFICIÁRIO: Antonia do Socorro Aleixo Barbosa

CARGO: Diretora

MATRÍCULA: 5945934

ORIGEM: Belém/PA

DESTINO: Castanhal/PA

OBJETIVO: Visita técnica para o fomento de hortaliças nas agrovilas de ABACATAL; CASTELO BRANCO; NAZARÉ; LUIS DUARTE; BARREIRÃO.

PERÍODO: 13/12/ 2021

Nº DE DIÁRIAS: ½ (meia)

ORDENADOR: Rosivaldo Batista/Diretor Administrativo e Financeiro

**PORTARIA Nº 850/2021**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE - PORTARIA Nº 278/2019

BENEFICIÁRIO: Dulcimar de Melo e Silva

CARGO: Engenheira Agrônoma

MAT. FUNCIONAL: 22705/1

ORIGEM: Belém/PA

DESTINO: Ilhéus/BA

OBJETIVO: Coordenar e participar do XII Festival Internacional do Chocolate e Cacau - FICC - Chocolate Bahia.

PERÍODO: 15 a 19/12/ 2021

Nº DE DIÁRIAS: 4 ½ (quatro e meia)

ORDENADOR: Rosivaldo Batista/Diretor Administrativo e Financeiro

**PORTARIA Nº 849/2021**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE - PORTARIA Nº 278/2019

BENEFICIÁRIO: Ivaldo Santos de Santana

CARGO: Engenheiro Agrônomo

MATRÍCULA: 14.826-1

ORIGEM: Belém/PA

DESTINO: Ilhéus/BA

OBJETIVO: Coordenar e participar do XII Festival Internacional do Chocolate e Cacau - FICC - Chocolate Bahia

PERÍODO: 15 a 19/12/ 2021

Nº DE DIÁRIAS: 4 ½ (quatro e meia)

ORDENADOR: Rosivaldo Batista/Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 738817

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 851/2021**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE - PORTARIA Nº 278/2019

BENEFICIÁRIO: Antonio José da Silva Santos

CARGO: Engenheiro Agrônomo

MATRÍCULA: 57189479

ORIGEM: Redenção/PA

DESTINO: Xinguara e Paraupabas/PA

OBJETIVO: Acompanhar o Sr. Secretário, na entrega de equipamentos do Programa Territórios Sustentáveis nos referidos municípios.

PERÍODO: 10 a 13/12/2021

Nº DE DIÁRIAS: 3 ½ (três e meia)

ORDENADOR: Rosivaldo Batista/Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 852/2021**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE - PORTARIA Nº 278/2019

BENEFICIÁRIO: Gabriel Faro Siqueira

CARGO: Supervisor

MATRÍCULA: 5962882

ORIGEM: Belém/PA

DESTINO: Manuas/AM; Marabá; Pau D'Arco; Xinguara; Redenção e Paraupabas/ PA





## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI, CNPJ: nº 05.564.043/0001-13, estabelecida Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, 25 SUBCOND 07 SALA 517 - Vinhais - São Luís/MA - CEP:65074-199, presta para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Superintendência Estadual de Operações do Maranhão; CNPJ 34.028.316/0034-71, com sede à Praça João Lisboa, 292 - centro - SAO LUIS/MA - CEP 65002-900, os serviços abaixo especificados:

- **Contrato Nº:** 0013/2021 SE/MA;
- **Vigência Inicial:** 31/08/2021 a 31/08/2022;
- **Valor Global Inicial:** R\$ 1.004.908,87 (um milhão, quatro mil novecentos e oito reais e oitenta e sete centavos);
- **1ª Prorrogação:** 01/09/2022 a 01/09/2023;
- **Valor Global:** R\$ 1.028.920,47 (um milhão, vinte e oito mil novecentos e vinte reais e quarenta e sete centavos);;
- **Objeto:** Prestação de serviços continuados de apoio aos Centros de Tratamento e Terminais de Carga, Centros e Pontos de Retirada de Logística Integrada no âmbito da Superintendência Estadual de Operações do Maranhão - SE/MA, relativos às etapas, com prevalência de mão de obra, do processo de logística integrada, tratamento e encaminhamento de objetos.

## LOTE ÚNICO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UM*	Quantidade Anual de Horas
1	01110060	SUPERVISOR operacional – Hora sem adicional noturno	hora	2.296,80
3	01110060	AUXILIAR operacional – Hora sem adicional noturno	hora	34.452,00
4	01110060	AUXILIAR operacional – Hora com adicional noturno	hora	16.077,60
5	01110060	OPERADOR de empilhadeira – Sem adicional de periculosidade – Hora sem adicional noturno	hora	2.296,80
31	01110060	[Rubricas com pagamento pelo fato gerador (férias e 1/3 de férias, 13º salários, ausências legais, verbas rescisórias, evento futuro ou incerto)]	hora	/////

\* UM (Unidade de Medida) = UM - Hora

Atestamos ainda que, os serviços estão sendo realizados de forma satisfatória e em conformidade com as condições estabelecidas no contrato.

São Paulo, 24 de janeiro de 2023.

(assinado eletronicamente)

**EDUARDO SALLES NUNES DE SOUZA**  
Subgerente SUGEC 1/SPM/GECEC  
PRT 001/2022 (SEI 28702298 )



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Salles Nunes de Souza, Subgerente - G1**, em 24/01/2023, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.correios.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37820403** e o código CRC **27069C53**.





**CONTRATO Nº 13 / 2021 - SE/MA**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO - ATIVIDADE OPERACIONAL**  
**EXECUÇÃO INDIRETA DE SERVIÇOS**

**CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

CNPJ: 34.028.316/0031-29  
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 112.388.853.119  
ENDEREÇO: RUA MERGENTHALER, 590  
CEP: 05311-900 – VILA LEOPOLDINA – SÃO PAULO/SP  
TELEFONE: (11) 4313-8501  
E-MAIL: GECECPM@CORREIOS.COM.BR

**REPRESENTANTE (S):**

AUTORIDADE COMPETENTE 1: **CARLOS RENATO PIRES DA SILVA**  
GERENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS - GECECPM  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 20.112.359-9 - SSP/SP  
CPF: 174.248.348 - 86

AUTORIDADE COMPETENTE 2: **JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA SILVA**  
COORDENADOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS/GECECPM/SE/SPM  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 35.838.642-1 - SSP/SP  
CPF: 225.992.638-08

CONTRATADA: **MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI**  
CNPJ: 05.564.043/0001-13  
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 125865066  
ENDEREÇO: RUA TRINTA N-05 COHEB DO SACAVÉM, SÃO LUIS - MA  
CEP: 65.042-210  
TELEFONE: (98) 3011-0792  
E-MAIL: mastereireli2003@yahoo.com

**REPRESENTANTE(S):**

NOME: **CRISTIAN BROCARD SEGER**  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 001202368996, SSP-MA  
CPF: 038.658.133-99  
ENDEREÇO: RUA TRINTA N-05 COHEB DO SACAVÉM, SÃO LUIS - MA  
CEP: 65.042-210  
TELEFONE: (98) 3011-0792  
E-MAIL: mastereireli2003@yahoo.com

**CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇO**

**1.1. Prestação de serviços continuados de apoio aos Centros de Tratamento e Terminais de Carga, Centros e Pontos de Retirada de Logística Integrada no âmbito da Superintendência Estadual de Operações do Maranhão - SE/MA, relativos às etapas, com prevalência de mão de obra, do processo de logística integrada, tratamento e encaminhamento de objetos,** conforme demais condições deste instrumento e seus Anexos.

LOTE ÚNICO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UM*	Quantidade Anual de Horas	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	01110060	SUPERVISOR operacional – Hora sem adicional noturno	hora	2.296,80	R\$ 16,52	R\$ 37.943,14
3	01110060	AUXILIAR operacional – Hora sem adicional noturno	hora	34.452,00	R\$ 15,17	R\$ 522.636,84
4	01110060	AUXILIAR operacional – Hora com adicional noturno	hora	16.077,60	R\$ 18,32	R\$ 294.541,63
5	01110060	OPERADOR de empilhadeira – Sem adicional de periculosidade – Hora sem adicional noturno	hora	2.296,80	R\$ 16,74	R\$ 38.448,43
31	01110060	[Rubricas com pagamento pelo fato gerador (férias e 1/3 de férias, 13º salários, ausências legais, verbas rescisórias, evento futuro ou incerto)]	hora	/////	/////	R\$ 111.338,83
VALOR GLOBAL DO LOTE						<b>R\$ 1.004.908,87</b>

\* UM (Unidade de Medida) = UM - Hora

1.3. No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.1 Até 20 (vinte) dias corridos a partir da vigência do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Conforme item 3 da Especificação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA - LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Conforme item 4 da Especificação Técnica e Apêndice 2 - Locais da Prestação do Serviço deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL	
Conta Orçamentária	Descrição
44403.190002	EXECUÇÃO INDIRETA DE SERVIÇOS - TRATAMENTO

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1 O período de vigência do presente Contrato será de até 12 meses, podendo ser prorrogado, limitado a 05 (cinco) anos, sendo contado a partir da assinatura pela Autoridade Competente dos Correios.

6.1.1 Havendo ou não interesse na prorrogação do Contrato, as partes se manifestarão expressamente em até 160 (cento e sessenta) dias antes do término da vigência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão deste Contrato será feita:

7.1.1. Por parte da CONTRATANTE:

**Área Gestora Operacional: GEOPE/MA**

Telefone: (98) 2107-2298

E-Mail: geope-ma@correios.com.br

**Área Gestora Administrativa: GEGEC/SPM**

Telefone: (11) 4313-8501

E-Mail: gegecspm@correios.com.br

## 7.1.2 Por parte da CONTRATADA:

Nome do Gestor: **CRISTIAN BROCARDI SEEGER**

Telefone: (98) 3011-0792

E-Mail: mastereireli2003@yahoo.com

**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período desta contratação.

8.1.1 A CONTRATADA deverá manter atualizado os dados cadastrais no Cadastro de Fornecedores dos Correios.

8.2 Executar os serviços em estrita observância aos detalhes constantes nas Condições Específicas deste Instrumento e seus Anexos e Apêndices.

8.3 Emitir documento fiscal com o mesmo CNPJ que consta neste instrumento, discriminando no corpo das mesmas o serviço/etapa/parcela, o local da prestação do serviço, bem como destacar, se possível, o número e o objeto deste Contrato.

8.3.1 Caso a CONTRATADA possua mais de uma contratação com a CONTRATANTE, deverá emitir documentos fiscais distintos.

8.3.2 No caso de Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – NF-e, a CONTRATADA deverá encaminhar, se for o caso, o(s) respectivo(s) arquivo(s) no formato XML para o e-mail [documentofiscal@correios.com.br](mailto:documentofiscal@correios.com.br).

8.4 Caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL, fica condicionada na emissão dos documentos fiscais:

8.4.1 A inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, devendo constar, no campo destinado as informações complementares, ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, as expressões: “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”, para os casos de emissão de documentos não eletrônicos;

8.4.2 Nas notas fiscais eletrônicas devem constar, no campo destinado as informações complementares, as expressões: “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”;

8.5 Apresentar em duas vias a declaração constante no anexo IV da IN/RFB 1.234/2012 no ato da assinatura do contrato e/ou na prorrogação, caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL.

8.5.1 Quando o instrumento contratual ou termo aditivo for assinado eletronicamente o documento, de que trata o subitem acima, deverá ser enviado em até 02 (dois) dias úteis a contar da data de assinatura.

8.6. Sanear, às suas expensas, em garantia, os vícios, defeitos ou incorreções que se verificarem nos objetos, respondendo diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, durante a execução deste Contrato.

8.7 Caso o objeto desta contratação esteja enquadrado nas vedações do art. 17 da Lei Complementar 123/06, sendo a CONTRATADA MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL, fica obrigada a apresentar para a CONTRATANTE cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviço com cessão de mão de obra à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no artigo 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.8 No caso de a empresa CONTRATADA não realizar a comunicação, a CONTRATANTE oficiará à Receita Federal do Brasil, para que esta proceda à exclusão de ofício, conforme disposto no art. 29, Inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.9 Responsabilizar-se de forma exclusiva pela quitação de todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação.



8.9.1 A CONTRATADA declara que a inadimplência de quaisquer dos encargos acima não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação.

8.9.2 A CONTRATADA deverá, juntamente com o instrumento contratual assinado, encaminhar documento que autorize a CONTRATANTE a fazer o desconto no documento fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições previdenciárias e do FGTS, podendo, a CONTRATANTE, realizar o pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e de acionar as Autoridades do Trabalho competentes para intervenção, a fim de salvaguardar os interesses desses trabalhadores e da CONTRATANTE.

8.9.2.1 Quando o instrumento contratual for assinado eletronicamente o documento, de que trata o subitem acima, deverá ser enviado em até 02 (dois) dias úteis a contar da data de assinatura.

8.10 Permitir à CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, se for o caso, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o seu bom andamento.

8.10.1 A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.

8.11 Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais e inovações da CONTRATANTE de que venha ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto divulgá-las, reproduzi-las ou utilizá-las, sob as penas da lei, mesmo depois de encerrada a presente contratação.

8.12 Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste Contrato e de outros porventura existentes entre as partes e, inclusive da garantia contratual.

8.13 Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando a CONTRATANTE ou terceiros por qualquer dano ou prejuízo causados à mesma, a seus servidores ou a terceiros, decorrente desses erros, falhas, omissões ou irregularidades.

8.14 Zelar pelo bom desempenho dos serviços prestados pelos seus empregados e providenciar que todos, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas da CONTRATANTE.

8.15 Respeitar as normas previstas pelo Ministério do Trabalho, quanto à prestação dos serviços, e submeter-se à fiscalização por parte das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

8.16 Obedecer rigorosamente às normas internas da CONTRATANTE, relativas à segurança, manutenção e continuidade dos serviços, e também às normas de higiene, segurança e medicina do trabalho, em função do que estabelece a Portaria Nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho.

8.17 Ser a única representante legal perante a CONTRATANTE para o cumprimento das Cláusulas Contratuais.

8.17.1 A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la na execução do contrato.

8.18 Apresentar, antes do início das atividades, relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, nos quantitativos definidos pela CONTRATANTE neste Instrumento, com dados pessoais de identificação e respectivos salários, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE, e mantê-la rigorosamente atualizada.

8.18.1 A CONTRATADA deve apresentar uma relação dos seus prestadores de serviços que, porventura, façam jus ao benefício de salário família.

8.19 Substituir na capital do Estado e respectiva região metropolitana, até o início dos trabalhos no dia útil seguinte, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, sempre que exigido, qualquer prestador de serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

8.19.1 Para os municípios localizados no interior do Estado, exceto para a Região Norte do País, considerar o prazo de 2 (dois) dias úteis da solicitação para substituição de qualquer prestador de serviço. Para os municípios da Região Norte do País, esse prazo será multiplicado por 2 (dois).

8.20 Substituir na capital do Estado e respectiva região metropolitana, em até 2 (duas) horas, após a comunicação da CONTRATANTE, o empregado que faltar, seja qual for o motivo, a fim de que não haja prejuízo na manutenção da prestação dos serviços contratados.

8.20.1 Para os municípios localizados no interior do Estado, exceto para a Região Norte do País, considerar o prazo de até o início dos trabalhos no dia seguinte da solicitação para substituição do empregado que faltar. Para os municípios da Região Norte do País, esse prazo será multiplicado por 2 (dois).

8.21 Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 3 (três) dias, a substituição de qualquer membro da equipe durante a execução dos serviços, quando a substituição for por iniciativa da CONTRATADA.

8.22 O desligamento de empregado(s) utilizado(s) na execução dos serviços deverá ser comunicado à CONTRATANTE por meio formal.

8.22.1 Encaminhar, para comprovação da dispensa do empregado terceirizado, cópia da Carteira de Trabalho constando a anotação da dispensa, bem como cópia da comunicação da dispensa encaminhada aos órgãos competentes.

8.23 Apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias após o início da vigência do Contrato e eventuais prorrogações, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), ambos regidos pelas Normas regulamentadoras NR-7 e NR-9, do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.23.1 No caso de Contratos com vigência acima de 12 meses, esses documentos deverão, quando expirada a validade, ser renovados durante toda a vigência contratual, devidamente atualizados.

8.24 Apresentar mensalmente cópia da folha de pagamento consolidada com os dados de todos os prestadores de serviços dessa contratação (salário, salário família, descontos legais, 13º salário, férias, repouso semanal remunerado, horas extras, horas noturnas e adicionais e benefícios - quando for o caso).

8.25 Apresentar, quando solicitada, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou cópia do contrato de trabalho dos empregados vinculados à prestação dos serviços.

8.25.1 No caso de apresentação da CTPS dos prestadores de serviços, a CONTRATADA deve observar os prazos legais para devolução destas, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

8.26 Apresentar, quando solicitado, cópia dos recibos de pagamentos dos empregados vinculados à prestação dos serviços.

8.27 Observar o cumprimento das obrigações contidas em convenção e acordo coletivo de trabalho vigente, bem como, daquelas dispostas na CLT.

8.27.1 Apresentar a relação de benefícios a serem concedidos a seus empregados, que conterà, no mínimo, o auxílio transporte e o auxílio-alimentação.

8.28 Fornecer, em perfeitas condições de uso, quando for o caso, todo e qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI), necessário ao desenvolvimento dos serviços considerados de risco pessoal.

8.29 Apresentar, quando solicitada, comprovantes de Vale Transporte e Vale Alimentação/Refeição fornecidos aos prestadores de serviços.

8.30 Efetuar o pagamento de salários dos empregados e demais verbas, mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

8.31 A CONTRATADA deverá manter sede, filial ou escritório na região ou local, em que serão prestados os serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

8.31.1 A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação.

8.32 Apresentar, antes do início da execução dos serviços, o regime de compensação de horas firmados com os empregados, quando previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou pactuado por acordo individual escrito, a fim de resguardar a CONTRATANTE de qualquer condenação no pagamento de horas extras, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (art. 59, §§ 2º, 5º e 6º).

8.32.1 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, aviso prévio, descanso semanal, licença, greve, falta de serviço e demissão de empregados.

8.33 A CONTRATADA deverá fornecer os recursos materiais e humanos necessários à execução dos serviços objeto do Contrato, de acordo com os prazos e demais especificações contidas neste Instrumento e seus Apêndices, responsabilizando-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza.

8.34 A CONTRATADA deverá disponibilizar, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis do início da prestação dos serviços, uma relação contendo o nome completo e RG dos seus empregados, juntamente com as cópias dos documentos de comprovação das qualificações profissionais mínimas definidos no subitem 7.2 da Especificação Técnica anexa ao Contrato, de maneira a possibilitar à CONTRATANTE o cadastramento prévio e as permissões de acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do local de trabalho.

8.35 Quando do início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá fazer com que cada um de seus empregados apresente-se à CONTRATANTE munidos dos seguintes documentos:

a) “Atestado de Saúde Ocupacional – ASO”;

b) Comunicação do regime de jornada de trabalho para a qual foi contratado (jornada normal, 44 horas/semanal, ou jornada parcial, até 30 horas/semanal), também o devido horário de trabalho (hora de início/saída do trabalho), para fins de fiscalização da Contratante, em comparação aos relatórios emitidos a partir do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP);

- c) Cópia do Acordo individual firmado entre o empregado e a CONTRATADA, quando não previsto em Convenção e/ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativo a regime de compensação de horas trabalhadas, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, alterada pela Lei 13.467/2017;
- d) Comprovante de recebimento dos auxílios alimentação e transporte referentes ao período do início da prestação dos serviços até o último dia do mesmo mês;
- e) Curso de capacitação para operar empilhadeira. Específico para a função de Operador de Empilhadeira;
- f) Atestado de Antecedentes Criminais.

8.35.1 Os empregados capacitados pela Contratada para uso eventual de paleteiras/transpaleteiras elétricas, em quantidade equivalente ao número de paleteiras/transpaleteiras elétricas disponibilizadas pela Contratante para a realização dos serviços, deverão apresentar cópia do comprovante do treinamento/capacitação, nos termos previsto na NR nº 12 do MTE, devidamente assinado.

8.35.2 O trabalhador terceirizado não poderá iniciar suas atividades sem o ASO, sem o Contrato de Trabalho e sem o controle de frequência.

8.35.3 A CONTRATADA não deverá utilizar na execução deste Contrato profissionais que apresentam, na respectiva Certidão de Antecedentes Criminais, ao menos um dos registros a seguir:

- a) Violação de correspondência (art. 151, Código Penal);
- b) Furto (art. 155, Código Penal);
- c) Roubo (art. 157, Código Penal);
- d) Extorsão (art. 158, Código Penal);
- e) Receptação ou receptação qualificada (art. 180, Código Penal);
- f) Associação criminosa (art. 288, Código Penal);
- g) Constituição de milícia privada (art. 288-A, Código Penal);
- h) Falsificação de cartão (art. 298, Código Penal);
- i) Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica (art. 303, Código Penal);
- j) Tráfico de ilícito de drogas (Capítulo II, artigos 33 a 39, Lei 11.343/2006); e
- k) Crimes contra o Serviço Postal e o Serviço de Telegrama (Título V, artigos 36 a 42, Lei 6.538/1978).

8.35.3.1 A CONTRATADA deverá reapresentar à CONTRATANTE, a cada 06 (seis) meses, as certidões de antecedentes criminais dos empregados utilizados na execução deste Contrato, devendo substituir, em até 02 (dois) dias úteis, o empregado que apresentar em sua certidão um dos registros relacionados no subitem 8.35.3 acima.

8.36 Efetuar o pagamento dos salários a seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços vencida, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como, no mesmo prazo, dos auxílios alimentação e transporte de cada mês, que devem ser fornecidos aos empregados de uma única vez, para subsidiá-los no mês subsequente.

8.37 A CONTRATADA, ao longo de toda a vigência do Contrato, e para a prestação dos serviços, deverá utilizar mão-de-obra devidamente capacitada, de acordo com os Procedimentos Operacionais Padrão, específicos de cada etapa do processo de Logística Integrada, Tratamento e Encaminhamento de objetos postais, que serão disponibilizados pela CONTRATANTE, conforme prazo previsto no subitem 9.7 das Obrigações da CONTRATANTE.

8.38 Para a prestação dos serviços, A CONTRATADA deverá recrutar somente trabalhadores maiores de 18 (dezoito) anos de idade.

8.39 A CONTRATADA deverá instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

8.40 A CONTRATADA deverá acatar, integralmente, as exigências da CONTRATANTE quanto à adoção imediata das providências necessárias para a correção das deficiências verificadas na execução dos serviços e em desacordo com os Procedimentos Operacionais Padrão fornecidos pela CONTRATANTE.

8.41 A CONTRATADA deverá manter identificados todos os seus empregados, com uso de crachá funcional contendo, no mínimo, nome, função e foto, para que tenham pleno e livre acesso às dependências da CONTRATANTE, a fim de executarem os serviços contratados.

8.42 Os empregados da CONTRATADA orientar-se-ão pelas regras da CONTRATANTE quanto ao acesso às instalações em cada unidade de prestação dos serviços.

8.43 A CONTRATADA, além da obrigação de devolver à CONTRATANTE, ao término da vigência contratual, os crachás eletrônicos disponibilizados para acesso aos locais de prestação dos serviços, onde houver controle eletrônico de acesso, deverá também ressarcir à CONTRATANTE os custos decorrentes da confecção de novos cartões, em razão de perda ou danificação do mesmo por empregado da CONTRATADA.

8.44 A CONTRATADA não deverá permitir que seus empregados permaneçam, fora do horário de trabalho, nas dependências da CONTRATANTE.

8.44.1 Os empregados da CONTRATADA, em nenhuma hipótese, poderão se retirar dos prédios portando volumes ou objetos sem a devida autorização.

8.45 Todos os empregados da CONTRATADA devem observar a inviolabilidade do sigilo da correspondência e segredo profissional das informações de circulação exclusivamente internas, sejam elas geradas ou veiculadas por meio físico ou eletrônico na forma preceituada na legislação específica e na normatização da CONTRATANTE.



8.46 Os empregados da CONTRATADA deverão guardar nos armários pessoais bolsas, celulares, dispositivos de áudio com fone de ouvido e sacolas ao entrar na unidade, antes do início das suas atividades, ficando vedada a utilização dos mesmos no salão operacional.

8.47 A CONTRATADA deverá comprovar à CONTRATANTE, formalmente, em até 60 (sessenta) dias após o início da prestação dos serviços, o atendimento à Norma Regulamentadora – NR-5, no que tange à obrigatoriedade, quando for o caso, da constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

8.47.1 Na comprovação em destaque deverá conter, ainda, as identificações, nome, cpf, telefone e endereço, de todos os membros da Comissão, bem como o respectivo período de vigência da Comissão.

8.48 A CONTRATADA deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, de maneira a viabilizar, no prazo máximo de 60 dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão, o acesso dos citados empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

8.49 A CONTRATADA deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

8.50 Os empregados da CONTRATADA deverão zelar pela integridade e adequada utilização dos móveis, equipamentos, materiais, utensílios e demais recursos e utensílios no local do trabalho.

8.51 A CONTRATADA deverá supervisionar de forma eficiente a execução dos serviços por seus empregados, de maneira a viabilizar a qualidade exigida pela CONTRATANTE e pactuada no Contrato.

8.52 A CONTRATADA deverá providenciar o remanejamento contingencial e provisório do efetivo, ou de parte deste, de uma unidade para outra, desde que ambas as unidades se encontrem no mesmo município, em caso de solicitação formal da CONTRATANTE com, no mínimo, 01 (um) dia de antecedência.

8.53 A CONTRATADA deverá, em até 05 (cinco) dias úteis após o início da vigência do Contrato, comunicar formalmente a relação de canais para contato com a CONTRATANTE, como endereço completo, telefones, e-mails, etc., os quais deverão ser atualizados sempre que necessário, inclusive, se for o caso, após a instalação do escritório/filial exigido para a execução deste objeto.

8.54 A CONTRATADA deverá relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

8.55 Não alocar para prestação dos serviços que constituem objeto deste Contrato, nas dependências da CONTRATANTE, familiar de empregado dos CORREIOS que exerça cargo em comissão ou função de confiança, sendo de sua responsabilidade a certificação dessa condição junto aos seus empregados.

8.55.1 É considerado familiar, nos termos do Artigo 2º, Inciso III, do Decreto nº 7.203/2010, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

8.55.2 A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a relação do pessoal alocado para este contrato, conforme subitem 8.18, declaração de que os seus empregados não possuem vínculo familiar com os empregados dos Correios, na forma proposta no Apêndice I (modelo VII) do Edital.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.

9.2 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o cronograma previsto neste Instrumento.

9.3 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços, objeto desta contratação.

9.4 Fornecer todas as informações necessárias para emissão do documento fiscal.

9.5 A CONTRATANTE será responsável por garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em local por ela designado.

9.6 Encaminhar à Seguradora, dentro do prazo de validade da(s) Apólice(s), cópia das Notificações de Descumprimento Contratual, enviadas à CONTRATADA, para fins de caracterização da expectativa de sinistro, conforme previsto nos arts. 769 e 771 do Código Civil, quando for o caso de garantia sob a modalidade Seguro-Garantia.

9.7 A CONTRATANTE deverá disponibilizar à CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do instrumento contratual, os Procedimentos Operacionais Padrão específicos de cada etapa dos processos de Logística Integrada, Tratamento e Encaminhamento de objetos postais, de maneira que a CONTRATADA possa capacitar e treinar previamente a força de trabalho que executará os serviços.

9.7.1 A CONTRATANTE, em caso de necessidade de revisão dos Procedimentos Operacionais Padrão, consequência de ajustes dos processo de Logística Integrada, Tratamento e Encaminhamento de objetos postais, deverá disponibilizar formalmente à CONTRATADA, com até 10 (dez) dias corridos de antecedência da aplicação, os novos Procedimentos revisados.

9.8 A CONTRATANTE fornecerá crachás eletrônicos de acesso aos empregados da CONTRATADA onde houver controle eletrônico de acesso aos locais de prestação dos serviços.

9.9 A CONTRATANTE poderá recusar os trabalhadores terceirizados apresentados pela CONTRATADA, quando não for comprovado o atendimento de todos os requisitos exigidos para prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

10.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus decretos regulamentadores, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

10.2 A Contratada declara conhecer e se compromete, por todos os seus prepostos, a respeitar, cumprir e fazer cumprir durante a execução do contrato, no que couber, o “Código de Conduta Ética dos Correios”, que se encontra disponível no endereço eletrônico da Contratante na Internet, [www.correios.com.br](http://www.correios.com.br) (página principal), sob pena de se submeter às sanções previstas naquele Código.

10.2.1 A Contratada deverá adotar um perfil ético em suas práticas de gestão, inclusive na cadeia produtiva de seus fornecedores.

10.3. As Partes, seus agentes ou empregados devem combater toda e qualquer iniciativa que seja contra a lei 12.529/11 (Lei de Defesa da Concorrência).

10.4. Em caso de indícios de descumprimento desta Cláusula, a CONTRATANTE poderá realizar diligências, diretamente ou por meio de terceiros, à CONTRATADA, que deverá cooperar e disponibilizar informações, documentos, inclusive por meio de entrevistas com seus colaboradores, observadas as restrições de acesso a informação previstas na legislação brasileira.

10.5. A comprovada violação de qualquer uma das obrigações previstas nesta cláusula poderá ocasionar a rescisão deste Contrato, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos, além das demais sanções contratuais e legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MATRIZ DE RISCOS

11.1 A análise dos riscos associados à essa contratação foi realizada com base nas informações da Matriz de Risco deste Contrato.

11.1.1 Risco é o efeito da incerteza nos objetivos, sendo muitas vezes expresso em termos de uma combinação de consequências de um evento e a probabilidade de ocorrência associada. Considera-se “incerteza” o estado, mesmo que parcial, da deficiência das informações relacionadas a um evento, sua compreensão, seu conhecimento, sua consequência ou sua probabilidade

11.2 Os riscos decorrentes da relação contratual foram identificados e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabeleceu-se os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Apêndice 01 deste Contrato.

11.3 A CONTRATADA tem conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no Contrato e os considerou na formulação de sua proposta.

11.4 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PAGAMENTO

12.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de depósito bancário, conforme dados (nome e número do banco, número da agência e número da conta corrente) fornecidos pela CONTRATADA.

12.2 Os pagamentos serão efetuados conforme cronograma abaixo, observado o disposto no item 12 da Especificação Técnica, **após** a prestação do serviço e a apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s) devidamente atestado(s) pela CONTRATANTE, assim como, **após** a apresentação dos documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço - FGTS, relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) à concessão de férias remuneradas e ao pagamento de respectivo adicional;
- c) à concessão do auxílio transporte, auxílio-alimentação e auxílio saúde, quando for devido;
- d) aos depósitos do FGTS e informação à Previdência social - GFIP;
- e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

Data de Atesto da NF	Vencimento
Dia 1 a 15 do mês	Dia 16 do M+1
Dia 16 a 25 do mês	Dia 28 do M+1

Legenda:

M = mês do atesto

M + 1 = mês do atesto acrescido de um mês

12.2.1 Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, de que trata o subitem 12.2, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

12.2.2 Na hipótese de não haver a quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços contratados.

12.2.2.1 Caso ocorra o pagamento das obrigações pela CONTRATANTE:

a) o sindicato representante da categoria do trabalhador deve ser notificado para acompanhar o pagamento das verbas;

b) não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

12.3 Os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela CONTRATANTE somente na ocorrência do fato gerador.

12.4 Havendo disponibilidade e interesse da CONTRATANTE, bem como solicitação da CONTRATADA, o pagamento eventualmente poderá ser antecipado, mediante desconto, nos termos e nas regras estabelecidas no site dos CORREIOS, acessando: [http://www2.correios.com.br/institucional/licit\\_compras\\_contratos/valorpresente/default.cfm](http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/valorpresente/default.cfm)

12.5 Além dos documentos citados no subitem 12.2, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal) e Contribuições Sociais e às de Terceiros (INSS);

b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

12.5.1 Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a CONTRATADA estiver com alguma documentação vencida.

12.5.2 A não apresentação ou a irregularidade dos documentos previstos no subitem 12.5 não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

12.6 Caso o documento fiscal apresente incorreção o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

12.7 Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

12.8 Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

12.9 A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

12.10 Nos documentos fiscais, o campo “Tomador dos Serviços” deverá ser preenchido com os dados do CNPJ: Da Administração Central/Diretoria Regional contratante ou da lista anexa, que será informado pela área Financeira quando da validação do item do ERP, dependendo do serviço contratado.

12.11 O faturamento do(s) documento(s) fiscal(is) terá como referência o local da prestação dos serviços definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.



12.12 No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE - a título de atualização financeira, compensações financeiras e penalizações - encargos moratórios, com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

12.13 A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

12.14 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ATUALIZAÇÃO DO PREÇO

13.1 Poderá haver repactuação, calcada em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, contemplando apenas a parcela referente aos itens constantes do instrumento coletivo da categoria e seus reflexos, mantidos os percentuais de tributos, do lucro e dos custos indiretos.

13.1.1 Quando não houver convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser realizada repactuação de preços, relativa ao valor da mão de obra, baseada no valor do salário mínimo vigente, nos casos em que o valor deste torne-se superior ao salário base constante no contrato.

13.1.2 Deverá ser observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

13.1.3 Nova repactuação relativa à data base da categoria poderá ocorrer 12 meses após a última data base.

13.1.4 A solicitação, pela CONTRATADA, deverá ser formalizada, durante a vigência contratual, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do fato gerador do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou equivalente, retroagindo a concessão, se for cabível, à última data base da categoria.

13.1.4.1 A formalização deve ser acompanhada de cálculo e demonstração analítica de aumento ou redução dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços vigente e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

13.1.5 Quando a solicitação for formalizada após 30 (trinta) dias do fato gerador do acordo, convenção ou dissídio coletivo, se for cabível, a concessão dar-se-á a partir da data do pleito.

13.1.6 Ocorrerá a preclusão das repactuações que não forem solicitadas durante a vigência deste contrato.

13.1.6.1 Excepcionalmente, as repactuações que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste Contrato, poderão ser realizadas posteriormente, desde que o fato gerador, consistente em novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ocorra após a extinção deste Instrumento contratual e contemple data de vigência retroativa, sendo o pagamento mediante Termo de Reconhecimento de Dívida.

13.2 As parcelas de insumos de mão de obra (ex: uniformes, equipamentos e outros) constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, que tenham sofrido variação e não foram contempladas na repactuação decorrente do acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, poderão ser reajustadas após **12 (doze) meses** da data de apresentação da proposta, tendo por base o IPCA/IBGE.

13.2.1 Os próximos reajustes ocorrerão sempre que decorridos 12 (doze) meses do último reajuste concedido, aplicando a variação do índice pactuado.

13.2.2 Na concessão do reajuste serão mantidos os percentuais referentes ao lucro e aos custos indiretos inicialmente informados na planilha de custos .

13.2.3 Para efeito da definição do índice a ser aplicado nos reajustes adotar-se-á a variação de custos definida pelo índice pactuado, que será aplicada no período do reajuste, observada a seguinte fórmula:

$$P = v * \frac{I1}{I0}$$

I0

Onde:

P > preço reajustado

v > preço atual do contrato

I1 > número-índice relativo a data de aniversário da proposta\*

I0 > número-índice relativo a data de apresentação da proposta (no caso do primeiro reajuste contratual) ou do último reajuste aplicado, conforme o caso.\*

\* considerar o último índice divulgado

13.3 O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser solicitado pela contratada, que deverá demonstrar, de forma inequívoca, por meio de planilhas e de outros documentos hábeis, a variação dos preços em decorrência de razões que possam comprovar o dever de se conceder o reequilíbrio.

13.3.1 A solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro, pela CONTRATADA, deverá ser formalizada, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do fato gerador, retroagindo a concessão, se for cabível, à data do fato gerador.

13.3.2 Quando o pedido for formalizado após 30 (trinta) dias do fato gerador, a concessão do reequilíbrio, se cabível, dar-se-á a partir da data do protocolo do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

a) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Instrumento, mantendo as mesmas condições contratuais.

b.1) as supressões poderão exceder os limites estabelecidos na alínea “b”.

c) necessária a modificação do modo e/ou do cronograma de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

d) necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação dos serviços;

e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

f) conveniente à substituição da garantia de execução contratual, quando essa exigência estiver contida neste Instrumento.

14.2 As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

14.2.1 APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Instrumento;

b) o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

14.2.2 TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Instrumento ou do seu valor.

14.3 Os Termos Aditivos ou Apostilas farão parte deste Instrumento, como se nele estivessem transcritos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENALIDADES

15.1. Pelo descumprimento das obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CONTRATANTE, garantida a ampla defesa e o contraditório:

15.1.1. **Advertência**, quando:

a) o descumprimento não constituir obrigação principal;

b) não houver penalidade de multa específica para o descumprimento;

c) não houver reincidência do fato gerador da penalidade.

15.1.1.1 As multas cujos valores sejam inferiores a 100 (cem) vezes o PPCC – Primeiro Porte da Carta Comercial básico serão convertidas em advertência, desde que não tenha sido aplicada a advertência para o mesmo fato gerador.

15.1.1.2 Quando houver a reincidência do fato gerador de advertência já aplicada, a CONTRATADA incidirá na multa disposta no subitem 15.1.2.2, alínea “f”.

**15.1.2 Multa:** aplicada nos seguintes casos:**15.1.2.1 Multa de mora:**

a) atraso injustificado no início da execução dos serviços contratados, em relação ao prazo fixado no item 2 da Especificação Técnica anexa a este Instrumento: 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor global atualizado do Contrato, por dia de atraso, até o limite de 05 (cinco) dias corridos, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

b) atraso injustificado na disponibilização de empregado para prestação de Trabalho Intermitente, em relação ao prazo previsto na alínea "a" do subitem 6.3 da Especificação Técnica anexa a este Instrumento: 3% (três por cento) sobre o valor mensal equivalente ao cargo não apresentado, por dia de atraso, por empregado, até o limite de 05 (cinco) dias úteis;

c) atraso na apresentação/reposição/complementação da garantia de execução contratual, nos moldes da Cláusula Décima Oitava deste Contrato: 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total da garantia a ser prestada ou do valor da diferença a ser reposta/complementada, por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis. Após esse prazo será aplicado o subitem 18.1.1 deste Contrato;

d) atraso no pagamento dos créditos salariais, vale-alimentação, vale transporte, e/ou descumprimento de demais benefícios/obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS: 1,0% (um por cento) sobre o custo mensal atualizado equivalente ao cargo do empregado vinculado à prestação dos serviços, por dia de atraso, por trabalhador prejudicado, até o limite de 15 (quinze) dias úteis, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

e) ocorrência de atraso superior a 02 (dois) dias úteis em relação aos prazos previstos nos subitens 2.2.1 e 2.3 do Acordo de Nível de Qualidade dos Serviços, Apêndice 02 da Especificação Técnica anexa a este Instrumento: 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal atualizado deste Contrato, por ocorrência e por dia de atraso, até o limite de 05 (cinco) dias corridos, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

**15.1.2.2 Demais multas:**

a) Inexecução dos serviços contratados, caracterizada após o limite de prazo constante na alínea "a" do subitem 15.1.2.1 deste Instrumento: 2% (dois por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

b) não disponibilização de empregado para prestação de Trabalho Intermitente, até o limite de prazo constante na alínea "b" do subitem 15.1.2.1 deste Instrumento: 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal equivalente ao cargo não apresentado, por empregado, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

c) não cumprimento das obrigações contratuais previstas nos subitens 2.2.1 e 2.3 do Acordo de Nível de Qualidade dos Serviços, Apêndice 02 da Especificação Técnica anexa a este Instrumento, até o limite de prazo constante na alínea "e" do subitem 15.1.2.1 deste Instrumento: 1% (um por cento) sobre o valor mensal atualizado deste Contrato, por ocorrência, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

d) não atendimento ou atendimento parcial das solicitações de trabalho em dia de Feriado e/ou Repouso Semanal Remunerado, em relação à quantidade prevista no subitem 5.3.2 da Especificação Técnica anexa a este Instrumento: 10% (dez por cento) sobre o valor mensal equivalente ao cargo não apresentado, por empregado não disponibilizado;

e) atingimento do Nível de Qualidade dos Serviços inferior a 85 (oitenta e cinco) Pontos, aferido mensalmente, durante 03 (três) meses seguidos ou 05 (cinco) meses intercalados: 1% (um por cento) sobre o valor global atualizado do Contrato, quando poderá ensejar a rescisão contratual;

f) reincidência no descumprimento do mesmo fato gerador de penalidade de advertência já aplicada, conforme subitem 15.1.1: 1% (um por cento) sobre o valor mensal deste Contrato, para cada ocorrência;

g) na rescisão do Contrato, com base nas hipóteses previstas nas alíneas "a" a "c" do subitem 16.1.1 deste Instrumento, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor remanescente atualizado deste Contrato, na data da rescisão.

15.1.2.3 As multas de mora são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, e estão limitadas a 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste Instrumento.

15.1.2.4 As demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitado ao valor global atualizado deste Instrumento.

15.1.2.5 As multas de mora e demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitado ao valor global atualizado deste Instrumento.

15.1.2.6 Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

15.1.2.7 O valor da multa e os prejuízos causados pela CONTRATADA serão executados pela CONTRATANTE, nos seguintes termos:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;



- b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;
- c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida neste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

15.1.2.7.1 Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

15.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, por prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da reparação dos danos causados, nos seguintes casos:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com os CORREIOS, em virtude de atos ilícitos praticados.

15.2 Em caso de descumprimento deste Contrato, além das penalidades acima previstas, a CONTRATADA responderá a título de indenização complementar, nos termos do Parágrafo Único do Art. 416 do Código Civil, por quaisquer danos, prejuízos e lucros cessantes sofridos pela CONTRATANTE.

15.3 As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

15.4 As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação dessas, cujas razões, em sendo procedentes, poderão isentá-la das penalidades, caso contrário aplicar-se-á a sanção cabível.

15.5 Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso.

15.5.1 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do recurso ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

15.6 As penalidades serão registradas no SICAF.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO

16.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, conforme legislação aplicável e sem prejuízo das penalidades previstas neste Instrumento.

16.1.1 Poderá haver a rescisão unilateral deste contrato por iniciativa de qualquer uma das partes, quando ocorrer os seguintes motivos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular deste Contrato, especificações técnicas, projetos ou prazos;
- b) não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- c) subcontratação total deste Contrato;
- d) decretação de falência ou dissolução da sociedade da CONTRATADA;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.

16.1.1.1 Poderá, ainda, haver rescisão unilateral por parte dos Correios por motivos decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável para a execução deste contrato.

16.1.1.2 A rescisão unilateral pela contratada ocorrerá, mediante aviso prévio e por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e prova de recebimento, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais já iniciadas e do pagamento das indenizações cabíveis aos Correios.

16.1.1.3 Os efeitos da rescisão unilateral pelos Correios serão operados a partir do recebimento da comunicação escrita sobre o seu julgamento ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

16.1.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

16.1.3 A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos ou força maior, acarretará as consequências contidas no subitem 15.1.2.7, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste instrumento.

16.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo Administrativo.

16.3 Judicialmente, nos termos da legislação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUSPENSÃO DO CONTRATO**

17.1 Poderá haver a suspensão da execução deste Contrato, por acordo entre as partes, desde que devidamente motivada e justificada a inviabilidade de sua continuação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GARANTIA**

18.1 A CONTRATADA comprovará no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União, a efetivação da garantia de execução contratual, em percentual equivalente a 5 % (cinco por cento) do valor global deste Contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro;

a.1) em caso de garantia em dinheiro, a CONTRATADA deverá depositar o valor em nome da CONTRATANTE em uma Agência de Correios, mencionando o código 54224 (Código SARA). Feito o depósito, a cópia do comprovante deverá ser enviada a Área Gestora Administrativa, previsto no subitem 7.1.1 deste Instrumento.

b) seguro garantia;

c) fiança bancária.

18.1.1 Decorrido o prazo de mora previsto no subitem 15.1.2.1, alínea “c”, sem que haja a apresentação/reposição ou complementação da garantia, o valor correspondente será retido do pagamento subsequente, para a constituição da garantia sob a modalidade caução em dinheiro.

18.1.2 O desconto no pagamento para constituição da garantia não afasta a aplicação da penalidade cabível pelo atraso, prevista na Cláusula Décima Quinta deste Instrumento.

18.1.3 A CONTRATADA poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição da garantia contratual por outra modalidade, conforme previsto no subitem 14.1, alínea “f”.

18.2 Quando apresentada Carta de Fiança ou Apólice de Seguro Garantia, é indispensável que a cobertura da garantia alcance todas as obrigações previstas em Contrato, principal e acessória.

18.2.1 A CONTRATADA poderá apresentar mais de 01 (uma) apólice para o atendimento integral das obrigações contratadas.

18.2.2 A garantia só será aceita, e a exigência contratual atendida, após a cobertura integral das obrigações pactuadas neste instrumento.

18.3 Se a opção de garantia recair em seguro garantia ou fiança bancária, no título apresentado deverá constar expressamente:

a) cobertura da responsabilidade decorrente de aplicação de multas de caráter punitivo;

b) cobertura da responsabilidade decorrente de desrespeito às obrigações previdenciárias e trabalhistas, exceto indenização por acidente de trabalho, resultantes da execução do Contrato;

c) vigência da garantia, observado o prazo previsto no subitem 18.5;

d) cláusulas de inalienabilidade e de irrevogabilidade;

e) cláusula expressa de renúncia do fiador aos benefícios dos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro, somente para o caso de fiança bancária;

f) o prazo máximo de pagamento da indenização de 30 (trinta) dias.

18.4 A Carta de Fiança ou Apólice de Seguro Garantia deverá ser acompanhada do rol da documentação necessária à caracterização do sinistro para fins de indenização.

18.5 A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata a Cláusula Sexta.

18.6 No caso de haver acréscimo no valor deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial da União, ou, no caso de apostilamento, da data do recebimento da notificação pela CONTRATADA.

18.7 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a contar da data que for notificada pela CONTRATANTE.

18.8 A garantia prestada será liberada ou restituída após cessadas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

18.9 A garantia, quando prestada em dinheiro, será liberada ou restituída atualizada monetariamente com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data da prestação efetiva e a da devolução.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL

19.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, Decreto 7.892/2013, Lei 11.488/07, Lei nº 12.846/2013, Lei 13.429/2017, Decreto nº 9.507/2018 e no que for aplicável.

19.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato: o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA.

19.2.1. Este Contrato é oriundo do Pregão Eletrônico nº **21000002/2021 - SE/MA**, homologado pelo Relatório nº **263/2021** de **12/07/2021**.

19.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente na CONTRATANTE no dia da prestação do serviço, do pagamento ou outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Luiz/MA, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e CONTRATADAS assinam as partes o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

#### PELA CONTRATANTE:

NOME: **CARLOS RENATO PIRES DA SILVA**

GERENTE DE GESTÃO ADM.DE CONTRATOS - GEDEC/SPM

CPF: 174.248.348 - 86

NOME: **JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA SILVA**

COORDENADOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS/CGEC/GEDEC/SE/SPM

CPF: 225.992.638-08

#### PELA CONTRATADA:

NOME: **CRISTIAN BROCARDO SEEGER**

CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR

CPF: 038.658.133-99



TESTEMUNHAS:

PRISCILA CAMARGO FREITAS  
CPF: 225.714.498-85

MÁRCIA CRISTINA ROCHA TEIXEIRA  
CPF: 104.394.218-10

ANEXOS

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: 24211545

APÊNDICE 1 - MATRIZ DE RISCO: 24211554

LOCAIS ESTIMADOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: 24211559

PLANILHA DE CUSTOS: 24211537

PROPOSTA ECONÔMICA: 24211537

APÊNDICE 2

LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em atendimento ao previsto no item 4 da Especificação Técnica anexa ao Contrato, os serviços contratados deverão ser prestados no(s) seguinte(s) local(is), bem como em consonância com os turnos e jornadas de trabalho também definidos no quadro abaixo:

QUADRO 01: DADOS DA UNIDADE

Nº DO LOTE:	
MUNICÍPIO:	
NOME DA UNIDADE:	
ENDEREÇO DA UNIDADE:	

QUADRO 02: DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE

Nº DO TURNO: _____	HORÁRIO	(Início)	(Fim)
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	JORNADA DE TRABALHO	QUANTIDADE TOTAL DE HORAS CONTRATADA

Nº DO TURNO: _____	HORÁRIO	(Início)	(Fim)
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	JORNADA DE TRABALHO	QUANTIDADE TOTAL DE HORAS CONTRATADA

Nº DO TURNO: _____	HORÁRIO	(Início)	(Fim)

Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	JORNADA DE TRABALHO	QUANTIDADE TOTAL DE HORAS CONTRATADAS

TOTAL DE HORAS (Soma das horas contratadas em cada turno)	
-----------------------------------------------------------	--

[Orientações (excluir)]

- a) [Observar os dados preenchidos no Apêndice 2 do Edital];
- b) [Para assinatura do(s) Contrato(s), deve haver a complementação do preenchimento do QUADRO 02];
- c) [QUADRO 02: deve ser preenchido apenas com as necessidades dos itens de nº 01 a 08 previstos no Contrato];
- d) [No QUADRO 02, não deve ser relacionada a necessidade de qualquer hora extraordinária, tendo em vista que a execução desta ocorre sob demanda, em razão de necessidades pontuais e contingenciais da CONTRATANTE];
- e) [Na coluna “JORNADA DE TRABALHO”, para cada turno, deverá ser informado se a jornada de trabalho será Normal ou Parcial, sendo que, em caso de jornada Parcial, deverá ser informada a duração da jornada semanal, exemplo: 30 horas/semana];
- f) [Na Coluna “QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS”, deve ser informada a quantidade total de horas contratadas por turno. Neste caso, o somatório dos valores contidos nesta Coluna, por tido de Função, deve ser igual à quantidade total de horas previstas no Contrato para os respectivos itens de nºs 01 a 08];
- g) [Deverão ser preenchidas as informações relativas a tantos quantos forem os Turnos ativos da unidade].

APÊNDICE 3

RELAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Contrato nº:		Contratada:		Mês de Competência:		Objeto contratado:		Total de em	
Ordem	Nome completo do empregado	CPF	Data de Nascimento	Endereço Residencial	Cargo	Frequência de trabalho nos Correios		Local (U	
						De	Até		
01									
02									
03									
04									
05									
Observações:									
Assinatura do Preposto da Contratada:									

APÊNDICE 4

RELAÇÃO DE EMPREGADOS QUE FAZEM JUS AO RECEBIMENTO DE SALÁRIO FAMÍLIA

RELAÇÃO DE EMPREGADOS QUE FAZEM JUS AO SALÁRIO FAMÍLIA				D
Contrato nº:	Contratada:	Vigência contratual: __/__/__ a __/__/__	Objeto contratado:	Total
Ordem	Nome completo do empregado	CPF	Cargo	Data de concessão Benefício
01				
02				
03				
...				
n				

Assinatura do Preposto da Contratada:	
---------------------------------------	--



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIAN BROCARDO SEEGER, Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Camargo Freitas, Membro de CPL/DR - G1**, em 31/08/2021, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Cristina Rocha Teixeira, Técnico de Correios Jr - Suporte (Técnico em Administração)**, em 31/08/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar de Oliveira Silva, Gerente Atividade - CTC TP IV - G1**, em 31/08/2021, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Renato Pires da Silva, Gerente - G1**, em 31/08/2021, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.correios.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25283599** e o código CRC **E0BAE47B**.

CTR\_EIS\_SRP\_(P)\_8.0

Ofício Cir

Referência: Processo nº 53113.004306/2021-67

SEI nº 25283599



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **MASTER CONSTRUCOES & LIMPEZA EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.564.043/0001-13, sediada Rua Trinta, nº. 5, Coheb do Sacavem – São Luís/MA, CEP: 65.043-670, firmou com o CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN, sob o CNPJ/MF nº 47.217.146/0001-57, o Contrato nº 17/2021, para serviços auxiliares terceirizados, de forma contínua, com vigência de 1º/07/2021 até a presente data.

a) Quantidade de postos fixos: 7

SERVIÇOS	QTDE. DE POSTOS
Engenheiro civil pleno	1
Secretário executivo	1
Secretário executivo bilíngue	1
Jornalista	5

b) Quantidade de postos sob demanda: 1

SERVIÇOS	QTDE. DE POSTOS	QTDE. DIÁRIAS
Arquiteto	1	15

Declaramos ainda, que os serviços especificados vêm sendo prestados a inteiro contento, demonstrando a Contratada possuir Capacidade Técnica e Gerencial nos compromissos assumidos, nada havendo até a presente data nada que a desabone.

Brasília, 27 de março de 2023.



**William Coutinho de Oliveira Evaristo**

Fiscal do Contrato - Portaria Cofen nº 621/2021



**Luiz Gustavo Paula de Menezes Junior**

Chefe do Departamento Técnico de Contratações



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 1/2023

**PROCESSO:** 25046.000109/2023-46

**INTERESSADO:** Master Facilities

**REPRESENTANTE LEGAL:** Soraya Kerlly da Silva Paiva

1. Atesto para os devidos fins que a empresa MASTER FACILITIES, inscrita sob o CNPJ nº 05.564.043/0001-13, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, SUBCOND.07-PATIOJA, 25, VINHAIS I, CEP 65074- 199, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 05.564.043/0001-13, firmou contrato com este Distrito sob o nº 15/2021, tendo por objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização do tipo assemelhada/hospitalar, com fornecimento de materiais e equipamentos para atender as necessidades da CASAI de Teresina/PI, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme abaixo especificado:

1.1. - **NOME, CNPJ E ENDEREÇO DO EMITENTE DA CERTIDÃO:** Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão / CNPJ 00.394.544/0106-52 / Rua Cinco de Janeiro nº. 166, Bairro, Jordoá, CEP. 65040-450 – São Luís/MA:

1.2. - **NOME, CNPJ E ENDEREÇO DA EMPRESA QUE PRESTOU O SERVIÇO AO EMITENTE:** Master Construções e Limpeza Eireli / 05.564.043/0001-13 / Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, SUBCOND.07-PATIOJA, 25, VINHAIS I, CEP 65074- 199:

1.3. - **LOCAL DOS SERVIÇOS:** Casa de Saúde do Índio de Teresina/PI:

1.4. - **TIPO DE SERVIÇO:** Serviços de limpeza, conservação e higienização do tipo assemelhada/hospitalar:

1.5. - **QUANTIDADE POSTOS:** 01 (um) Posto de 44/hrs semanais:

1.6. - **PERÍODO:** Vigência inicial do Contrato nº 15/2021 (28/junho/2021 a 28/junho/2022) / 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2021 (28/junho/2022 a 28/junho/2023):

1.7. - **QUALIDADE DOS SERVIÇOS:** A empresa MASTER FACILITIES presta serviços para este Órgão, nada existindo até a presente data em nossos registros de fato e atos que desabonem a conduta profissional da contratada, neste Contrato.

**Dirceu Espíndula de Andrade**

Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Dirceu Espíndula de Andrade, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena substituto(a)**, em 06/02/2023, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0031681734** e o código CRC **C3FF14A4**.

---

**Referência:** Processo nº 25046.000109/2023-46

SEI nº 0031681734

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/MA  
Rua 5 de Janeiro, nº 166 - Bairro Jordôa, São Luís/MA, CEP 65040-450  
Site - [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)





Ministério da Saúde  
Secretaria Especial de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão  
Serviço de Recursos Logísticos

CONTRATO Nº 15/2021

Processo nº 25046.001273/2021-17

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO MARANHÃO - DSEI/MA**, E **MASTER CONSTRUÇÕES & LIMPEZA EIRELI**, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DO TIPO ASSEMBELHADA/HOSPITALAR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASAI DE TERESINA/PI.

PROCESSO N.º 25046.001273/2021-17

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2021

O **Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão - DSEI/MA**, entidade vinculada ao Ministério da Saúde inscrita sob o nº. 00.394.544/0106-52, situado na Rua Cinco de Janeiro nº. 166, Bairro, Jordoá, CEP. 65040-450 – São Luís/MA, neste ato representado pelo Substituto Eventual do Coordenador Distrital de Saúde Indígena Maranhão, Sr. **DIRCEU ESPÍNDULA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado nesta Cidade, CPF nº 557.117.153-72, designado pela Portaria nº 769, nº 208, Seção 2, de 28/10/2020, publicado no D.O.U. em 29/10/2020, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI**, com sede na **Rua Trinta, nº 05, Coheb do Sacavém - CEP: 65.043-670 - São Luís/MA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº **05.564.043/0001-13**, neste ato representado (a) por **CRISTIAN BROCARDO SEEGER**, portador da carteira de identidade nº **001202368996 - SSP/MA** e CPF nº **038.658.133-99**, tendo em vista o que consta no Processo 25046.001273/2021-17, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº **20/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização do tipo assemblhada/hospitalar, com fornecimento de materiais e equipamentos para atender as necessidades da CASAI de Teresina/PI, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Objeto da contratação:

ITEM	LOCAL DE EXECUÇÃO		CARGA
------	-------------------	--	-------

		QUANTIDADE	HORÁRIA
1	Rua Hugo Napoleão, nº 1834, Bairro de Fátima - CEP: 64.048-320 - Teresina/PI.	01 posto	44h semanais

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 28/06/2021 e encerramento em 28/06/2022, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) - Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- e) - Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- f) - Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Seja observado que, na edição do primeiro termo aditivo deverá **ser realizada a supressão dos custos não renováveis, constantes no MÓDULO 03 - PROVISÃO PARA RESCISÃO, da planilha de Formação de Custos, que considera-se integralmente pago no primeiro ano de contrato.**

## **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor mensal da contratação é de R\$ 3.292,01 (três mil duzentos e noventa e dois reais e um centavo), perfazendo o valor total de R\$ 39.504,12 (trinta e nove mil quinhentos e quatro reais e doze centavos).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

- **Gestão/Unidade:** 257034
- **Fonte:** 6153000000
- **Programa de Trabalho:** 10.423.5022.20YP.0001
- **Elemento de Despesa:** 339037-02
- **PTRES:** 173241
- **Plano Orçamentário:** 0000

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

#### **CLÁUSULA QSEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

#### **CLAUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O valor do Seguro Garantia, será de **R\$ 1.975,21** (um mil novecentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA NOVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- a) - por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- b) - amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) - Indenizações e multas.



**PARÁGRAFO QUINTO** - O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

**PARÁGRAFO SEXTO** - Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

- a) a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- b) os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O CONTRATANTE poderá ainda:

- a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Maranhão - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Luís/MA, 24 de junho de 2021

---

**CRISTIAN BROCARDO SEEGER**

Representante legal da CONTRATANTE

---

**DIRCEU ESPÍNDULA DE ANDRADE**

Substituto Eventual do Coordenador Distrital - DSEI/MA



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Brocardo Seeger**, **Usuário Externo**, em 24/06/2021, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0021180915** e o código CRC **38574352**.



Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa  
Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão  
Serviço de Gestão Administrativa

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 3/2022**

Processo nº 25014.001122/2022-17

Interessado: MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA

Atestamos, para os devidos fins de direito, que a empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA, estabelecida na Avenida Coronel Colares Moreira, nº 10, Bairro: Jardim Renascença, Município: São Luís – MA - CEP: 65.075-441, inscrita no CNPJ 05.564.043/0001-13, realizou o Serviço de Limpeza, higienização e Conservação para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão, localizada na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3000 - Bairro: Jaracaty - Município: São Luís – MA - Cep: 65.076-909, prestando serviços contínuos com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, disponibilizando 04 (quatro) funcionários segundo o Termo de Referência, no item 5.3, cumprindo o que determina o Contrato Nº 01/2022, Cláusula Primeira - Objeto, item 1.1, com vigência de 01/02/2022 até 31/03/2023 e área de atuação: 2.100 m<sup>2</sup> de área interna, 898 m<sup>2</sup> de área externa.

Não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e não existindo, até a presente data, nenhum descumprimento das obrigações relativas ao Contrato Nº 01/2022/SEMS/MA.

São Luís-MA, 09 de agosto de 2022.

Atenciosamente,

**MARCELO ALVES PINHEIRO**  
Fiscal de Contrato - Substituto  
SEGAD/SEMS/MA

**1. Ciente e de Acordo.**

**JOSÉ MARIA SOARES VIANA FILHO**  
Chefe do Serviço de Gestão Administrativa  
SEGAD/SEMS/MA





Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves Pinheiro, Fiscal de Contrato substituto(a)**, em 09/08/2022, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Soares Viana Filho, Chefe do Serviço de Gestão Administrativa**, em 09/08/2022, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0028551914** e o código CRC **075171C7**.



Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão  
Serviço de Gestão Administrativa

CONTRATO Nº 1/2022

Processo nº 25014.000991/2021-35

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO, Nº 1/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO MARANHÃO E A EMPRESA MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI.**

A **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO MARANHÃO – SEMS/MA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0127-87, com endereço na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3000 - Bairro: Jaracaty - Cep: 65.076-909, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Superintendente Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão (**SEMS/MA**), senhor **ANTÔNIO BANHOS NETO**, designado pela Portaria nº 3.183, de 03 de dezembro de 2020, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 98002361109 - SSP e do CPF nº 859.368.393-20, e de outro lado a Master Construções e Limpeza EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.564.043/0001-13, estabelecida na Avenida Coronel Colares Moreira, nº 10, Bairro: Jardim Renascença, Município: São Luís – MA - CEP: 65.075-441, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) Cristian Brocardo Seeger, brasileiro (a), solteiro (a), portador da Carteira de Identidade nº 000120236899-6 - e do CPF nº 038.658.133-99, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993](#), legislação correlata e pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 00013/2021 (UASG Nº 250022) (Processo nº 25014.000991/2021-35), sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de natureza continuada de limpeza, higienização e conservação, com emprego de mão de obra, e fornecimento de materiais e insumos para atender a SEMS/MA, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor anual
1	Prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de equipamentos, utensílios e materiais necessários à execução dos	R\$ 159.162,24

serviços nos termos do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Nº 00013/2021.	
--------------------------------------------------------------------------------------	--

LOCAL DE EXECUÇÃO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Edifício Sede e Arquivo Geral da SEMS/MA. (A critério da CONTRATANTE, os serviços poderão ser prestados em quaisquer novas instalações a serem ocupadas na Cidade de São Luís-MA.	Segunda à sexta-feira, no horário de funcionamento da SEMS/MA (entre 7:00h e 18:00h)	44 horas semanais

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 01/02/2022 e encerramento em 31/01/2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 13.263,52 (treze mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 159.162,24 (cento e cinquenta e nove mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

3.2. No valor total estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 250022

Fonte: 6151000000

Programa de Trabalho: 173283

Elemento de Despesa: 339037



4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

5.3. O pagamento pela contratada, do salário dos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços e respectivas incidências mensais, deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, conforme determina a Lei nº 7.855, de 24.10.1989.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.12.1. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o índice específico, setorial ou geral que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:

6.12.2. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.12.3. as particularidades do contrato em vigência;

6.12.4. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.12.5. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.12.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.13.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.13.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.13.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.18. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da

alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 7.958,11 (sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), na modalidade de seguro garantia, **no prazo de 10 (dez) dias**, observadas as condições previstas no Edital, **com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual**, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS,, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES



12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da cidade de São Luís-MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Luís - MA, 27 de Janeiro de 2022

---

Representante legal da CONTRATANTE

---

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_  
NOME  
CPF/MF nº

2- \_\_\_\_\_  
NOME  
CPF/MF nº



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Banhos Neto, Superintendente Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão**, em 27/01/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Brocardo Seeger, Usuário Externo**, em 27/01/2022, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0025006750** e o código CRC **432B056F**.

Referência: Processo nº 25014.000991/2021-35

SEI nº 0025006750

Serviço de Gestão Administrativa - SEGAD/MA  
Avenida Professor Carlos Cunha, 3.000 Shopping Jaracati - Bairro Jaracati, São Luís/MA, CEP 65.076-909  
Site - [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)





**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 62/2023  
PROCESSO Nº 5557/2023**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO  
(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)**

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa Master Facilities LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.564.043/0001-13 que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

São Luis-MA, 11 de Dezembro de 2023

MASTER FACILITIES LTDA  
SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA  
CPF:037.737.143-27  
RG 0267393520032

**Endereço: Av. Jeronimo de Albuquerque, Subcond.07, Nº25.  
Bairro: Vinhais I (Patio Jardins), São Luís/MA.  
CNPJ:05.564.043/0001-13**



**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 62/2023  
PROCESSO Nº 5557/2023**

**DECLARAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2023**

Master Facilities LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.564.043/0001-13, com sede na Av. JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SUBCOND.07-PATIO JARDINS, TO, 25, VINHAIS I, CEP 65074-199 por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) SORAYA KERLLY PAIVA DA SILVA, portadora do RG 0267393520032 e do CPF 037.737.143-27 declara:

1- Suas proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

2- Em atendimento ao previsto ao Edital que, sob as penalidades da Lei, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante;

São Luis-MA, 11 de Dezembro de 2023

MASTER FACILITIES LTDA  
SORAYA KERLLY DA SILVA PAIVA  
CPF:037.737.143-27  
RG 0267393520032

**Endereço: Av. Jeronimo de Albuquerque, Subcond.07, Nº25.  
Bairro: Vinhais I (Patio Jardins), São Luís/MA.  
CNPJ:05.564.043/0001-13**